RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2014

Direcção Nacional..... 4
Convocatória para a Assembleia Geral Nacional – 2015.03.20
Relatório de Actividades DN 2014
Contas DN 2014
Parecer do Conselho Fiscal Nacional

Secção Regional de Lisboa.....83
Convocatória para a Assembleia Regional de Lisboa – 2015.03.09
Relatório de Actividades SRL 2014
Contas SRL 2014
Parecer do Conselho Fiscal Regional de Lisboa

Secção Regional do Porto.....116
Convocatória para a Assembleia Regional do Porto – 2015.03.10
Relatório de Actividades SRP 2014
Contas SRP 2014
Parecer do Conselho Fiscal Regional do Porto

Secção Regional de Coimbra.....137
Convocatória para a Assembleia Regional de Coimbra – 2015.03.11
Relatório de Actividades SRC 2014
Contas SRC 2014
Parecer do Conselho Fiscal Regional de Coimbra

Contas da Ordem dos Farmacêuticos.....153

INDICE

Convocatória da Assembleia Geral da OF 4
Mensagem do Bastonário 5
Sumário Executivo 8
1. Políticas de Saúde e da Profissão Farmacêutica 10
1.1. Carreira Farmacêutica 10
1.2. Equiparação ao estágio para integração na carreira dos Técnicos Superiores de Saúde 10
1.3. Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida 11
1.4. Programas de Saúde Prioritários 12
1.5. Integração dos farmacêuticos nas equipas de suporte aos cuidados paliativos 13
1.6. Contributos sobre integração dos cuidados de saúde 13
1.7. Competências dos farmacêuticos em administração de vacinas e medicamentos injectáveis 14
1.8. Regime de incompatibilidades no SNS 15
1.9. Sistema de Avaliação de Tecnologias de Saúde 16
1.10. Cuidados de Saúde Transfronteiriços 18
1.11. Inventário de profissionais de saúde 19
1.12. OF condenou fraudes no SNS 20
1.13. Código de Conduta Ética dos Serviços e Organismos do Ministério da Saúde 21
1.14. Procedimentos para formação em Portugal dos profissionais de saúde da CPLP 22
1.15. Testamento vital e declaração antecipada de vontade 22
1.16. Terapêuticas Não Convencionais 23
ANÁLISES CLÍNICAS 24
1.17. Novo regime jurídico dos laboratórios de Análises Clínicas 24
1.18. Internalização das Análises Clínicas nos hospitais do Estado 25
1.19. Internalização das Análises Clínicas pela ULSNE 26
DISTRIBUIÇÃO FARMACÊUTICA 27
1.20. Transposição da directiva europeia sobre boas práticas de distribuição 27
FARMÁCIA COMUNITÁRIA 28
1.21. Serviços a desenvolver pelas farmácias no âmbito dos programas de Saúde Pública 28
1.22. Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia 29
1.23. Reforço da componente fixa de remuneração das farmácias 31
PUBLICIDADE 32
1.24. Regulação da publicidade na área da Saúde 32
1.25. Recomendações da ERS sobre práticas publicitárias dos prestadores de cuidados de saúde 32
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 33
1.26. Fragilidade do sector na Região Autónoma dos Açores 33
1.27. Regime de celebração das convenções e regime de reembolsos na prestação de cuidados de saúde…. 34
1.28. Parecer sobre Plano Regional de Saúde 2014-2016 35
1.29. Composição da Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica 36

1.30. Coordenação dos POCT na Região Autónoma dos Açores....37
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA....38
1.31. O Sector Farmacêutico na Região Autónoma da Madeira....38
2. Iniciativas da Ordem dos Farmacêuticos....39
2.1. Nova Carteira Profissional dos Farmacêuticos....39
2.2. Campanha "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis"....40
2.3. Prémio de Investigação Científica Professora Doutora Maria Odette Santos-Ferreira....42
2.4. Dia do Farmacêutico 2014....42
2.5. 30º Aniversário do Centro de Informação do Medicamento da OF....43
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL....45
2.6. Modelo de Competências Farmacêuticas....45
2.7. Qualificação permanente dos farmacêuticos....45
2.8. Formações na área da Qualidade....46
2.9. Formação à distância....47
2.10. Formação em *soft skills* para farmacêuticos desempregados....49
EMPREGABILIDADE....49
2.12. Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos....49
2.13. Programa de Estágios na Distribuição Grossista....50
2.14. Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico....51
ASSUNTOS INTERNOS....51
2.15. Centro de Informação do Medicamento (CIM)....51
2.16. Centro de Documentação Farmacêutica....53
2.17. Novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos....55
2.18. Modernização da Ordem dos Farmacêuticos....55
2.19. Organização e Gestão....55
2.20. Relacionamento e Comunicação com os Membros....56
2.21. Apoio aos Membros da Ordem dos Farmacêuticos....56
2.22. Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos....56
2.23. Portal da Ordem dos Farmacêuticos....57
2.24. Membro Estudante da Ordem dos Farmacêuticos....57
3. Relações Institucionais....58
3.1. Órgãos de Soberania....58
3.2. Autoridades de Saúde....58
3.3. Instituições e Parceiros....58
3.4. Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP)....59
3.5. Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde....59
3.6. Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)....60
3.7. Conselho Nacional de Educação (CNE)....60
3.8. Protocolos de Colaboração....60

3.9. Intervenções em eventos realizados em Portugal 62
3.10. Visitas Institucionais 63
4. Relações Internacionais 64
4.1. Federação Internacional Farmacêutica (FIP) 64
4.2. Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU) 64
4.3. Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG) 65
4.4. EuroPharm Forum 65
4.5. Associação Europeia de Entidades Competentes para as Profissões de Saúde (EurHeCA) 65
4.6. Visita de Inspectores Franceses em formação à Ordem dos Farmacêuticos 66
4.7. Cooperação 66
4.7.1. Ministro da Saúde de Moçambique visitou a Ordem dos Farmacêuticos 66
4.7.2. Assinatura do Protocolo OF – Universidade Lúrio 67
4.7.3. Inauguração do Centro de Informação sobre Medicamentos da UniLúrio 68
4.7.4. Bastonário em visita oficial a Moçambique 68
4.7.5. Estágios em Portugal ao abrigo de Protocolos de Cooperação da OF 69
4.8. Intervenções em eventos realizados no estrangeiro 70
5. Colégios de Especialidade 71
5.1. Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica 71
5.2. Colégio de Especialidade de Análises Clínicas 72
5.3. Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar 73
5.4. Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares 74
Contas da Direcção Nacional de 2014 75

Convocatória da Assembleia Regional de Lisboa 83
Relatório de Actividades da SRL 2014 84
Contas da SRL 2014 109

Convocatória da Assembleia Regional do Porto 116
Relatório de Actividades da SRP 2014 117
Contas da SRP 2014 129

Convocatória da Assembleia Regional de Coimbra 137
Relatório de Actividades da SRC 2014 138
Contas da SRC 2014 150

Contas da Ordem dos Farmacêuticos 2014 153

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 18º, nº 3, e para os fins do disposto nos Artigos 17º e 18º, nº 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no dia 20 de Março de 2015, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Rua da Sociedade Farmacêutica, nº 18, Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

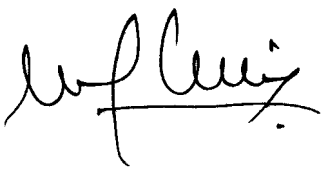
ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional referentes a 2014;
3. Discussão e deliberação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2014;
4. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de Delegados, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2015,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Dr. João Gonçalves da Silveira

MENSAGEM DO BASTONÁRIO

Ilustre Colega,

O ano 2014 foi mais um ano de contracção da já muito fragilizada economia portuguesa, com a continuação de políticas públicas de austeridade com impacto no sector farmacêutico e, por conseguinte, no exercício farmacêutico.

Temos todos consciência de que os últimos anos decorreram em circunstâncias muito adversas, de instabilidade política e de forte crise económica e financeira no País, com especial incidência nas finanças públicas e na política orçamental, por conseguinte no sector da saúde. A crise revelou-se e revela-se complexa e persistente. E tem afectado, de modo grave e particularmente preocupante, todo o sector farmacêutico, quer na área do medicamento quer na área analítica, com forte impacto na viabilidade económica dos operadores e, por via disso, no exercício da profissão farmacêutica.

Na esteira dos anos anteriores, temos renovadamente contribuído para que a Ordem dos Farmacêuticos seja, cada vez mais, uma organização forte, coesa e representativa, virada para o exterior, o futuro e o progresso da nossa profissão. Para as grandes questões nacionais da saúde e da profissão e para o desenvolvimento económico e social do País. Para referências de ética, rigor e competência. Seja uma instituição em que, cada vez mais, os seus membros se revejam. E nela vejam uma fonte incontornável de equilíbrio e afirmação activa e construtiva, não apenas dentro da profissão, mas também junto do poder político e de todas as entidades parceiras. Seja, cada vez mais, uma Ordem que acrescente valor.

No que à acção da Ordem dos Farmacêuticos diz respeito, 2014 foi um ano particularmente expressivo em iniciativas concretizadas em prol dos farmacêuticos portugueses e em intervenções no âmbito das políticas de Saúde e da profissão farmacêutica.

Neste segundo ano do mandato, continuamos a privilegiar e intensificar importantes relações com os poderes políticos e titulares de órgãos de soberania. Devo salientar as audiências e reuniões de trabalho com o Ministro da Saúde, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Secretário de Estado da Saúde, Deputados da Comissão de Saúde, Grupos Parlamentares e Secretário Regional da Saúde do Governo dos Açores. São momentos da maior relevância para a prossecução da missão da Ordem, que

muito valorizo. Por isso, procuro dedicar-lhes uma cuidada preparação e a melhor atenção, sempre com a preocupação de transmitir e defender as ideias, os anseios e as propostas da Ordem.

Em outro plano, o das autoridades de saúde, gostaria de realçar os frutuosos encontros que mantivemos com o Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde, Presidente do Infarmed, Director Geral da Saúde, Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e Administrações Regionais de Saúde. Embora noutro âmbito, importa igualmente mencionar o Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Todas estas reuniões constituíram excelentes oportunidades para expor, com apreciável profundidade e detalhe, a visão da Ordem dos Farmacêuticos sobre o sistema de saúde e sobre as principais questões do sector farmacêutico e do exercício da profissão farmacêutica.

Considero que todos estes contactos se inserem bem no espírito de cooperação institucional que, a vários níveis, tenho cultivado o mais fecundamente possível, porque isso contribui, *a final* e de modo decisivo, para a boa e profícua realização dos nossos principais objectivos.

Ao nível das políticas de saúde, seja no domínio do medicamento, seja no domínio analítico, o Governo tomou várias iniciativas e medidas em 2014. Em muitos casos, em significativa confluência com posições que a Ordem dos Farmacêuticos tem defendido, o que muito me apraz registar. E quando tal não se verificou, permanecemos firmes na defesa da visão e das propostas da Ordem. Temos plena consciência da difícil situação em que se encontra o País e da imperiosa necessidade de contenção e controlo mais efectivo da despesa pública em geral e da despesa do SNS em particular. Por isso mesmo, procuramos assumir posições construtivas e independentes nos diversos domínios em que temos vindo a intervir.

Gostaria ainda de referir iniciativas no domínio da cooperação com Países de Língua Portuguesa que levamos a cabo em 2014 e que muito prestigiam a Ordem e a profissão farmacêutica portuguesa. Destaco, em particular, acções realizadas com o Ministério da Saúde de Moçambique, a Embaixada de Portugal em Maputo e a Universidade do Lúrio, de Moçambique. Neste último caso, merece particular relevo o acordo firmado, na esteira da cooperação iniciada pela Ordem dos Farmacêuticos em 1997 no âmbito da formação superior em Moçambique. Estas iniciativas inserem-se no nosso propósito de pugnar para que a Ordem dos Farmacêuticos assuma um papel activo no domínio da diplomacia económica e da cooperação, com particular enfoque no sector farmacêutico.

Em suma, seguindo, naturalmente, as traves mestras do nosso programa sufragado nas eleições de Dezembro de 2012, neste segundo ano do mandato demos continuidade ao novo ciclo da vida da Ordem, quer a nível interno quer a nível externo, conforme temos vindo a reportar semanalmente, através da *Newsletter Electrónica da Ordem dos Farmacêuticos*, e também trimestralmente, através da *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*, com o objectivo de proporcionar aos membros um acompanhamento regular da actividade da sua Ordem.

Após este segundo exercício da Direcção Nacional, temos agora o prazer de apresentar à consideração de todos os membros da Ordem dos Farmacêuticos o Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano 2014.

Como tenho reiteradamente afirmado, consideramos que são duas peças imprescindíveis no relacionamento transparente e rigoroso da Ordem com os seus membros, visando a prestação anual de contas em todas as suas vertentes. Entendemos esta apresentação não apenas como um cumprimento formal de um dever estatutário, mas, de um modo muito especial, como uma preciosa oportunidade de auscultação de todos os membros da Ordem dos Farmacêuticos, em espírito de abertura que gostamos de cultivar.

Lisboa, 3 de Março de 2015

O Bastonário

Prof. Doutor Carlos Maurício Barbosa

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2014
Direcção Nacional

Sumário Executivo

O ano 2014 fica marcado por várias medidas no âmbito da política da saúde em geral e da política do medicamento em particular, em muitos casos em significativa confluência com posições que a Ordem dos Farmacêuticos tem defendido.

O acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e as Farmácias nas áreas da autovigilância da diabetes, acompanhamento da adesão à terapêutica, administração da vacina contra a gripe sazonal, troca de seringas e administração da terapêutica de substituição opiácea, juntamente com o contributo das farmácias para o incremento do mercado de genéricos, denota uma mudança de paradigma na forma como o Ministério da Saúde passa a olhar para as Farmácias e para os farmacêuticos, perspectivando-se uma valorização do papel do farmacêutico na prestação de cuidados de saúde aos cidadãos.

Ao nível da Carreira Farmacêutica, o Grupo de Trabalho multidisciplinar nomeado no final de 2013 para analisar o enquadramento dos farmacêuticos no Serviço Nacional de Saúde entregou o Relatório final em Abril de 2014, propondo a criação de uma Carreira Farmacêutica transversal às diferentes áreas profissionais e exclusiva dos farmacêuticos. A OF continuará a fazer todos os esforços para a implementação dos resultados produzidos.

No que respeita aos Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia, e após o caminho traçado em 2013 com a aprovação em Conselho de Ministros e a respectiva publicação legal desta subcategoria de Medicamentos, a OF reforçou em 2014 a necessidade de implementação plena desta medida, tendo em vista o benefício para os cidadãos e a protecção da Saúde Pública, garantindo a utilização de modo racional, seguro e efectivo dos Medicamentos.

No ano 2014 foi publicado o novo regime jurídico do Licenciamento dos Laboratórios de Análises Clínicas e Genética Humana, tendo sido alvo de veemente oposição por parte da OF, pois adoptam um modelo que se afasta radicalmente da realidade dos Laboratórios de Análises Clínicas, sendo inclusive tecnicamente incongruentes. A OF continuará a desenvolver esforços para a normalização deste sector.

Na sequência de várias diligências do Bastonário da OF junto da Assembleia da República, Governo e Partidos Políticos, no final de 2014 assistimos à consagração legal de um representante da OF no Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. O Bastonário defendeu a necessidade de incluir este representante, sob pena de a sua composição não ser verdadeiramente transdisciplinar e representativa das várias ciências da saúde.

No ano 2014 o Bastonário da OF efectuou várias diligências na Região Autónoma dos Açores, tendo alertado para a fragilidade do sector das Análises Clínicas nesta região, designadamente ao nível do regime de convenções e reembolsos.

No que respeita a Iniciativas da OF, em Setembro de 2014, por ocasião do Dia do Farmacêutico, foi lançada a Campanha "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis". Com âmbito Nacional e dirigida a cidadãos, profissionais de saúde e decisores políticos, esta Campanha pretende envolver todos na responsabilidade de utilização segura e responsável dos Medicamentos e prosseguirá em 2015 com sessões de esclarecimento e debate, e produção de um documento com as principais conclusões.

Em Abril de 2014 foi lançada a Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos, uma plataforma virtual, dinâmica e de acesso gratuito que visa promover a aproximação, no mesmo espaço electrónico, dos farmacêuticos que procurem trabalho com os operadores que disponibilizem oportunidades. Foi também materializada a categoria de membro estudante da Ordem dos Farmacêuticos.

Tendo em vista a evolução dos Sistemas de Informação e a necessidade de dotar os farmacêuticos de ferramentas tecnológicas avançadas, a OF estabeleceu uma Parceria com o Banco Santander Totta para a emissão das novas Carteiras Profissionais em 2015. Esta ferramenta estará preparada para o futuro ao nível dos Sistemas de Informação das entidades prestadoras de cuidados de saúde através de um *chip* e da possibilidade de incluir assinatura digital certificada.

Internamente tem vindo a ser desenvolvido o Modelo de Competências Farmacêuticas por parte da Direcção Nacional, em colaboração com o Conselho para a Qualificação e Admissão e com os Colégios da Especialidade, que se baseia num modelo de atribuição de competências farmacêuticas e de atribuição de especialidades baseadas em competências farmacêuticas, e que se pretende concluir em 2015.

Também ao nível da Cooperação foram desenvolvidas novas parcerias, com particular destaque para o Protocolo assinado com a Universidade do Lúrio de Moçambique (UniLúrio), e que tem como objectivo contribuir para a o desenvolvimento da formação graduada, ao nível do curso de Farmácia, e pós-graduada, da Faculdade de Ciências da Saúde da UniLúrio.

Internamente, a OF prossegue o seu caminho da modernização. Neste novo mandato prosseguiu a reestruturação interna e um trabalho permanente na contenção de custos e rentabilização de recursos.

Registamos também um crescimento do número de membros da OF e um crescente rejuvenescimento da profissão. Paralelamente, a Direcção Nacional efectuou uma forte aposta na área da empregabilidade no sector farmacêutico, tendo desenvolvido medidas específicas neste domínio, quer a nível formativo, quer a nível das quotizações, quer ainda a nível da divulgação de oportunidades.

A acção desenvolvida pela Direcção Nacional ao longo do ano 2014 encontra-se também relatada nas edições da Revista da Ordem dos Farmacêuticos.

1. Políticas de Saúde e da Profissão Farmacêutica

1.1. Carreira Farmacêutica

O Despacho nº 14215/2013, publicado em Diário da República a 5 de Novembro, reconheceu que a actividade do farmacêutico justifica uma análise e avaliação do seu enquadramento profissional. Assim, o Ministério da Saúde pretendeu equacionar o modelo mais adequado ao enquadramento da actividade do farmacêutico no Serviço Nacional de Saúde (SNS) criando, para o efeito, um Grupo de Trabalho.

Com a criação do mencionado grupo de trabalho, que integrou três elementos da ACSS, um da Direcção-Geral da Saúde, um do Infarmed e dois da Ordem dos Farmacêuticos, foram analisados aspectos como o âmbito e áreas de actividade dos farmacêuticos, a existência de dois regimes contratuais – o contrato de trabalho em funções públicas e o contrato individual de trabalho –, a formação pré-carreira e a atribuição do título de especialista e intervenção da OF.

O resultado desta análise ficou concluído em Abril de 2014, tendo o relatório final sido entregue ao Secretário de Estado da Saúde, a quem caberá a decisão sobre a implementação no seio do SNS de uma Carreira Farmacêutica. Já em Setembro deste ano, durante a Sessão Solene do Dia do Farmacêutico, no Porto, o Secretário de Estado da Saúde assegurou que no próximo ano (2015) havia o compromisso do Governo de colocar na prática o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho.

No relatório entregue, o Grupo de Trabalho propôs a criação de uma Carreira Farmacêutica transversal às diferentes áreas profissionais e exclusiva dos farmacêuticos, realçando-se que a sua implementação não acarreta encargos adicionais para o SNS, uma vez que não existem alterações salariais acopladas, envolvendo tão somente uma reorganização dos recursos humanos farmacêuticos.

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos efectuou várias diligências durante o ano 2014 tendo em vista a concretização do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, designadamente um pedido de audiência ao Secretário de Estado da Saúde em Maio de 2014, que informou estar a aguardar por informações solicitadas à ACSS para receber a Ordem dos Farmacêuticos. Já em Novembro de 2014 o Bastonário da OF solicitou novamente a referida audiência, tendo sido informado que o assunto havia sido remetido à Secretaria de Estado da Administração Pública. Não obstante, o Bastonário da OF insistiu na realização da referida audiência que terá lugar em 2015.

1.2. Equiparação ao estágio para integração na carreira dos Técnicos Superiores de Saúde

No dia 24 de Fevereiro de 2014, a Ordem dos Farmacêuticos pronunciou-se sobre o anteprojecto de diploma de equiparação ao estágio para integração na carreira dos Técnicos Superiores de Saúde. A este propósito a OF manifestou ao Secretário de Estado da Saúde a sua concordância, na generalidade, com o conteúdo do referido diploma, tendo o Bastonário referido ser expectativa da Ordem dos

Farmacêuticos que este procedimento de equiparação seja o último que considera os farmacêuticos, tendo em vista a implementação da Carreira Farmacêutica.

1.3. Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

O Bastonário da OF dirigiu uma carta à Presidente da Assembleia da República, da qual deu conhecimento aos Ministros da Saúde e da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, aos presidentes dos grupos parlamentares e à presidente e deputados da Comissão Parlamentar de Saúde, em 28 Julho de 2014, solicitando a inclusão de um membro designado pela OF no Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV). Mais tarde, foi recebido em audiência pelos grupos parlamentares do PSD e PS, tendo reforçado esta mesma posição da Ordem.

Na carta enviada à Presidente da Assembleia da República, o Bastonário lamentou que da composição do CNECV não faça parte qualquer membro especificamente designado pela Ordem dos Farmacêuticos, que representa uma das mais importantes profissões da saúde, e das que mais contacto directo tem com as grandes questões éticas e técnicas das Ciências da Vida, facto que constitui objectivamente uma insuperável lacuna. Tal lacuna tornava-se ainda mais incompreensível na medida em que o CNECV integra na sua composição membros designados pelas Ordens dos Médicos, dos Enfermeiros, dos Biólogos e dos Advogados – profissões que é certo lidam directa e diariamente com questões éticas, morais, técnicas científicas relativas às Ciências da Vida, mas não em maior grau que os farmacêuticos, que igualmente se deparam no seu dia-a-dia com questões desta natureza, sendo aliás muitas vezes a primeira linha de intervenção no contacto directo com os cidadãos.

De acordo com o Bastonário, perante o "quadro de valências e responsabilidades que diariamente são asseguradas por milhares de farmacêuticos, em particular no âmbito da Farmácia Comunitária, da Farmácia Hospitalar e das Análises Clínicas, entendemos que é essencial passar a incluir um membro designado pela OF no CNECV, sob pena de a sua composição não ser verdadeiramente transdisciplinar e representativa das várias ciências da saúde".

O Bastonário da OF referiu como sendo "necessária uma revisão do diploma de modo a que passe a prever a integração de um membro nomeado pela OF, tal como está já estabelecido relativamente a outras Ordens". Conforme explicou o Bastonário nesta carta, "grande parte das questões que se colocam ao nível da ética da saúde decorrem dos avanços que os novos medicamentos, sejam eles experimentais ou tecnológicos, e as novas terapêuticas com medicamentos trazem em termos de longevidade de vida.

Muitas das dúvidas morais ou éticas que podem surgir a este nível, e às quais caberá dar resposta pelo CNECV, só existem porque a evolução científica nos trouxe novas abordagens terapêuticas, novos tratamentos medicamentosos e novos meios analíticos de diagnóstico cuja administração e utilização, e sobretudo as circunstâncias em que devem ter lugar, são em si mesmas controversas".

Segundo o Bastonário, a participação dos farmacêuticos nos trabalhos desta estrutura, "contribuirá fortemente para dotar o CNECV de mais valências, aumentando assim as suas capacidades com o correspondente reflexo em termos de melhoria da sua intervenção no campo da saúde e das ciências da vida".

Nos dias 18 e 19 de Setembro de 2014, o Bastonário da OF foi recebido em audiência pelos grupos parlamentares do Partido Socialista (PS) e do Partido Social de Democrata (PSD), respectivamente. Nestas reuniões o Bastonário esteve acompanhado por João Paulo Cruz e Ema Paulino, da Direcção Nacional, e pelo presidente do Conselho de Deontologia Farmacêutica, Francisco Carvalho Guerra, durante as quais se registou um bom acolhimento por parte dos Deputados dos argumentos apresentados pela Ordem e também a abertura para apoiar uma alteração legislativa visando consagrar a participação de um representante da OF no CNECV.

No seguimento das diligências efectuadas, o plenário da Assembleia da República de dia 5 de Dezembro aprovou, por unanimidade, o projecto de lei conjunto apresentado pelo PSD, PS e CDS-PP, para alteração do diploma que define a composição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, no sentido deste integrar, entre os seus membros, um farmacêutico indicado pela OF.

A iniciativa legislativa gerou um elevado consenso entre as diferentes bancadas parlamentares. A Direcção Nacional da OF registou com satisfação o desfecho da iniciativa, que muito valoriza e prestigia a profissão farmacêutica.

Na versão final aprovada reconhece-se que na área das Ciências Farmacêuticas se "colocam as mais variadas questões éticas, até pelo constante acesso científico a novos meios de diagnóstico e de tratamento de doenças".

1.4. Programas de Saúde Prioritários

O Bastonário da OF escreveu ao Ministro da Saúde, em Janeiro de 2014, no seguimento do envio, por parte do Ministro da Saúde, da publicação "Portugal – Programas de Saúde Prioritários em números – 2013", editada pela Direcção-Geral de Saúde (DGS), reforçando a sugestão de uma participação activa e estruturada dos farmacêuticos comunitários nos cuidados primários de saúde e, de um modo especial, no acompanhamento dos doentes crónicos, bem como na promoção da saúde e prevenção da doença, designadamente no que respeita às doenças transmissíveis, recordando, em particular, a necessidade urgente de o Ministério da Saúde criar as condições necessárias para que o Programa "Troca de Seringas", de que Portugal foi pioneiro, fosse rapidamente retomado nas farmácias.

O Bastonário da OF considerou que "a disponibilização de dados de saúde, incluindo os resultados do SNS, de forma rigorosa e transparente, constitui uma matéria da maior relevância". Na carta enviada o Bastonário reiterou a disponibilidade e o interesse da OF para colaborar construtivamente com o Ministério

da Saúde, no sentido de promover a utilização plena, pelo sistema de saúde, das capacidades e competências dos farmacêuticos portugueses, em benefício do País e dos cidadãos.

1.5. Integração dos farmacêuticos nas equipas de suporte aos cuidados paliativos

O Bastonário da OF enviou uma carta ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, solicitando a revisão da constituição mínima das Equipas Locais de Suporte aos Cuidados Paliativos, quer Intra-Hospitalares, definidas pelo Despacho n° 10429/2014, quer Comunitárias, de modo a incluir os farmacêuticos, e dando conta das vantagens da formação de equipas interdisciplinares, englobando também a área do Medicamento.

Ao longo da carta enviada o Bastonário realçou que "os farmacêuticos são, reconhecidamente, importantes elementos integrantes de equipas de cuidados paliativos a nível internacional, pois promovem uma elevada quantidade e qualidade diferenciada de serviços cruciais para os utentes, com impacto directo na qualidade de vida destes e dos seus familiares", dando como exemplo o envolvimento destes profissionais na prestação de cuidados paliativos em países como os EUA, Austrália e Canadá. Conforme é sublinhado, "os farmacêuticos assumem particular relevância, desde logo, pelo facto de a maioria dos utentes que requer cuidados de saúde paliativos apresentar regimes terapêuticos extremamente complexos, exigindo particular cuidado na gestão do seu processo terapêutico".

A posição assumida pela OF sobre esta matéria é transversal aos cuidados prestados em ambiente hospitalar e em ambulatório, reforçando-se as importantes funções dos farmacêuticos hospitalares e comunitários.

1.6. Contributos sobre integração dos cuidados de saúde

O Bastonário enviou ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, a 23 de Maio de 2014, os contributos da OF sobre o relatório do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde para "propor uma metodologia de integração dos níveis de cuidados de saúde em Portugal". O documento foi colocado em consulta pública em Abril de 2014, tendo a OF sublinhado o importante papel das farmácias e dos laboratórios de Análises Clínicas, enquanto porta de entrada dos cidadãos no sistema de saúde.

Na carta enviada à tutela, a OF defendeu que a figura de Gestor do Doente, cuja criação foi recomendada pelo grupo de trabalho, designadamente ao nível da garantia da adesão à terapêutica, da renovação do receituário crónico, da revisão dos resultados de parâmetros de Análises Clínicas, do acompanhamento do processo clínico do utente e da ligação aos cuidados hospitalares, tem nos farmacêuticos uma personificação evidente, já praticada a nível Internacional, pela proximidade com o utente e pela facilidade de interligação das Unidades de Saúde onde exercem e as restantes Unidades de Cuidados de Saúde. Acresce que nos Laboratórios e nas Farmácias é possível reunir informação do utente

para integrar esses dados de forma a aumentar a efectividade e a segurança dos tratamentos prescritos, evitando deslocações desnecessárias às urgências hospitalares e, muito em particular, hospitalizações.

Segundo a OF, a integração entre os diferentes níveis de cuidados de saúde tem obrigatoriamente de passar por um aproveitamento efectivo do sector privado, que é parte integrante do sistema nacional de saúde. Só assim é possível diminuir os tempos de espera, os internamentos, as urgências desnecessárias e os custos associados.

A OF referiu também que o modelo de financiamento a adoptar não deve ser discriminatório, devendo permitir uma avaliação rigorosa da função do gestor do doente de acordo com o perfil do doente, ponderando o factor de risco associado e o desempenho da instituição de prestação de cuidados de saúde.

A OF afirmou ainda que a integração de cuidados de saúde deve ser uma estratégia centrada na saúde populacional, em cooperação multidisciplinar dos profissionais de saúde, quer sejam do sistema público, quer sejam do sistema privado, envolvendo os agentes sociais (serviços sociais, escolas, etc.).

Sendo o modelo sistémico habitualmente referido, ao longo do relatório, como um modelo de relação vertical na articulação das diferentes estruturas do sector da Saúde, a OF afirmou, na carta enviada, que esta dimensão sistémica, designadamente na formação de estruturas organizacionais integradas, poderá trazer ganhos se implementada a nível regional, com o envolvimento de todos os sectores, desde os legisladores, autarquias, serviços sociais, hospitais, estruturas regionais de saúde, profissionais de saúde, entidades prestadoras de cuidados de saúde e cidadãos e que estas estruturas deverão privilegiar uma dimensão horizontal, o que significa uma responsabilização de todos os envolvidos no resultado dos indicadores de saúde dessa mesma região, e que deverão impactar no orçamento das estruturas envolvidas, em particular autarquias, hospitais e entidades regionais de saúde, envolvendo e motivando todos os parceiros a efectivar mudanças.

1.7. Competências dos farmacêuticos em administração de vacinas e medicamentos injectáveis

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos manifestou, junto do seu homólogo da Ordem dos Enfermeiros (OE), em carta enviada a 22 de Outubro de 2014, a perplexidade da instituição que representa os farmacêuticos portugueses pelo conteúdo da campanha lançada pela OE relativa à vacinação contra a gripe sazonal. A iniciativa da OE "é susceptível de criar dúvidas e receios infundados nos utentes, e assim perturbar o processo de vacinação, tão importante para a população", realçou o Bastonário da OF.

Na campanha desenvolvida pela OE, os utentes eram aconselhados a certificarem-se de que os profissionais que administram a vacina contra a gripe sazonal nas farmácias eram enfermeiros, um acto que, nos termos da legislação, não é da exclusiva responsabilidade destes profissionais.

Nesta carta, o Bastonário da OF informa ainda que "ampla evidência internacional já veio demonstrar que a vacinação nas farmácias, por farmacêuticos, tem efeitos positivos na cobertura vacinal,

traduzindo-se num aumento significativo da cobertura vacinal. Esta deve, em nosso entender, ser a principal preocupação a ter em conta, em benefício dos cidadãos".

O Bastonário da OF afirmou que os farmacêuticos comunitários portugueses têm formação específica nesta área, tendo sido já administradas vacinas a milhares de indivíduos, em segurança e com níveis elevados de satisfação, tendo requerido a intervenção do seu homólogo da OE, tendo em vista a urgente regularização da situação.

1.8. Regime de incompatibilidades no SNS

O Decreto-Lei nº 14/2014, de 22 de Janeiro, estabeleceu o regime jurídico das incompatibilidades dos membros das Comissões, de Grupos de Trabalho, de Júris de procedimento pré-contratuais, e Consultores que apoiam os respectivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de normas e orientações de carácter clínico, elaboração de formulários, nas áreas do Medicamento e do Dispositivo Médico no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como dos serviços e organismos do Ministério da Saúde, que ficam impedidos de exercer funções remuneradas em empresas produtoras, distribuidoras ou vendedoras de medicamentos ou dispositivos médicos. Ficam também impedidos de pertencer aos órgãos sociais de sociedades científicas ou associações que tenham recebido um financiamento de empresas produtoras ou distribuidoras de fármacos superior a 50 mil euros por ano, tendo em conta os cinco anos anteriores.

A aplicação deste diploma legal implicou que todos os farmacêuticos que exerçam a sua actividade no âmbito da Farmácia Comunitária, da Indústria Farmacêutica e Distribuição Grossista não possam integrar Comissões, Grupos de Trabalho, Júris de procedimentos pré-contratuais, nem serem Consultores para as áreas do Medicamento e dos Dispositivos Médicos. Tais implicações motivaram inclusivamente a renúncia de representantes da OF em várias estruturas do Ministério da Saúde.

Acresce que o regime de incompatibilidades é especialmente perverso, porque a maior parte dos diplomas reguladores destas comissões e grupos de trabalho não prevêem a remuneração dos seus elementos pelo desempenho dessas funções. Aliás, tendo em consideração a natureza da actividade farmacêutica, é possível concluir que o seu exercício pressupõe necessariamente o desempenho de funções em empresas produtoras, distribuidoras ou vendedoras de medicamentos e dispositivos médicos.

Neste contexto, a OF defendeu que a transparência é assegurada exigindo-se a apresentação da declaração de conflito de interesses por parte do representante em questão, a qual deve ser pública, e que a indicação das funções desempenhadas e participações em entidades privadas devem ser a base de um escrutínio a desempenhar pelo responsável da nomeação. As razões das incompatibilidades devem ser previamente analisadas e não liminarmente aceites como um impedimento.

A este propósito, o Bastonário da OF foi recebido em audiência, no dia 6 de Março de 2014, pelo Ministro da Saúde, tendo apresentado uma análise do impacto deste regime jurídico no âmbito da participação dos farmacêuticos em estruturas consultivas do SNS, tanto ao nível dos trabalhos em curso, como ao nível da viabilidade destas comissões e grupos de trabalho, e a sua revisão com a maior brevidade possível, de modo a evitar a paralisação dos trabalhos que decorrem actualmente. A OF considera que a ausência dos farmacêuticos indicados para as Comissões e Júris, além de impossibilitar a prestação de preciosos contributos por parte de profissionais que se regem por elevados padrões éticos e deontológicos de conduta, torna estas comissões e grupos de trabalho inoperantes.

Na reunião realizada em Março, foi transmitido ao Bastonário da OF que o alcance verificado na implementação do regime de incompatibilidades não correspondia ao pretendido com a sua criação, tendo ainda sido revelado que seria apresentada uma solução que minimizasse os impactos negativos que se têm verificado. Esta situação motivou também o envio de uma carta, a 13 de Outubro de 2014, na qual o Bastonário reiterou junto do Ministro da Saúde a urgência da intervenção da tutela na revisão do regime e o compromisso de resolução que ainda não se vislumbrava.

Ainda a este propósito, a OF deu conta ao presidente da Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica (CNFT) que se encontra impossibilitada, por via do referido regime, de designar todos os membros necessários para constituir os Grupos de Trabalho da CNFT tendo em vista a elaboração do Formulário Nacional de Medicamentos, medida defendida pela OF, pois em alguns casos os farmacêuticos identificados pela OF para dar o seu contributo, face à especificidade da temática em questão, também exercem funções remuneradas ao nível da farmácia comunitária.

O Bastonário recordou ainda que, actualmente, os trabalhos de muitas das Comissões de Farmácia e Terapêutica das Administrações Regionais de Saúde se encontram estagnados em consequência da cessação de funções de alguns dos seus titulares, situação para a qual a OF alertou imediatamente após a entrada em vigor do diploma. A situação estendeu-se ao ponto de todos os representantes da OF nessas Comissões terem abdicado dos seus cargos, tal como reportado pela OF ao Ministério da Saúde no início de 2014.

1.9. Sistema de Avaliação de Tecnologias de Saúde

O Ministério da Saúde apresentou, em Julho de 2014, o Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde (SiNATS), "que permitirá comparar as diferentes tecnologias de saúde, reforçar a informação no processo de tomada de decisão no âmbito do financiamento público e promover a avaliação do valor das tecnologias financiadas ao longo do seu ciclo de vida em função da obtenção dos ganhos em saúde". Presente na apresentação do sistema, o Bastonário da OF saudou a tutela pela criação deste sistema e lembrou que se trata de uma medida defendida pela OF há vários anos. O Infarmed avançou que pretende que o SiNATS seja implementado em 2015.

Alguns dias depois da apresentação do sistema aos parceiros do sector, o Infarmed colocou em consulta pública o livro "SiNATS – Criar o Futuro", no qual são explicados os princípios orientadores e fundamentos para implementação do futuro sistema, tendo a OF enviado os seus contributos. A OF considera que o sistema corresponde a um avanço positivo na dimensão de avaliação da inovação em saúde. Da análise ao documento, a OF sublinhou que "a avaliação *ex-ante* e a recomendação da decisão sobre o financiamento parece-nos bastante adequada", assim como "a divisão entre a avaliação e decisão de comparticipação e contratualização".

A Ordem realçou também que além das recomendações de utilização de quaisquer tecnologias de saúde, será também necessário incluir recomendações de serviços que promovam o aumento da eficácia e segurança das terapêuticas, dando como exemplo as terapêuticas anti-retrovirais. No caso particular dos contratos de partilha de risco, a OF considerou que não devem ser exclusivos do medicamento de circuito hospitalar, devendo também haver partilha de informação com o sector das farmácias comunitárias.

A Ordem advertiu ainda que a avaliação *ex-post*, pela sua complexidade, exige uma grande colaboração dos profissionais, uma base de evidência gerada pelos doentes, exploração exaustiva de repositórios de informação e metodologias que não estão delineadas para este efeito, mas que devem ser reorientadas para este fim.

Posteriormente, em Novembro de 2014, o Ministério da Saúde enviou à OF o projecto de Decreto-Lei que criará o Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde, e para o qual a OF enviou os seus comentários. A Ordem considerou que a iniciativa legislativa constitui uma medida estrutural para o sistema de saúde, que deve ter como prioridade a avaliação custo efectiva das tecnologias de saúde, e não a redução de custos *per si*.

No documento enviado ao membro do Governo, a Ordem dos Farmacêuticos reforçou posições anteriormente transmitidas à tutela, durante o período de consulta pública sobre o livro "SiNATS – Criar o Futuro" (vide ROF112) e reiterou o entendimento de que o SiNATS "deve ser um sistema concebido para avaliar tecnologias e emitir recomendações no âmbito da decisão de financiamento" e, como tal, "deve ter como finalidade a racionalização dos investimentos e a garantia que eles se fazem para cumprir objectivos na saúde dos Portugueses".

Da análise à proposta de diploma, a OF alertou ainda para a necessidade de se "assegurar que os contratos previstos entre as entidades detentoras das tecnologias de saúde e o Estado sejam acompanhados da necessária alocação orçamental para os agentes do Serviço Nacional de Saúde envolvidos, por forma a garantir que a decisão é rapidamente materializável no que respeita ao acesso dos doentes e disponibilização das terapêuticas".

O documento submetido à apreciação dos parceiros do sector prevê a possibilidade da prática de descontos em bens desta natureza, o que mereceu total objecção por parte da OF. Conforme tem vindo reiteradamente a defender, a OF entende que a prática de descontos "gera desigualdades no acesso aos medicamentos no nosso país, degrada os serviços prestados pelos farmacêuticos, descaracteriza a sua vocação assistencial e prejudica a sua aptidão para desenvolver iniciativas de saúde. Para além de constituir um incentivo ao consumo, ao estimular a agressividade comercial em torno destes produtos, revela-se um forte revés à elementar salvaguarda da saúde pública e aos princípios de racionalização da despesa com medicamentos no nosso país", realçou a OF no seu parecer.

No âmbito da decisão de comparticipação das tecnologias de saúde, a Ordem considera "crucial saber distinguir inovação de novidade", mas destaca também que "é igualmente fundamental reconhecer que existe inovação marginal que, não sendo *cutting edge*, traz melhorias incrementais ou simplesmente oferece novas opções terapêuticas, sempre relevantes para uma população marcada pela variabilidade interindividual na resposta aos medicamentos". Relativamente à decisão de descomparticipação, a Ordem entende que "deve ser tão objectivamente fundamentada quanto a comparticipação", advertindo que, no caso dos medicamentos, existem importantes oportunidades terapêuticas alternativas, que podem ter eficácias e efectividades inferiores.

Para a OF, o projecto SiNATS corresponde a um avanço incontornável na medida em que incentiva a demonstração de valor, fundamentada no desempenho da tecnologia, e fá-lo convocando a sociedade civil, numa lógica de envolvimento activo, de participação informada e tomada de posição esclarecida. Trata-se de um sistema concebido para avaliar tecnologias e emitir recomendações no âmbito da decisão de financiamento, não devendo apresentar como objectivo a diminuição de custos. Deve ter como finalidade a racionalização dos investimentos e a garantia de que eles se fazem para cumprir objectivos em saúde para os portugueses. Não deve ser, por isso, um sistema que leve ao corte de custos *per si*. Antes, deve equacionar os custos de oportunidade e projectá-los num horizonte temporal de médio e longo prazo.

Torna-se, por isso, mais determinante que as opções políticas e orçamentais na área do medicamento sejam claramente expressas pelos Governos e que, também com transparência, sejam clarificadas as prioridades consideradas no acesso à inovação.

1.10. Cuidados de Saúde Transfronteiriços

A Ordem dos Farmacêuticos enviou, no dia 16 de Janeiro de 2014, o seu parecer relativo à proposta de Lei que visa transpor a Directiva n.º 2011/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março de 2011, relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços.

Nesta missiva, dirigida ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, o Bastonário da OF destacou a possibilidade de aquisição de medicamentos noutros países da União Europeia com a hipótese de comparticipação. Face às rupturas que actualmente têm surgido no circuito do fornecimento de determinados medicamentos no território nacional, a OF registou como positiva a cooperação entres os vários países europeus no domínio do reconhecimento das receitas médicas. Contudo, alertou para o facto de a avaliação das tecnologias em saúde se desenvolver em diferentes ritmos nos vários países europeus, o que poderá criar algumas dificuldades na gestão do acesso aos novos medicamentos. Assim, a OF entendeu que a validação dos medicamentos que poderão vir a ser comparticipados deverá ser feita através de critérios objectivos, quer a mesma se efective mediante inserção no Formulário Hospitalar Nacional, quer através da emissão de Normas de Orientação Clínica por parte da Direcção-Geral de Saúde.

O acesso a cuidados de saúde transfronteiriços exige também, no entender da OF, a validação do direito de exercício da profissão pelos profissionais de saúde constantes dos registos nacionais.

Deverá ainda ser aproveitada a possibilidade de inclusão de centros nacionais na rede de referenciação europeia, de modo a possibilitar a entrada de doentes europeus e a promoção do turismo de saúde.

Deverá igualmente ser promovida a rápida resolução dos problemas de ordem técnica e deontológica que eventualmente se irão colocar perante situações concretas e também face à possibilidade de se imporem restrições a este tipo de cuidados de saúde, tal como previsto em algumas das normas da proposta de Lei.

Não obstante tudo o que ficou dito, a OF entende que o projecto carece de objectividade em alguns dos seus aspectos, pelo que muito ainda falta definir, o que irá certamente ocorrer mediante a aprovação de Portarias que regulamentem este regime.

1.11. Inventário de profissionais de saúde

O Governo, através do gabinete do Secretário de Estado da Saúde, submeteu à apreciação da Ordem dos Farmacêuticos (OF) um projecto de Decreto-Lei que visa a criação do Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde (INPS).

O projecto de diploma prevê o envio, por parte da OF, de informação privada dos seus membros para a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), ficando a OF responsável por, periodicamente, e sempre que necessário enviar actualizações a este organismo. No parecer enviado pela OF, advertiu-se para a eventual inconstitucionalidade e ilegalidade do diploma, por violação da Lei de Bases da Saúde.

Conforme recordou a OF, a Lei de Bases da Saúde prevê a existência de um "registo nacional de todos os profissionais de saúde". Contudo, deixa também claro que esse registo não é integralmente organizado pelo Ministério da Saúde. Dele se retira que é cada Ordem Profissional que organiza o seu

próprio registo relativamente aos profissionais que devam estar inscritos na mesma, enquanto o Ministério da Saúde organiza o registo dos profissionais de saúde que não devam estar inscritos em qualquer Ordem Profissional.

Assim, para o Ministério ter acesso ao registo total dos profissionais de saúde, deverá juntar, ao seu próprio arquivo, os registos das diversas Ordens Profissionais, que, nos termos da lei, deverão facultar o respectivo registo ao Ministério da Saúde.

Por outro lado, a OF alertou ainda para o facto de se estar a impor que "os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde comuniquem a informação relevante de todos os seus profissionais de saúde a exercer funções a título de trabalho dependente ou independente", o que também contraria o disposto na Lei de Bases da Saúde. Segundo a OF, no caso de esses prestadores de saúde deverem obrigatoriamente estar inscritos numa Ordem Profissional, a obrigação de organizar o registo relativamente a esses prestadores de saúde é da respectiva Ordem Profissional, pelo que não devem os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde comunicar os dados desses profissionais à ACSS, na medida em que não deve ser esta entidade a organizar o registo relativamente a esses profissionais de saúde, antes devendo, o Ministério da Saúde, receber a informação agregada relativamente a esses profissionais das diversas Ordens Profissionais.

Além destes aspectos, que a OF entende que podem ser de inconstitucionalidade e de ilegalidade, por violação da Lei de Bases, considera se também que o projecto de diploma vem criar complexidade e burocracia adicional sem vantagens visíveis.

A OF submeteu também uma posição conjunta sobre esta iniciativa legislativa, juntamente com as Ordens Profissionais da área da Saúde – Médicos, Farmacêuticos, Enfermeiros, Médicos Dentistas, Psicólogos e Nutricionistas.

1.12. OF condenou fraudes no SNS

O combate à fraude é um desígnio da instituição que representa a profissão farmacêutica em Portugal, razão pela qual a Ordem dos Farmacêuticos tem desde sempre manifestado abertura para a colaboração com o Ministério da Saúde e com os Tribunais em todos os casos de burla ao Serviço Nacional de Saúde.

A Ordem dos Farmacêuticos tem acompanhado atentamente as notícias veiculadas pela comunicação social relacionadas com alegadas fraudes ao Serviço Nacional de Saúde. Do mesmo modo, tem atribuído a maior relevância às comunicações oficiais emitidas pelas autoridades judiciais sobre o alegado envolvimento de farmacêuticos em actos ilícitos, em nada condizentes com os deveres profissionais a que os farmacêuticos estão vinculados.

Publicamente, a Ordem dos Farmacêuticos tem reafirmado o seu repúdio e condenado estas práticas, situações que constituem um gravíssimo ataque aos portugueses e que lançam uma mancha sobre a profissão que a Ordem dos Farmacêuticos não pode aceitar.

A Ordem dos Farmacêuticos tem todo o interesse em tomar posição sobre esta matéria, quer cooperando com a justiça, quer instaurando, se necessário, processos de averiguações para apuramento dos factos e, eventualmente, para instauração do competente processo disciplinar no caso de existirem indícios da práticas de ilícitos disciplinares e/ou penais.

Seguindo a mesma conduta sempre que são reveladas oficialmente as conclusões de diligências judiciais, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos solicitou à Procuradora-Geral da República a identidade dos farmacêuticos alegadamente envolvidos em processos desencadeados em 2014, bem como os elementos sobre os actos ilícitos que lhes são imputáveis, tendo em vista a instauração de processos de averiguações para apuramento dos factos pelo competente. Adicionalmente, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos enviou uma carta ao Director Nacional da Polícia Judiciária e ao Inspector-Geral da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde, reiterando a disponibilidade da OF para estar representada em futuras investigações, cujo âmbito abranja a actividade de farmacêuticos, de modo a salvaguardar questões relacionadas com o sigílo profissional a que estes profissionais estão vinculados, disposto nos artigos 101.º e 102.º do Estatuto da OF, aprovado pelo Decreto-Lei nº 288/2001, de 10 de Novembro.

A obrigação de esta Ordem defender o seu prestígio e a dignidade do exercício da profissão farmacêutica constituem um imperativo legal e ético que pretendemos prosseguir quer quanto aos seus próprios membros, quer quanto aos superiores interesses do Estado.

1.13. Código de Conduta Ética dos Serviços e Organismos do Ministério da Saúde

Foi publicado em Diário da Republica, a 21 de Julho, o Despacho nº 9456-C014, do Ministério da Saúde, que estabelece os "princípios orientadores referentes à Conduta Ética dos Serviços e Organismos do Ministério da Saúde". A Ordem dos Farmacêuticos (OF) enviou ao Ministro da Saúde o seu parecer sobre o anteprojecto de código de conduta ética que se encontra em consulta pública. No documento enviado à tutela, a OF considera positiva a criação de um código de conduta ética para os profissionais que exercem na área da Saúde, mas cuja actividade não está regulada pelas Ordens profissionais e sugere que os seus princípios orientadores sejam aplicados, transversalmente, a toda a administração pública.

Tal como está previsto no anteprojecto de diploma, a OF entende que as normas deontológicas consagradas no seu Estatuto têm de continuar a ter total primazia, designadamente em relação a qualquer outra legislação sobre esta matéria. No que se refere aos critérios de transparência e prestação de informações ao cidadão, defende-se que a informação sobre os indicadores de actividade e de qualidade

esteja permanentemente actualizada e acessível nos sítios electrónicos de cada unidade prestadora de cuidados de saúde.

1.14. Procedimentos para formação em Portugal dos profissionais de saúde da CPLP

O Ministério da Saúde, através do Despacho nº 13779-A/2014, de 12 de Novembro, definiu os procedimentos inerentes à formação profissional no Serviço Nacional de Saúde (SNS) por parte de profissionais de saúde provenientes de países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), detentores de qualificações de nível superior. O diploma estabelece as condições de concessão da formação, a sua natureza e duração, as regras de tramitação, as formas de avaliação e os organismos responsáveis e pela sua realização e acompanhamento.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) foi uma das entidades consultadas durante o período de auscultação aos parceiros sobre a proposta de despacho elaborada pelo Governo, tendo, no parecer enviado a 2 de Outubro de 2014, ao Secretário de Estado da Saúde, sugerido que não fosse mandatório o registo dos profissionais no órgão de regulação, dado que, no caso da OF, o registo pressupõe reconhecimento de diploma Universitário por Instituição de Ensino Superior, além de que os estágios, em particular de curta duração, pressupõem sempre a existência de um tutor devidamente inscrito no órgão de regulação que se responsabiliza no decurso do estágio do formando.

A recomendação da OF foi aceite e incluída no diploma, deixando a inscrição no órgão regulador prevista apenas para os casos em que tal seja aplicável.

1.15. Testamento vital e declaração antecipada de vontade

O Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV), através do qual todos os interessados podem deixar expresso que tratamentos pretendem ou não receber em caso de doença, está disponível desde 1 de Julho de 2014 (Portaria nº 96/2014).

De acordo com a Portaria que regulamenta a organização e funcionamento, "o RENTEV tem como finalidade recepcionar, registar, organizar e manter actualizada, [...] a informação e documentação relativas ao documento de declaração antecipada de vontade e à procuração de cuidados de saúde". O modelo de declaração antecipada de vontade, de utilização facultativa, foi também publicado em Diário da República, entrando em vigor a partir de 1 de Julho.

A Ordem dos Farmacêuticos foi uma das entidades ouvidas no processo legislativo que conduziu à aprovação da lei do testamento vital. Em Janeiro de 2011, durante uma audição na Comissão Parlamentar de Saúde sobre este assunto (vide ROF 96), o Bastonário da OF apresentou o posicionamento da Ordem em relação às propostas legislativas sobre a declaração antecipada de vontade, o consentimento informado e o testamento vital. Carlos Maurício Barbosa manifestou a concordância da OF quanto à necessidade de

ser produzida legislação específica, "muito especialmente sobre a declaração antecipada de vontade, respeitando o direito das pessoas tomarem as suas decisões sobre a sua própria saúde e, em simultâneo, clarificando os deveres dos profissionais de saúde em todas as situações, incluindo aquelas em que há risco de vida".

O dirigente da OF referiu-se ainda a duas áreas de intervenção dos farmacêuticos, no domínio da ética e dos regimes terapêuticos de alívio da dor em situações críticas e em cuidados paliativos e deu dois exemplos de iniciativas que a Ordem poderia assumir neste domínio: a promoção da formação e da informação dos farmacêuticos sobre as questões do fim de vida; e a promoção da monitorização dos regimes terapêuticos nos doentes em fase terminal, de forma a assegurar eficazmente o controlo da dor e de outros sintomas.

1.16. Terapêuticas Não Convencionais

O Ministério da Saúde tem vindo a regulamentar o exercício da actividade das Terapêuticas Não Convencionais, tendo sido publicados ao longo do ano 2014 vários diplomas legais sobre esta matéria, regulamentando a Lei nº 71/2013, de 2 de Setembro, que veio regular o acesso às profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais, e o seu exercício, nos sectores público e privado. Nestes termos, foram publicadas em Diário da República as Portarias nº 181/2014, de 12 de Setembro, que cria, no âmbito da Administração Central do Sistema de Saúde, o Grupo de Trabalho de Avaliação Curricular dos Profissionais das Terapêuticas Não Convencionais, e nº 182/2014, de 12 de Setembro, na qual são estabelecidos os requisitos mínimos relativos a organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das terapêuticas não convencionais.

No dia 8 de Outubro de 2014 foram também publicadas as Portarias nº 207-C/2014, 207-A/2014 e 207-E/2014, que "fixam a caracterização e conteúdo funcional" das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais, designadamente nas áreas da homeopatia, naturopatia e fitoterapia, respectivamente. Estas portarias contemplam recomendações emitidas pela Ordem dos Farmacêuticos durante o período de consulta aos parceiros, em particular no que diz respeito às competências destes profissionais.

Entre as sugestões apresentadas, a OF recordou que, ao abrigo da legislação portuguesa, a concepção e elaboração de combinações, fórmulas ou preparados de plantas, frescas, secas ou sob a forma de extractos, tinturas, óleos essenciais e florais, deve ter lugar em local apropriado, e não no consultório de qualquer terapeuta. Conforme é explicado no parecer da OF, a manipulação de formulações (competência que havia sido sugerida na proposta de diploma integrando a função de fitoterapeuta e de naturopata) é actualmente realizada em farmácias comunitárias e hospitalares, ao abrigo de Normas e Boas Práticas, já que são estes os locais que têm as características técnicas necessárias e devidamente regulamentadas, assim como a supervisão adequada para assegurar a qualidade e segurança dos preparados. Assim, aos terapeutas de naturopatia e de fitoterapia, por falta de competências nesta área,

não é permitido conceber e elaborar "combinações ou fórmulas de plantas, frescas, secas ou sob a forma de extractos, tinturas, óleos essenciais e florais", uma vez que se destinam a uso terapêutico e existem actualmente locais e profissionais devidamente habilitados para o efeito.

No caso específico dos profissionais homeopatas, a OF sugeriu ainda que, dentro das capacidades do terapeuta homeopata, devesse ser incluído o domínio das interacções dos medicamentos homeopáticos que prescreve.

Entretanto, foi também publicada a composição do Conselho Consultivo para as Terapêuticas não Convencionais que integra a professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e coordenadora do Observatório de Interacções Planta-Medicamento, Maria da Graça Campos, em representação da OF.

ANÁLISES CLÍNICAS

1.17. Novo regime jurídico dos laboratórios de Análises Clínicas

No dia 21 de Agosto foram publicadas as Portarias nº 166/2014 e nº 167/2014, respeitantes, respectivamente, aos requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de Análises Clínicas e patologia clínica e das unidades privadas que prossigam actividades laboratoriais na área da Genética Médica e respectivos postos de colheitas.

No dia 22 de Agosto foi publicado o novo regime jurídico das unidades privadas de serviços de saúde, através do Decreto-Lei nº 127/2014, de 22 de Agosto, que define os requisitos de abertura, modificação e funcionamento destas unidades de saúde, onde se incluem os laboratórios de Análises Clínicas. O diploma procede à revisão do regime de licenciamento e atribui competências à Entidade Reguladora de Saúde (ERS) na verificação da aplicação das normas agora aprovadas.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) foi consultada durante o processo legislativo que levou à publicação das Portarias nº 166/2014 e nº 167/2014, tendo alertado nas diversas fases de auscultação do risco que representavam os projectos de diploma para o sector das Análises Clínicas. Em carta enviada em Abril de 2014 ao presidente da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos reforçou o parecer emitido pela instituição a 8 de Novembro de 2013, com particular destaque para a concepção do Manual de Boas Práticas Laboratoriais, que se perspectivava sair da competência das Ordens dos Farmacêuticos e dos Médicos a sua elaboração, e para a valência de Genética Humana, que se perspectivava isolar das Análises Clínicas.

Após terem sido publicadas as Portarias, a OF reagiu prontamente pois não foram acolhidas as preocupações fundamentais, designadamente a permanência da Genética Humana enquanto valência das Análises Clínicas, assim como as questões relativas à autoria do Manual de Boas Práticas Laboratoriais,

até aqui da responsabilidade da OF e da Ordem dos Médicos, e que agora passa para a responsabilidade do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), ouvidas as Ordens referidas.

Por outro lado, foram acolhidos alguns aspectos, nomeadamente a designação de Análises Clínicas, a par com a designação de Patologia Clínica, a desambiguação do título académico de Ciências Farmacêuticas, a clarificação da habilitação dos farmacêuticos para proceder à colheita de produtos biológicos, a definição e abrangência da legislação relativa aos postos de colheita e a extensão do seguro da actividade do laboratório para abranger a responsabilidade profissional dos profissionais que ali trabalham.

Na sequência da publicação em Diário da República da nova legislação que veio regulamentar o licenciamento dos laboratórios de Análises Clínicas, a Ordem dos Farmacêuticos reagiu através de carta enviada pelo Bastonário ao Ministro da Saúde, e através dos meios de comunicação social, em entrevista concedida à rádio Antena 1 por Ana Teresa Barreto, da Direcção Nacional da OF.

Na referida carta, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos alertou para o risco de destabilização do sector das Análises Clínicas e propôs um conjunto de alterações em matérias como a elaboração do Manual de Boas Práticas Laboratoriais, as entidades responsáveis pelo licenciamento, as valências do laboratório de Análises Clínicas, a definição de testes genéticos, a Direcção Técnica dos laboratórios de Análises Clínicas e de Genética Médica e no âmbito da actividade dos postos de colheita. Em todos estes aspectos, as alterações introduzidas pelos novos diplomas legais afastam-se da realidade do funcionamento dos laboratórios de Análises Clínicas e colocam em risco o sector.

Segundo a OF, as Portarias publicadas adoptam "um modelo que se afasta radicalmente da realidade dos laboratórios de Análises Clínicas", sendo, "tecnicamente incongruentes e com graves erros a nível técnico científico".

No ofício dirigido ao Ministro da Saúde, o Bastonário reforça que as alterações promovidas ameaçam seriamente este sector e causam um enorme clima de destabilização e desconfiança. Neste sentido, é solicitada a intervenção do membro do Governo, com vista à regulação do funcionamento do sector das Análises Clínicas, "que tem dado um extraordinário contributo ao sector da Saúde em Portugal, através da complementaridade assistencial entre os sectores público e privado, com uma enorme e reconhecida eficiência para os cidadãos e para o Estado", reafirmou o Bastonário.

A Ordem dos Farmacêuticos continuará a insistir na necessidade urgente de retoma da estabilidade do sector através da alteração das Portarias nº 166/2014 e 167/2014.

1.18. Internalização das Análises Clínicas nos hospitais do Estado

Na sequência de notícias veiculadas na comunicação social sobre a intenção do Ministério da Saúde de concentrar as Análises Clínicas no Serviço Nacional de Saúde, realizando as colheitas logo nos

centros de saúde, a Ordem dos Farmacêuticos manifestou a sua preocupação sobre a coerciva internalização das Análises Clínicas nos hospitais do Estado, em particular pelo impacto negativo de tal medida na qualidade da assistência prestada à população e na acessibilidade aos cuidados de saúde.

A Ordem dos Farmacêuticos tem defendido, reiteradamente, o respeito pelo primado da liberdade dos doentes quanto à escolha do laboratório onde realizam as sua Análises Clínicas.

Com o objectivo de evitar que o Ministério da Saúde concretize tal medida de estatização das Análises Clínicas em Portugal, a Ordem dos Farmacêuticos, em carta enviada ao Secretário de Estado adjunto do Ministro da Saúde, apresentou um conjunto de argumentos que evidenciam as mais-valias do regime de convenções. A concretização desta medida tenderá a diminuir os índices de equidade da população portuguesa no acesso aos cuidados de saúde e levará ao encerramento de muitos laboratórios de Análises Clínicas e ao despedimento em massa de milhares de profissionais, muitos dos quais, altamente qualificados, como é o caso dos farmacêuticos analistas clínicos.

1.19. Internalização das Análises Clínicas pela ULSNE

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos escreveu ao Secretário de Estado da Saúde dando conta das preocupações da OF sobre a internalização das Análises Clínicas pela Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE) em prosseguir com o processo de internalização das análises clinicas nos hospitais de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, generalizando a medida a todos os Centros de Saúde da região.

Na carta enviada ao governante, o dirigente da OF reitera a posição manifestada há cerca de dois anos sobre este mesmo assunto, reforçando as "fundadas reservas e mesmo absolutas objecções" da OF em relação a coerciva internalização das análises clínicas nos hospitais e centros de saúde da região, em particular pelo impacto negativo na qualidade assistencial prestada a população, na acessibilidade desta aos cuidados de saúde, nos índices de celeridade de resposta e de preço e no tecido económico da região. A concretizar-se esta medida, a OF adverte que levará, objectivamente, ao encerramento dos restantes laboratórios de análises clínicas da região e ao despedimento de profissionais, muitos dos quais altamente qualificados, como e o caso dos farmacêuticos analistas clínicos. Para a OF, este cenário e tão mais preocupante, tendo em conta a diminuição demográfica que tem vindo a verificar-se no interior do País e a diminuição dos índices de fixação de empresas e, por conseguinte, de quadros superiores.

Por estes motivos, o Bastonário solicitou a intervenção do Secretário de Estado da Saúde, saudando, contudo, a intenção manifestada pela tutela em realizar, através da Administração Central do Sistema de Saúde, uma análise dos encargos com o sector convencionado sobre os custos da realização das análises clínicas no sector público, antes de ser tomada qualquer decisão sobre a internalização das análises clinicas nos hospitais do Estado, conforme tem vindo a ser defendido pela OF, com vista a

salvaguardar a equidade no acesso aos cuidados de saúde por parte dos cidadãos, quer ao nível de custos, quer de acessibilidade.

A OF tem vindo a defender que as convenções na área das Análises Clínicas constituem um complemento essencial e indispensável do Serviço Nacional de Saúde, que assegura aos cidadãos o direito de livre escolha. Este modelo vigora também, com grande sucesso, na generalidade dos países da Europa, destacando-se em particular a França, Bélgica, Luxemburgo e Alemanha.

DISTRIBUIÇÃO FARMACÊUTICA

1.20. Transposição da directiva europeia sobre boas práticas de distribuição

Na sequência da aprovação das novas directrizes comunitárias em matéria de boas práticas de distribuição de medicamentos para uso humano, aprovadas pela directriz da Comissão Europeia nº 2013/C343/01, de 23 de Novembro de 2013, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) escreveu ao Ministro da Saúde, no dia 13 de Outubro de 2014, manifestando a expectativa de que a transposição desta disposição para o ordenamento jurídico nacional mantenha o mesmo grau de exigência que o actualmente em vigor. Ou seja, que a bem da saúde pública e de todos os utentes consumidores de medicamento, o exercício das funções de responsável de um local de distribuição de medicamentos esteja a cargo de um farmacêutico devidamente habilitado pela OF. Só assim se garantem, segundo a OF, as necessárias condições para assegurar a qualidade dos medicamentos distribuídos às farmácias e posteriormente dispensados à população.

Com efeito, a Portaria nº 348/98, de 15 de Junho, que transpôs para o ordenamento jurídico português as boas práticas de distribuição de medicamentos de uso humano e medicamentos veterinários, estipulava que "em cada local de distribuição deverá ser nomeado um representante de gestão com autoridade e responsabilidade definidas para assegurar que o sistema de qualidade seja concretizado e mantido, devendo assumir presencialmente essas responsabilidades. Esta pessoa deve ser farmacêutico devidamente habilitado pela OF", refere o diploma. No entanto, com a publicação de novas orientações da Comissão Europeia a este respeito passou a recomendar-se, quanto às habilitações do responsável, que "(…) é conveniente que tenha uma licenciatura em Farmácia". Esta nova redacção motivou a preocupação da OF, que advertiu que, aquando da elaboração do novo diploma que proceda à transposição dessas novas orientações para ordenamento jurídico português, não se reduza o grau de exigência actualmente existente para esta função, por força da tradução da directiva europeia, o que constituiria um lapso legislativo.

Segundo a OF, o estabelecimento desta possibilidade violaria o próprio Estatuto desta Ordem profissional, onde se estabelece que "armazenamento, conservação e distribuição por grosso dos

medicamentos de uso humano e veterinário e dos dispositivos médicos" integram o conteúdo do acto farmacêutico, sendo que o acto farmacêutico é da exclusiva competência dos farmacêuticos.

Deste modo, a aprovação de um regime que permitisse o acesso à função de responsável por local de distribuição aos licenciados em Farmácia estaria ferido de ilegalidade. A este respeito, a OF salientou ainda que a direcção técnica das farmácias, como estabelecimentos de dispensa de medicamentos e produtos de saúde, apenas pode ser assegurada por um farmacêutico, pois só assim se garante a qualidade dos medicamentos dispensados aos utentes. Tal imposição deverá existir igualmente para os distribuidores grossistas, por identidade de razões. Na verdade, situando-se os distribuidores grossistas no patamar intermédio do circuito do medicamento, igual preocupação no que respeita à adequação das condições de armazenamento deverá ser-lhes imposta, sob pena de se esvaziar de conteúdo o teor das obrigações dirigidas às farmácias, vertidas no regime jurídico das farmácias de oficina.

FARMÁCIA COMUNITÁRIA

1.21. Serviços a desenvolver pelas farmácias no âmbito dos programas de Saúde Pública

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) reiterou por diversas vezes, junto do Ministério da Saúde, a necessidade de potenciar um melhor aproveitamento da capacidade instalada ao nível das farmácias e dos contributos que os farmacêuticos podem dar ao sistema de saúde e aos portugueses através da implementação de um conjunto de serviços nas farmácias, que, por um lado, respondam aos novos desígnios do sistema de saúde e, por outro, garantam a sustentabilidade económica das farmácias comunitárias. O dirigente da OF enalteceu, em particular, a retoma do programa de troca de seringas nas farmácias, que contribui para evitar a transmissão de infecções, aumentando a segurança da população, e o acompanhamento de doentes com diabetes, que irá proporcionar um maior equilíbrio a estes doentes, uma vez que permite monitorizar a terapêutica, entre outros aspectos, e referenciar os casos que se apresentem graves.

Em Julho de 2014, o Ministério da Saúde assinou um acordo com as associações representativas das farmácias que estabelece "os princípios orientadores relativos à implementação dos serviços a desenvolver pelas farmácias no âmbito dos programas de Saúde Pública e do seu contributo para a evolução do incremento da dispensa de medicamentos genéricos". Prevê-se, assim, o desenvolvimento de serviços farmacêuticos nas áreas da autovigilância da diabetes, acompanhamento da adesão à terapêutica, administração da vacina contra a gripe sazonal, troca de seringas e administração da terapêutica de substituição opiácea, por um período experimental de 12 meses, sem encargos para o Estado.

Estes acordos prevêem igualmente o contributo das farmácias para o incremento do mercado de genéricos. A política do medicamento para 2014 tem como objectivo o crescimento da quota de mercado

de medicamentos genéricos para 60 por cento – actualmente, é cerca de 45 por cento –, cabendo ao Ministério propor um regime de incentivos, tendo em conta o regime de comparticipações e de formação do preço dos medicamentos (Decreto-Lei nº 19/2014) e a verificação de evidência da poupança global para os utentes.

A este propósito, foi criada uma Comissão, através do Despacho nº 11751-A/2014, para o acompanhamento do funcionamento e desempenho dos serviços a desenvolver pelas farmácias no âmbito dos programas de Saúde Pública, nos termos dos acordos assinados pelo Ministério da Saúde com a Associação Nacional das Farmácias (ANF) e com a Associação das Farmácias de Portugal (AFP). A Ordem dos Farmacêuticos está representada nesta estrutura pela professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e representante da OF na Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, Isabel Vitória Figueiredo.

1.22. Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia

No seguimento da publicação do Decreto-Lei nº 128/2013, em vigor desde 6 de Setembro de 2013, que veio criar a categoria de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia (MNSRM-DEF), a OF recebeu, em 20 de Janeiro de 2014, 7 projectos de Protocolos de Dispensa de MNSRM-DEF.

Os mencionados sete projectos de Protocolos de Dispensa de MNSRM-DEF, sobre os quais a OF se pronunciou a 27 de Janeiro de 2014, dizem respeito às seguintes situações:

- Tratamento profiláctico e sintomático de enxaquecas, incluindo as crises de cefaleias, náuseas e vómitos;
- Tratamento ou prevenção da hipóxia crónica;
- Anestesia tópica;
- Prevenção e tratamento de estados carenciais de vitamina B12;
- Substituição do ar ambiental/atmosférico sempre que necessário, como, por exemplo, durante terapias de ventilação e como parte do fluxo de gás fresco a fim de criar uma oxigenação adequada (FiO2);
- Verrugas, calosidades e situações marcadas por hiperqueratose e descamação;
- Verrugas vulgares, verrugas juvenis planas, verrugas plantares. Verrugas seborreicas. Queratoses solares.

E envolvem, respectivamente, medicamentos correspondentes às seguintes substâncias activas:

- Paracetamol + Codeína + Buclizina

- Oxigénio
- Lidocaína + Prilocaína
- Cianocobalamina
- Ar medicinal
- Ácido salicílico + Fluorouracilo + Ácido láctico
- Ácido salicílico + Fluorouracilo

Posteriormente, a 13 de Fevereiro de 2014, o Bastonário da OF escreveu uma carta ao Presidente do Infarmed, manifestando a perplexidade e preocupação da Ordem dos Farmacêuticos sobre a forma como a concretização desta medida tinha vindo a desenvolver-se, designadamente pelo atraso que se tem verificado na concretização desta medida, aprovada em Conselho de Ministros a 19 de Junho de 2013.

O Bastonário da OF manifestou ainda preocupação pelo facto de ter sido veiculada, pela comunicação social, uma listagem de substâncias activas, alegadamente definida pelo Infarmed, cujos medicamentos passariam a integrar a nova categoria de MNSRM-DEF, listagem essa da qual a OF nunca teve conhecimento.

No entender da Ordem dos Farmacêuticos, as situações a que respeitam os projectos de Protocolos recebidos da parte do Infarmed e o número de substâncias activas abrangidas por esses Protocolos configuram uma clara limitação por parte do Infarmed ao potencial de que se reveste a subcategoria MNSRM-DEF criada pelo Governo. O Bastonário da OF reiterou que a Ordem dos Farmacêuticos sempre defendeu a criação da subcategoria MNSRM-DEF, uma vez que certos medicamentos, ainda que classificados como Não Sujeitos a Receita Médica, preenchem certos critérios de natureza técnico-científica e de defesa da Saúde Pública, relacionados com o respectivo perfil de segurança, potência farmacológica ou com a sua utilização, que fundamentam que lhes seja aplicado um regime específico de dispensa exclusiva em farmácia sob a responsabilidade de um farmacêutico.

É sabido que o conjunto dos medicamentos disponíveis nos espaços de venda de MNSRM tem vindo a alargar-se muito significativamente incluindo, neste momento, medicamentos de uso prolongado ou que contêm substâncias activas que, pela sua natureza, perfil de segurança ou indicações terapêuticas, exigem aconselhamento e acompanhamento farmacêutico e, por isso, em nosso entender, deverão apenas ser dispensados nas farmácias.

Assim, a OF solicitou ao Infarmed informação sobre: i) critérios usados pelo Infarmed na elaboração dos projectos de Protocolos de Dispensa que nos foram remetidos; ii) critérios usados pelo Infarmed na definição de prioridades para a elaboração dos Protocolos; iii) substâncias activas cujos medicamentos serão, desde já, integrados na subcategoria MNSRM-DEF, bem como informação relativa aos critérios usados pelo Infarmed na selecção dessas substâncias activas e iv) calendarização prevista

pelo Infarmed para este processo, nomeadamente no que respeita à elaboração de projectos de Protocolos de Dispensa adicionais. Até ao momento a OF não recebeu resposta ao pedido formulado.

Em Maio de 2014, o Infarmed publicou a Deliberação nº 24/CD/2014, que aprova o Regulamento dos medicamentos não sujeitos a receita médica de dispensa exclusiva em farmácia, no seu portal oficial na Internet, e que, de acordo com a referida Deliberação, havia sido aprovado em 26 de Fevereiro de 2014 e entraria em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na página electrónica do Infarmed. Desta Deliberação constam 5 DCIs: Paracetamol + Codeína + Buclizina, Cianocobalamina, Ácido salicílico + Fluorouracilo, Ácido salicílico + Fluorouracilo + Ácido láctico e Lidocaína + Prilocaína.

A OF continuará a reforçar a necessidade de implementação plena desta medida e que a lista de MNSRM-DEF seja elaborada estritamente com base em critérios de natureza científica e técnica e visando sempre a protecção da Saúde Pública, pois só assim será garantido que os medicamentos serão utilizados de modo racional, seguro e efectivo e sem riscos para a Saúde Pública.

1.23. Reforço da componente fixa de remuneração das farmácias

A Ordem dos Farmacêuticos enviou ao Secretário de Estado da Saúde, em Novembro de 2013, considerações sobre o projecto de diploma que previa a introdução de alterações ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos e ao regime de formação do preço dos medicamentos.

O Decreto-Lei nº 19/2014, resultante do referido projecto de Diploma, veio introduzir maior exigência da demonstração de eficácia, efectividade e valor terapêutico acrescentado, o que no entendimento da Ordem dos Farmacêuticos é positivo, pois traduz-se em avaliação sistemática das tecnologias de saúde – medicamentos e dispositivos médicos – com base na sua relação custo-efectividade.

Sobre o regime de formação de preços, o mesmo Decreto-Lei, veio promover a revisão das respectivas componentes fixas e variáveis do preço dos medicamentos, reforçando o apropriado sistema misto para a formulação de preços dos medicamentos, o qual, pelo reforço da componente fixa em detrimento da percentagem associada ao preço do medicamento, contribui para uma valorização económica do acto farmacêutico praticado, constituindo uma tendência positiva para a valorização desse acto. Acresce neste diploma a possibilidade de a dispensa de medicamentos genéricos poder ser objecto de remuneração adicional para as farmácias participantes em programas de saúde pública.

PUBLICIDADE

1.24. Regulação da publicidade na área da Saúde

Sete Ordens profissionais – Farmacêuticos, Médicos, Médicos Dentistas, Enfermeiros, Psicólogos, Biólogos e Nutricionistas – apelaram ao Ministério da Saúde para que tome medidas urgentes para pôr cobro à desregulação que se verifica na publicidade a serviços de saúde, propondo-se, nomeadamente, a criação de um grupo de trabalho que pudesse colaborar com o Governo na elaboração de legislação específica para a publicidade no sector da saúde.

Na carta enviada ao Ministro da Saúde, no início de Agosto, as sete Ordens profissionais denunciaram a falta de regras na publicitação de actos e serviços de saúde e alertaram para os consequentes perigos para a saúde pública, já que se trata de uma área particularmente sensível. No seu entendimento, a saúde não e uma actividade comercial como qualquer outra e não pode ser publicitada como tal.

Em resposta, o Governo, através do Despacho nº 11344/2104, de 10 de Setembro, dos gabinetes dos secretários de Estado adjunto e da Economia e adjunto do Ministro da Saúde, reconheceu a pertinência das reivindicações das Ordens profissionais e veio criar um Grupo de Trabalho para analisar o regime jurídico aplicável aos actos de publicidade praticados pelos prestadores de cuidados de saúde. A publicidade de medicamentos ficou excluída do âmbito deste Grupo de Trabalho.

O Grupo de Trabalho (GT) constituído pelo Governo para analisar o regime jurídico aplicável aos actos de publicidade praticados pelos prestadores de cuidados de saúde cumpriu o propósito da sua criação e entregou o relatório final à tutela. Este grupo, no qual a Ordem dos Farmacêuticos esteve representada por Luís Matias, terminou os seus trabalhos no final do prazo de 90 dias definidos no despacho constitutivo, estando o Relatório final e o projecto de Diploma junto da Tutela para análise e publicação.

1.25. Recomendações da ERS sobre práticas publicitárias dos prestadores de cuidados de saúde

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) elaborou uma Recomendação relativa a práticas publicitárias dos prestadores de cuidados de saúde, que colocou em audição pública. No parecer enviado ao presidente da ERS, a OF defendeu o não encorajamento da utilização indiscriminada, inapropriada e/ou desnecessária dos serviços publicitados, bem como que se evite criar expectativas nos consumidores que não possam ser cumpridas.

A OF, não obstante concordar, na generalidade, com o enquadramento apresentado na recomendação da ERS, bem como com o seu teor, apresenta algumas sugestões de aditamento. Além de se dirigir aos prestadores de cuidados de saúde, esta recomendação deve também ser extensível às

respectivas entidades patronais e sociedades que tenham por objectivo a prestação de cuidados de saúde. Recomenda-se ainda que seja atribuída particular atenção à necessidade de formação dos prestadores, actuais e futuros, para esta matéria. A OF defendeu também consequências para o não cumprimento.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

1.26. Fragilidade do sector na Região Autónoma dos Açores

O Bastonário da OF foi recebido em audiência pelo secretário Regional da Saúde dos Açores. A reunião decorreu na sede da Secretaria Regional da Saúde dos Açores, na ilha Terceira, e nela foram analisados temas como a situação das farmácias e dos laboratórios de Análises Clínicas na Região Autónoma, as dívidas do SRS aos fornecedores, o Plano Regional de Saúde e a Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica dos Açores.

Na audiência com o secretário Regional da Saúde dos Açores, Luís Mendes Cabral, a 31 de Janeiro, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Carlos Maurício Barbosa, que se fez acompanhar pelo presidente da Delegação Regional dos Açores da OF, João Pedro Toste de Freitas, apresentou a posição da instituição que representa os farmacêuticos portugueses sobre vários aspectos relacionados com o exercício da profissão na Região Autónoma.

O Bastonário começou por abordar os problemas associados aos atrasos nos pagamentos do Serviço Regional de Saúde (SRS) aos convencionados, com consequências ao nível da degradação da rede assistencial, da saúde pública, mas também para o tecido económico e para o agravamento do desemprego qualificado na Região Autónoma. Os laboratórios de Análises Clínicas da Região Autónoma dos Açores receberam em Janeiro o pagamento referente ao período de Abril a Outubro de 2013, totalizando cerca de 3,5 milhões de euros, faltando os montantes referentes aos últimos meses desse mesmo ano. Para o Bastonário, "não é possível uma microempresa, como é um laboratório de Análises Clínicas, manter-se quase um ano sem receber do seu principal cliente, que é o SRS. Os atrasos sistemáticos já acontecem há alguns anos, mas nos últimos dois anos têm-se agravado", alertou o Bastonário, explicando que a regularização de dívidas por parte do SRS com cerca de um ano de atraso tem sido uma prática recorrente.

Ainda no domínio das Análises Clínicas, os dirigentes da OF destacaram os constrangimentos à liberdade de escolha dos cidadãos pelo laboratório em que pretendem efectuar as suas Análises Clínicas e exames complementares de diagnóstico, devido ao encaminhamento compulsivo dos utentes para os centros de saúde e hospitais.

1.27. Regime de celebração das convenções e regime de reembolsos na prestação de cuidados de saúde

A Ordem dos Farmacêuticos enviou ao secretário Regional da Saúde dos Açores, Luís Mendes Cabral, o seu parecer sobre os projectos de diplomas para a revisão do regime de celebração das convenções e para o regime de reembolsos na prestação de cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA). A OF entende que as propostas em apreciação não protegem os doentes nem asseguram equidade no acesso à prestação de cuidados de saúde e conduzirão ao encerramento de vários laboratórios de Análises Clínicas e a despedimentos em massa de farmacêuticos analistas clínicos.

Segundo a OF, os projectos de diploma em apreciação pretendem condicionar a liberdade de escolha dos prestadores por parte dos utentes "aos limites dos recursos existentes" e o recurso à prestação de cuidados de saúde convencionados através do "aproveitamento da capacidade instalada no sector público". A OF não vislumbra qualquer vantagem na celebração de convenções directamente com cada uma das unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde (SRS), tal como está previsto na proposta, ao invés do que actualmente sucede em que a convenção é estabelecida com todo o SRS.

No entender da OF, a celebração de convenções descentralizadas poderá causar dificuldades no acesso dos utentes da RAA, dado que os prestadores necessitarão de contratualizar com todas as unidades de saúde do SRS das várias ilhas para assegurar que qualquer açoriano possa usufruir da convenção quando e onde necessite.

A OF sugeriu também que seja contemplado um prazo razoável e equilibrado que possa constituir uma garantia do investimento realizado às entidades que vierem a celebrar convenções.

No que se refere aos preços, a OF sugeriu que sejam estabelecidos limites mínimos, de forma a assegurar a qualidade das prestações de cuidados de saúde, em condições normais de concorrência.

No âmbito do regime de reembolsos, a Ordem recordou o historial negativo de atrasos de pagamentos ao sector convencionado da RAA. Segundo a OF, o esquema de reembolsos previstos exige rigor, eficiência, disciplina e disponibilização de verbas por parte dos serviços envolvidos no processo, quer no deferimento oportuno, quer no seu imediato pagamento. Não obstante, considera-se que a limitação do número de actos reembolsáveis anualmente constitui um sério obstáculo ao exercício do direito de opção por esta modalidade de prestação de saúde e ao acesso equitativo baseado em critérios de saúde pública, estando a prevalecer no projecto de diploma uma óptica meramente economicista, em detrimento das reais necessidades e bem-estar da população.

A OF não pode, por isso, concordar com qualquer limitação ou bloqueio, por parte da SRS dos Açores, à prestação de cuidados de saúde. O regime convencionado nas Análises Clínicas constitui um complemento essencial e indispensável do SRS, que assegura aos cidadãos o direito de livre escolha. Além disso, apresentam-se fundadas reservas sobre a capacidade e celeridade de resposta, bem como sobre o preço, garantidos pelas unidades do SRS, por comparação com os laboratórios de análises clinicas.

Nos termos em que estão redigidos, os projectos de diplomas tenderão a diminuir os índices de equidade da população no acesso aos cuidados de saúde e levar ao encerramento de muitos laboratórios e a despedimentos em massa de profissionais, muitos dos quais altamente qualificados, como é o caso dos farmacêuticos analistas clínicos.

A OF deu conhecimento deste parecer aos partidos políticos da RAA e órgãos de soberania.

1.28. Parecer sobre Plano Regional de Saúde 2014-2016

A Ordem dos Farmacêuticos enviou ao secretário Regional da Saúde dos Açores o seu parecer sobre a proposta de Plano Regional de Saúde para o triénio 2014‑2016. De forma a preparar a sua posição sobre este importante documento, a OF solicitou os contributos e sugestões de farmacêuticos da Região Autónoma dos Açores, tendo ainda constituído dois Grupos de Trabalho, sob coordenação de João Pedro Toste de Freitas, na ilha Terceira, e de José Aires Raposo, na ilha de S. Miguel, que reuniram os contributos individuais enviados por farmacêuticos açorianos.

No parecer, a OF considerou que deverão estar identificadas no modelo conceptual do Plano Regional de Saúde as áreas de intervenção farmacêutica, uma vez que os farmacêuticos também são parte estruturante do Plano Regional de Saúde. "O papel a desempenhar por estes profissionais ao nível das doenças crónicas, quer no circuito da inovação terapêutica, quer na elaboração de normas de utilização de medicamentos, é absolutamente fundamental para o Plano Regional de Saúde dos Açores", realçou a OF. Além disso, devem ainda ser formalizados os métodos de referenciação dos casos detectados pelos farmacêuticos e que necessitam de encaminhamento para o médico de família/médico da especialidade, "de modo a contribuir para uma maximização dos recursos, numa óptica de complementaridade entre os sectores público e privado, com evidentes ganhos económicos e de eficiência", refere o parecer.

No âmbito das estratégias regionais prioritárias, a OF preconiza, por exemplo, que a aposta na prevenção das doenças e no acompanhamento dos doentes crónicos deverá passar pela criação de protocolos de parceria entre o SRS e as farmácias comunitárias, mediante a implementação sistemática de programas de rastreio, identificação de factores de risco e monitorização de doentes crónicos, através de um modelo formal de referenciação de doentes, por parte dos farmacêuticos comunitários, que devem constituir um elo de ligação entre os utentes e o SRS.

Não obstante concordar com a descentralização, enquanto estratégia positiva de complementaridade entre os sectores público e privado, proposta pelo Executivo Regional, que pretende integrar os cuidados de saúde primários, secundários e terciários, a OF realçou que este objectivo estratégico é contraditório com o processo actualmente em curso de internalização dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica nos hospitais. A OF entende que os utentes deverão poder optar por um serviço de qualidade e proximidade no que respeita ao prestador de Análises Clínicas.

A proposta de Plano Regional de Saúde prevê também a implementação do processo clínico electrónico, nomeadamente através da reunião dos dados dos utentes num processo único e de livre acesso por parte dos prestadores dos cuidados de saúde. No parecer da OF sugere-se também que seja contemplado o acesso a estes dados por parte das farmácias e laboratórios de Análises Clínicas, dado que nas diferentes vertentes de intervenção do farmacêutico é crucial a consulta do registo de informação referente à medicação ou a marcadores biológicos, dados fundamentais na gestão optimizada dos doentes, em particular nos doentes polimedicados.

Ao longo do parecer, a OF enumera várias áreas onde os contributos e a participação dos farmacêuticos poderão constituir importantes mais-valias para a obtenção de ganhos em saúde, exemplificando com a intervenção na diabetes, hipertensão, saúde mental, doenças oncológicas e infecciosas, saúde da mulher e infanto-juvenil, no tratamento de dependências ou na prevenção e acidentes.

1.29. Composição da Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica

No decurso da audiência do Bastonário com o Secretário Regional da Saúde dos Açores, em Janeiro de 2014, foi também analisado o entendimento da OF relativamente à composição da Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica (CRFT) dos Açores, definida pelo Despacho nº 2216/2013, de 19 de Dezembro, e que já havia sido manifestado tanto após a publicação do referido despacho, bem como durante o período em que o projecto de diploma que criou a CRFT foi submetido a apreciação pela OF. Segundo a OF, a CRFT não poderia integrar na sua composição outros profissionais que não médicos e farmacêuticos, "porquanto apenas estes profissionais possuem conhecimentos técnicos e científicos especializados adequados ao cumprimento dos objectivos a que se propõe a referida comissão". Para a OF, "uma Comissão desta natureza deve basear as suas decisões apenas e exclusivamente em critérios eminentemente técnicos, pelo que os membros que a integram devem ter formação específica no âmbito farmacêutico ou médico". Acresce ainda que, no entender da OF, "uma Comissão de Farmácia e Terapêutica deverá ser sempre, e por definição, uma comissão paritária, o que implica que deve ser constituída por igual número de médicos e farmacêuticos", o que não estava assegurado nos despachos que determinaram a criação da CRFT dos Açores e a sua composição.

Em carta enviada ao secretário Regional da Saúde após a publicação do despacho que definiu a composição da CRFT, e durante a audiência concedida pelo membro do Governo Regional, o Bastonário da OF voltou a alertar para o facto de a comissão então formada se encontrar "profundamente desalinhada das restantes comissões de missão idêntica constituídas no país (Continente e Regiões Autónomas)". Conforme explicou o Bastonário nesta sua deslocação à Região Autónoma dos Açores, "fizemos um reparo à sua constituição, pois os farmacêuticos e médicos devem estar em igual número" e o secretário Regional

compreendeu os argumentos apresentados, comprometendo-se a estabelecer a paridade entre farmacêuticos e médicos.

O compromisso assumido pelo Secretário Regional foi materializado alguns dias depois da audiência, com a publicação do despacho que alterou a composição da CRFT (Despacho nº 187/2014), de modo a consagrar a paridade entre peritos, farmacêuticos e médicos. O diploma justifica esta alteração com a necessidade de "assegurar a representação da Direcção Regional da Saúde" e "as regras da paridade entre os membros desta Comissão". Assim, além dos membros nomeados no despacho anterior – director clínico e director dos serviços farmacêuticos dos Hospitais do SRS, dois membros em representação das Unidades de Saúde de Ilha (USI), um representante da OF, um representante da Ordem dos Médicos e um representante da Saúdaçor –, passou a ser exigido que os representantes das USI sejam um farmacêutico e um médico, tendo o elemento da Saúdaçor passado a ser membro consultivo. Foi ainda incorporado um representante da Direcção Regional de Saúde, enquanto membro consultivo, tendo tais alterações sido consagradas através do Despacho nº 274/2014, de 19 de Fevereiro.

Com esta publicação, o Governo Regional dos Açores, por um lado, consagra a paridade entre farmacêuticos e médicos no âmbito do funcionamento da CRFT e, por outro, estipula que a decisão técnica é feita exclusivamente com base em critérios técnico-científicos e é reservada aos peritos.

1.30. Coordenação dos POCT na Região Autónoma dos Açores

A decisão do Governo da Região Autónoma dos Açores de implementar o sistema point of care testing (POCT) entre as 16 e as 8 horas nos centros de saúde, por força do encerramento nesse horário dos laboratórios de Análises Clínicas dos Centros de Saúde de Ilha, levou o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) a escrever ao secretário Regional da Saúde dos Açores, Luís Mendes Cabral, propondo o envolvimento dos laboratórios de Análises Clínicas na coordenação da implementação, regulação e validação de todos os processos e profissionais de saúde envolvidos nos programas de POCT.

Para o Bastonário da OF, a ausência de intervenção dos laboratórios de Análises Clínicas junto das unidades de saúde com programas de POCT incorre em vários riscos, designadamente a utilização de tecnologias inadequadas; controlo de qualidade inexistente ou insuficiente nos processos; dificuldades no registo de todos os resultados e sua rastreabilidade; formação insuficiente na realização dos testes e na interpretação dos resultados; inadequado armazenamento, manuseamento e controlo dos equipamentos e reagentes; custo elevado quando comparado com testes laboratoriais convencionais; e, em caso de requisitos técnicos não observados, podem ser tomadas decisões médicas inadequadas.

"Para um programa de POCT realizado de forma correcta, devem seguir-se os mesmos critérios já reconhecidos para um laboratório de Análises Clínicas. Por esse motivo, os programas de POCT devem estar coordenados pelo laboratório de Análises Clínicas sob a direcção de um farmacêutico especialista

em Análises Clínicas pela OF ou de um médico especialista em Patologia Clínica pela OM", defendeu a OF. Assim, além do responsável técnico definido, os profissionais de saúde envolvidos devem estar devidamente habilitados e formados, "caso contrário incorremos na banalização dos processos de Análises Clínicas em que estes equipamentos e testes estão inseridos", realçou o Bastonário.

Na carta enviada ao membro do Governo Regional, foi ainda sublinhada que "a coordenação dos POCT pelos laboratórios de Análises Clínicas permite assegurar a formação e qualificação dos profissionais de saúde envolvidos, adequação dos métodos e reagentes usados, rastreabilidade dos lotes de reagentes, desenvolvimento de programas de calibração e controlo de qualidade, arquivo e gestão dos dados e informação dos pacientes, bem como a validação e interpretação adequada de todos os resultados produzidos".

A terminar, o Bastonário destacou que "a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde deve considerar a rede assistencial que os laboratórios de Análises Clínicas convencionados com o Serviço Regional de Saúde representam, com um período de funcionamento alargado, o que possibilita uma contínua assistência que obedece a todos os critérios anteriormente referidos".

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1.31. O Sector Farmacêutico na Região Autónoma da Madeira

A Ordem dos Farmacêuticos prosseguiu a defesa do interesse da profissão farmacêutica ao nível da Região Autónoma da Madeira. Prosseguiu-se o estabelecimento de relações profícuas com o Governo Regional e Autoridades da Saúde, bem como a participação ao nível da Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica.

A OF acompanhou também o processo que levou à publicação dos novos Modelos de Receita Médica, em conformidade com os Modelos já definidos em Portugal Continental.

Foram ainda desenvolvidas acções de proximidade e promoção da profissão farmacêutica na Região Autónoma.

Foi assinado um Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal do Funchal no âmbito da Comparticipação Municipal de Medicamentos.

2. Iniciativas da Ordem dos Farmacêuticos

2.1. Nova Carteira Profissional dos Farmacêuticos

A Carteira Profissional dos Farmacêuticos é um documento de identificação profissional que comprova que o seu titular está apto para a o exercício profissional da actividade farmacêutica, tratando-se de um documento único, pessoal e intransmissível.

Durante o ano 2014 a Direcção Nacional desenvolveu esforços no sentido de encontrar os parceiros adequados para a produção de uma nova Carteira Profissional dos Farmacêuticos – um cartão de identificação profissional que, além de manter as principais características da anterior, vem promover a integração dos farmacêuticos em sistemas de informação, com segurança e de forma inovadora.

Neste sentido, foi considerada uma proposta do Banco Santander Totta, pela sua experiência na produção de cartões de identificação profissionais, pela credibilidade institucional, pela relação que já tem com muitos membros da OF e pelas condições oferecidas.

Através desta parceria, foi possível assegurar a melhor qualidade, aliada ao menor custo possível, tendo sido salvaguardados os seguintes aspectos – o *layout* da nova Carteira Profissional foi estabelecido pela OF e, por isso, não apresentará nenhum logotipo do Banco Santander Totta; a OF não cederá nenhum dado pessoal dos farmacêuticos; ao farmacêutico não será imputado qualquer custo adicional para obter a Carteira Profissional com as principais características; o farmacêutico não é obrigado a adquirir qualquer produto do Banco Santander Totta ou o Certificado Digital Qualificado; e haverá uma equipa que irá apoiar a OF no que diz respeito ao fornecimento de informações sobre a nova Carteira Profissional. Este protocolo com o Banco Santander Totta permite emitir todas as Carteiras Profissionais necessárias até 2020.

A nova Carteira Profissional da Ordem dos Farmacêuticos estará dotada de um *chip* que permitirá dotar os farmacêuticos de uma ferramenta tecnológica preparada para o futuro, quer da profissão farmacêutica, quer da saúde electrónica. A principal premissa para a inclusão de um *chip* na Carteira Profissional surge do reconhecimento de que os Sistemas de Informação das entidades prestadoras de cuidados de saúde, públicas e privadas, são uma ferramenta valiosa na melhoria dos cuidados de Saúde em Portugal e deverão estar acessíveis ao farmacêutico na sua prática diária, algo possível de materializar através deste sistema.

Para além destas características, a Carteira Profissional poderá ter incorporado um Certificado Digital Qualificado que permite aos farmacêuticos assinar documentos electronicamente, com o valor legal da sua assinatura manuscrita, e enviar correio electrónico protegido. Esta é uma característica opcional e que está disponível gratuitamente para os farmacêuticos que cheguem a acordo com o Banco Santander Totta ou que pretendam adquirir o mesmo.

Paralelamente, em 2014 a Ordem dos Farmacêuticos celebrou um protocolo com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde que permitirá aos farmacêuticos aceder à Plataforma de Dados em Saúde e, assim, consultar uma série de informação útil à actividade profissional, como por exemplo o Resumo Clínico do Utente, a Prescrição Electrónica, entre outras funcionalidades.

2.2. Campanha "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis"

Reconhecidamente, os medicamentos constituem uma das mais importantes tecnologias de que a humanidade hoje usufrui, contribuindo de modo decisivo para a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Se é verdade que são uma parcela muito importante da despesa em saúde – sendo frequentemente apontados como a segunda rubrica que absorve mais recursos, logo a seguir aos gastos com pessoal –, também é verdade que têm trazido à sociedade os maiores ganhos em saúde no último século. Por isso mesmo, importa, numa visão abrangente e estratégica, encarar esta despesa como um investimento, precisamente na saúde das populações e na melhoria da sua qualidade de vida.

Contudo, vários estudos demonstram a existência de um potencial não aproveitado na despesa com medicamentos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 50% dos medicamentos não são correctamente usados pelos doentes. E um estudo efectuado em 2012 pela multinacional americana IMS Health, a pedido do Ministério da Saúde holandês, estima que a optimização do uso do medicamento permitiria poupar anualmente, em todo o mundo, cerca de 370 mil milhões de euros (mais do dobro do PIB de Portugal), o que corresponde a aproximadamente 8% da despesa anual em saúde a nível mundial.

O referido estudo da IMS destaca a não adesão à terapêutica como a principal causa do problema, estimando-se que contribua para 57% da despesa excedentária. Entre as outras causas, salientam-se a utilização de medicamentos fora do tempo certo, devido à sua aprovação ou prescrição tardias, a utilização errada e a sobre-utilização de antibióticos, os erros de medicação, a utilização insuficiente de medicamentos genéricos e a gestão incorrecta da terapêutica dos doentes polimedicados. Todas estas situações geram gastos evitáveis, muitas vezes associados a internamentos hospitalares ou a outros cuidados de saúde e até a quadros fatais – em suma, associados a morbilidade e mortalidade.

As recomendações do mencionado estudo apontam no sentido de os sistemas de saúde adoptarem como prioridade a promoção do Uso Responsável do Medicamento (URM). Este é um conceito bem caracterizado pela Federação Internacional Farmacêutica. O medicamento deve ser utilizado apenas quando é necessário; e quando é necessário não deve deixar de ser utilizado; a sua selecção deve ser apropriada e baseada na mais recente evidência científica e/ou clínica, considerando também as preferências do doente e fazendo o melhor uso dos recursos disponíveis. Tudo isto em conjugação com o acesso a medicamentos de qualidade e atempadamente disponibilizados, que são administrados e adequadamente monitorizados quanto à sua efectividade e segurança, assumindo o doente a responsabilidade pelo uso, com base na forma mutuamente acordada com um profissional de saúde. Tal

implica a adopção permanente de uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, também deontológica, que congregue os doentes ou os seus cuidadores e os profissionais de saúde que lhes prestam cuidados.

Em suma, o que o URM procura garantir é o acesso do cidadão ao medicamento correcto, na dose e no tempo adequados à sua necessidade individual, e com o menor custo possível, quer para o próprio, quer para o sistema de saúde – proporcionando, por conseguinte, o maior benefício do tratamento. Trata-se de um conceito abrangente, comum a todos os intervenientes nas diferentes fases do ciclo de vida do medicamento, desde a investigação e desenvolvimento até à sua utilização pelo doente, passando pela aprovação e colocação no mercado, fabrico, distribuição, prescrição e dispensa, pelo que pressupõe o envolvimento activo, consciente e "responsável" de todos.

É neste contexto que a Ordem dos Farmacêuticos decidiu lançar publicamente a campanha subordinada ao tema "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis", por altura das Comemorações do Dia do Farmacêutico em 2014, Campanha suportada pela Direcção Nacional e pelas Direcções das Secções Regionais de Lisboa e de Coimbra da OF. Reputamos esta iniciativa da mais elevada importância. O URM promove ganhos significativos, quer no plano clínico, quer no plano económico, pelo que deve constituir também um grande objectivo para o sistema de saúde português, em que o marcado envelhecimento da população torna o assunto ainda mais relevante. Segundo dados do INE, o número de cidadãos com mais de 65 anos residentes em Portugal já é superior a 2 milhões, correspondendo a cerca de 19% da população.

Há, pois, um longo caminho que, todos juntos, devemos percorrer. A campanha lançada pela OF, visando alertar a população, promover boas práticas e debater o assunto com os outros *stakeholders*, constitui um primeiro passo. No entanto, somente um esforço integrado permitirá alcançar verdadeiros ganhos, que sejam premeditados, sistémicos e irreversíveis. O valor do trabalho em conjunto está bem realçado na proposição "todos temos um papel a desempenhar" que consta do relatório "Um Futuro para a Saúde", recentemente promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian e dedicado ao sistema de saúde português. A Ordem dos Farmacêuticos e os farmacêuticos, nas suas diferentes áreas profissionais, saberão participar neste desígnio e estar, uma vez mais, como sempre, à altura das suas responsabilidades.

Em conformidade com o *slogan* escolhido para a campanha, a OF procurará envolver todos os intervenientes na temática – cidadãos, profissionais de saúde, indústria farmacêutica e decisores políticos. Através do *site* da Campanha (www.usoresponsaveldomedicamento.com), foram recolhidos contributos sobre o assunto. Em Dezembro de 2014, numa Sessão de Discussão, foi promovido o debate público deste assunto com diferentes intervenientes – um médico, um enfermeiro, um deputado e um representante da Plataforma Saúde em Diálogo e outros representantes de associações de doentes.

A Campanha prosseguirá em 2015, com o objectivo de, no final, ser produzido um documento com recomendações específicas relativas ao uso responsável do medicamento, as quais serão apresentadas publicamente e levadas à consideração dos decisores políticos.

2.3. Prémio de Investigação Científica Professora Doutora Maria Odette Santos-Ferreira

Em Outubro de 2014, a Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos abriu o período para apresentação de candidaturas ao Prémio de Investigação Científica Professora Doutora Maria Odette Santos-Ferreira, que será atribuído em 2015. O prémio visa homenagear a ilustre farmacêutica e professora universitária e, ao mesmo tempo, promover a investigação científica no domínio da saúde pública realizada por farmacêuticos portugueses.

Ao melhor projecto científico, cujo contributo destaque o papel do farmacêutico na sociedade e a sua valorização na área da saúde pública, será atribuído um prémio monetário no valor de 10 mil euros.

2.4. Dia do Farmacêutico 2014

As comemorações do Dia do Farmacêutico 2014, realizadas no dia 26 de Setembro, decorreram no Porto, em virtude da sua organização ter ficado a cargo da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos. O programa das comemorações abrangeu um conjunto de actividades que decorreram entre os dias 20 e 26 de Setembro.

Oficialmente, as comemorações tiveram início com a sessão de abertura da Exposição "Farmacêuticos com Expressão Artística", que decorreu a 20 de Setembro, na Sede da Secção Regional do Porto da OF, e que reuniu um vasto conjunto de obras de pintura, escultura e fotografia da autoria de alguns farmacêuticos.

Paralelamente decorreram também actividades em Coimbra e em Lisboa.

Na manhã do dia 24, numa actividade dirigida aos estudantes de Ciências Farmacêuticas e que teve lugar no Salão Nobre da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa, intitulada, "A importância do associativismo para o contexto profissional e político da actividade farmacêutica", os futuros farmacêuticos foram convidados a assumir uma participação mais activa na discussão sobre as questões profissionais e políticas relacionadas com a profissão e com o sistema de saúde.

Na tarde do dia 24, teve lugar no Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, em Coimbra, a Conferência Comemorativa do seu 2º Aniversário, tendo sido abordada a história da farmácia, do associativismo farmacêutico e do próprio Centro de Documentação Farmacêutica.

No dia 25 de Setembro o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, acompanhado pelos membros da Direcção Nacional, visitou a Farmácia de Campanhã, no Porto, uma farmácia composta maioritariamente

por farmacêuticos que se destaca pelos vários serviços disponibilizados aos utentes, pela implementação de programas de acompanhamento de doentes crónicos e por se assumir como uma referência nacional na preparação de medicamentos personalizados.

No dia 26 de Setembro, data em que se assinala o dia de S. Cosme e S. Damião, santos padroeiros da profissão farmacêutica, teve lugar, na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, o *Simposium* "O Farmacêutico no Sistema de Saúde". Nesta iniciativa, foi possível ouvir o que outros profissionais de saúde pensam dos farmacêuticos, do seu papel no sistema de saúde e da importância da sua intervenção junto do doente. Paralelamente, através dos oradores internacionais convidados, foi explorado o papel dos farmacêuticos noutros países europeus.

Após o *Simposium*, houve lugar a uma visita do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos ao Hospital de São João, no Porto, onde reuniu com o Conselho de Administração e visitou a Exposição "Ser São João – 55 anos", dedicada às personalidades que mais marcaram a história deste Hospital.

Mantendo a tradição, no final do dia 26 de Setembro foi organizada a Sessão Solene do Dia do Farmacêutico, na Pousada do Porto, Palácio do Freixo. A cerimónia contou com as intervenções do Bastonário da OF e do Secretário de Estado da Saúde e teve como conferencista convidado, o advogado e político António Lobo Xavier, sob o tema "O Futuro de Portugal na União Europeia: mais integração ou mais distanciamento?". Durante o evento foram entregues as Medalhas de Honra da OF à Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, na pessoa do seu director, José Luís Costa Lima, e a José Luís Belbudo Sintra, farmacêutico especialista em indústria farmacêutica. Foram ainda homenageados os farmacêuticos que completaram 50 anos de exercício profissional e entregues os Prémios Sociedade Farmacêutica Lusitana aos jovens farmacêuticos que, recentemente, concluíram a sua formação académica com as classificações mais elevadas nas suas instituições de ensino. O evento terminou com um Porto de Honra e Jantar de Encerramento, momento que marcou o encerramento das Comemorações do Dia do Farmacêutico 2014.

Ao longo destes dias, esteve ainda em curso uma campanha nas rádios e televisão, com a Campanha "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis", que procurou alertar a população para a importância do uso responsável do medicamento.

2.5. 30º Aniversário do Centro de Informação do Medicamento da OF

O Centro de Informação do Medicamento (CIM) da OF comemorou em 2014 o seu 30º aniversário. Para assinalar a data, realizou-se no dia 4 de Dezembro, no Hotel Lisboa Plaza, uma Conferência Comemorativa com o objectivo de promover uma reflexão sobre a actividade de Informação de Medicamentos, na qual foi reconhecida a importância dos centros de informação sobre medicamentos no apoio à actividade profissional dos farmacêuticos e de outros profissionais de saúde.

O Bastonário da OF anunciou, durante a abertura do evento, a intenção de promover a utilização e o recurso aos serviços do CIM pelos farmacêuticos dos países africanos de língua oficial portuguesa através de um registo no Portal da OF que permitirá aos farmacêuticos dos países de língua portuguesa, que não sejam membros da Ordem, obter acesso aos serviços e informação veiculada pelo CIM. O bastonário revelou ainda que o Portal da OF dispõe de um conjunto de novas funcionalidades relacionadas com a actividade de informação activa do CIM, como a divulgação de notícias e artigos e a mais recente ferramenta de divulgação do CIM, as e-Publicações, que se juntam aos já disponíveis Boletim do CIM e Ficha Técnica. Na sua intervenção, o Bastonário destacou que o CIM "tem sido uma organização que, ao longo dos anos, tem percorrido o seu caminho, com base em valores como o rigor técnico e científico, a qualidade e a independência da informação", tendo enaltecido a visão dos bastonários que, há 30 anos, compreenderam a importância da informação de medicamentos para a classe farmacêutica, impulsionando a criação do CIM, em particular os Bastonários Alberto Ralha e Alfredo Albuquerque, que o idealizaram e implementaram, respectivamente, bem como o bastonário José Aranda da Silva e a directora técnica do CIM, Aurora Simón, pelos seus importantes contributos na afirmação e concretização deste projecto.

O programa do Evento iniciou-se com uma conferência inaugural da professora catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Margarida Caramona, intitulada "Análise da evidência científica na tomada de decisões sobre medicamentos". Em seguida, no painel "Centros de Informação de Medicamentos – Olhando para o futuro", moderado pelo Bastonário da OF entre 2001 e 2007, José Aranda da Silva, registaram-se as apresentações do director do Departamento de Acção Profissional do Consejo General de Colegios Oficiales de Farmacéuticos de España (CGCOFE), Santiago Cuéllar, do coordenador do Centro Andaluz de Documentación e Información de Medicamentos (Cadime), António Matas, e da directora técnica do CIM, Aurora Simón. Durante a tarde, foi apresentada a perspectiva dos utilizadores sobre a importância da informação para a prática farmacêutica. A Mesa Redonda em torno deste tema foi moderada por Ana Paula Martins, presidente da Mesa da Assembleia Regional de Lisboa da OF, e contou com as participações de Helena Martinho, directora técnica da Farmácia Central de Almeirim, Érica Viegas, coordenadora dos Serviços Farmacêuticos do Hospital de São Francisco Xavier, Mara Guerreiro, docente do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Joana Amaral, farmacêutica hospitalar da Administração Central do Sistema de Saúde, e Francisca Charrua, farmacêutica consultora na área da saúde e do medicamento. O encerramento da conferência esteve a cargo da directora técnica do CIM e da farmacêutica colaboradora do CIM, Ana Paula Mendes, que apresentou as conclusões do evento.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.6. Modelo de Competências Farmacêuticas

A Ordem dos Farmacêuticos identificou a necessidade imperativa de modernizar e harmonizar o desenvolvimento de competências profissionais farmacêuticas em resposta às rápidas mudanças e necessidades de saúde das populações. Com um modelo de desenvolvimento profissional baseado em competências, a Ordem dos Farmacêuticos visa promover a excelência da intervenção farmacêutica, qualquer que seja a área profissional, reconhecendo a sua especificidade.

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Direcção Nacional em colaboração com o Conselho para a Qualificação e Admissão e com os Colégios da Especialidade baseia-se num modelo de atribuição de competências farmacêuticas e de atribuição de especialidades baseadas em competências farmacêuticas, que se pretende concluir em 2015. Durante o ano 2014 foram desenvolvidas as bases estruturais deste modelo, que contempla a certificação de competências, quer específicas de cada área profissional, podendo algumas constituir âncoras de especialidades e corporizando assim o modelo de especialidades baseadas em competências, quer competências transversais a diferentes áreas da intervenção farmacêutica.

Um modelo de competências funciona como um instrumento de identificação, avaliação e certificação, em consonância com a evolução da profissão. Num plano estruturado por competências são os resultados que orientam a sua construção. Os modelos de desenvolvimento profissional orientados por competências devem alinhar metodologias de ensino-aprendizagem, práticas pedagógicas, diferentes contextos e cenários de aprendizagem e treino, métodos de avaliação e actividades.

A Direcção Nacional pretende prosseguir com a criação de um modelo que tenha em conta a inovação do exercício farmacêutico e que dote os farmacêuticos de competitividade acrescida.

2.7. Qualificação permanente dos farmacêuticos

A qualificação dos farmacêuticos é um requisito fundamental para a sua adequada intervenção no Sistema de Saúde. A maximização da qualidade desta intervenção profissional exige, de forma contínua, a aquisição de novos conhecimentos e a actualização dos conhecimentos adquiridos.

À Ordem dos Farmacêuticos, como entidade reguladora da profissão, cabe assegurar que o desempenho dos farmacêuticos se pauta por elevados compromissos éticos e deontológicos, assentes na prática profissional suportada pela evidência técnico-científica.

O sistema de qualificação profissional, consagrado no Estatuto da OF, vincula todos os membros a uma contínua actualização de conhecimentos. A Direcção Nacional tem vindo a recomendar a todos os farmacêuticos a actualização permanente da informação relativa ao seu desenvolvimento profissional, através da área reservada no portal da OF, inserindo comprovativos do exercício profissional (todos os farmacêuticos têm direito a 2 Créditos de Desenvolvimento Profissional – CDP- por cada ano de exercício da profissão) – que no final do ano de 2014 foram automatizados – e das formações realizadas.

A Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos deliberou, no final de 2014, que os farmacêuticos que não têm os CDP necessários para concluir o ciclo de revalidação da carteira profissional 2009-2014 possam submeter acções para regularização até 31 de Março de 2015. Até então será desenvolvida uma versão melhorada da plataforma *online* de submissão de CDP e feitos os ajustes necessários para o novo Ciclo de Revalidação da Carteira Profissional 2015-2019.

O primeiro ciclo para a revalidação da carteira profissional terminou a 31 de Dezembro de 2014, e a 1 de Janeiro de 2015 inicia-se um novo ciclo de revalidação. Farão parte deste ciclo todos os membros efectivos da Ordem dos Farmacêuticos inscritos até Dezembro de 2010.

Os CDP relativos às actividades formativas previamente creditadas pela Ordem são atribuídos a cada formando após comunicação da entidade formadora à OF. As actividades formativas que não foram previamente creditadas pela OF deverão ser comunicadas a esta pelos próprios formandos a título individual, através da sua área reservada no portal da Ordem, tendo em vista a creditação dos respectivos CDP.

2.8. Formações na área da Qualidade

A Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, através do Conselho Nacional da Qualidade, planeou uma oferta formativa específica para farmacêuticos, a decorrer ao longo de 2014, que incidiu nos sistemas de gestão da qualidade e em ferramentas da qualidade de aplicação transversal às organizações do sector.

O Plano de Formação da Qualidade foi estruturado com acções de formação que possibilitaram a aquisição de conhecimentos-chave sobre a temática da Qualidade e, simultaneamente, evoluir nas aptidões e utilização prática das mais recentes ferramentas aplicadas na Qualidade em Saúde.

Realizaram-se um total de 12 formações em 2014, completando um total de 116 horas formativas fornecidas na área da qualidade. Participaram 220 farmacêuticos que avaliaram a formação com uma média de 4,30 (0-5).

As formações decorreram conforme a tabela seguinte:

Título da Formação	Data	Nº horas	Formadores	Nº formandos	Avaliação Global (0-5)
Gestão do Risco	30 de Janeiro e 3 de Fevereiro	6	- Sara Rodrigues - Rui Loureiro	25	3,91
Boas Práticas de Distribuição	3 de Maio	8	- Ana Castro Folgosa	26	4,61
Gestão de Desvios	5 e 7 de Maio	6	- Gabriela Lourenço	13	4,50
Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001) no Sector Farmacêutico e Auditorias	19 a 24 de Maio	40	- Carolina Mosca	27	4,56
Good Manufacturing Practices	31 de Maio	8	- Deolinda Júlio - Maria João Tavares	22	4,33
Business Continuity Plan	2 e 4 de Junho	6	- Gabriela Lourenço	10	4,29
Change control	18 e 19 de Junho	6	- Bruno Antunes	22	4,13
Normas para o Laboratório Clínico	16 de Junho	8	- Luísa Espinhaço	11	4,36
Boas Práticas de Farmácia Hospitalar	24 de Junho	8	- António Melo Gouveia - Florbela Braga - Paula Campos	23	4,36
Gestão da Formação	7 e 10 Novembro	7	- Ana Paula Pereira	7	4,33
Calibração, Verificação e Ensaio de Equipamento na Área da Saúde	27 e 28 de Novembro	6	- Adelina Gomes	12	4,00
Boas Práticas de Distribuição	13 de Dezembro	8	- Ana Castro Folgosa	22	4,22

2.9. Formação à distância

Instituto Racine

A Ordem dos Farmacêuticos celebrou, no dia 16 de Maio, um protocolo de colaboração com o Instituo Racine que permite aos farmacêuticos portugueses aceder, com condições especiais de inscrição,

a uma vasta gama de oportunidades de formações à distância, creditadas pela OF e disponibilizadas pela Racine, para as diferentes áreas de intervenção do farmacêutico.

O acordo prevê também a atribuição anual à OF pelo Instituto RACINE de Bolsas de Estudo para cursos promovidos por esta entidade.

Este acordo vem promover uma maior acessibilidade dos farmacêuticos portugueses às actividades formativas, permitindo uma contínua actualização de conhecimento de todos os farmacêuticos.

Escola de Pós-Graduação em Saúde e Gestão

A Ordem dos Farmacêuticos assinou, no dia 11 de Setembro, um protocolo de colaboração com a Escola de Pós-Graduação em Saúde e Gestão (EPGSG) que visa disponibilizar aos farmacêuticos membros da OF uma vasta gama de cursos de formação à distância leccionados pela EPGSG com condições vantajosas. Aos cursos elegíveis no âmbito deste protocolo são atribuídos Créditos de Desenvolvimento Profissional (CDP) pela OF que serão automaticamente creditados ao farmacêutico após a conclusão do respectivo curso.

Numa primeira fase, a EPGSG disponibiliza aos membros da OF acções de formação no âmbito da obesidade, contracepção e planeamento familiar, infecções vaginais, doença pulmonar obstrutiva crónica, dermofarmácia e segurança e higiene e saúde no trabalho.

O acordo prevê também a atribuição anual à OF pela EPGSG de Bolsas de Estudo para cursos promovidos por esta entidade.

Bolsas de Estudo

No final do ano 2014, a Direcção Nacional da OF promoveu a constituição de um Grupo de Trabalho para a definição dos critérios para a atribuição das Bolsas de Estudo provenientes dos Protocolos firmados com o Instituto RACINE e com a EPGSG. No primeiro trimestre de 2015 serão abertos os concursos para a atribuição das referidas Bolsas.

Cursos de formação à distância

No final do ano 2014, a Direcção Nacional da OF promoveu, em parceria com a *Biomerieux*, um projecto-piloto no âmbito de formação à distância na área das Análises Clínicas, com o primeiro curso intitulado "Princípios Básicos em Bacteriologia e Imunoensaio". Este curso encontra-se disponível na plataforma *e-learning* da Ordem dos Farmacêuticos. Durante o ano 2015 serão projectados mais cursos fruto desta parceria.

2.10. Formação em *soft skills* para farmacêuticos desempregados

A Ordem dos Farmacêuticos e o Centro de Formação Profissional para Comércio e Afins (CeCOA) assinaram em 2013 um protocolo de colaboração com o objectivo de promover uma plataforma de desenvolvimento de percursos formativos no âmbito da formação contínua de profissionais do sector farmacêutico.

No âmbito deste acordo, foi lançado um plano de formação intitulado "*Soft Skills* para Farmacêuticos", destinado a farmacêuticos desempregados e disponível gratuitamente, sendo financiado por fundos comunitários, através do qual se pretende promover a aposta na formação em áreas não abrangidas pelo currículo universitário.

Este plano de formação integra o programa QUALIFICA da OF e foi composto por três fases, a primeira intitulada "Comunicação na prestação de cuidados de saúde" (no final de 2013), a segunda "Língua Alemã – informações acerca da vida quotidiana, compras, serviços e pontos de interesse turístico" (de Janeiro a Abril de 2014) e a terceira "Plano de negócio – criação de pequenos e médios negócios" (de Abril a Julho de 2014).

2.11. 1º Curso de Formação para Farmacêuticos Estagiários e Contratados Hospitalares

A delegação portuguesa da Organização de Farmacêuticos Ibero-Latinoamericanos (OFIL), em associação com a *Gilead Sciences*, organizou nos dias 12, 13 e 14 de Fevereiro, em parceira com a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares, o 1º Curso de Formação para Farmacêuticos Estagiários e Contratados Hospitalares.

EMPREGABILIDADE

2.12. Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos

As alterações verificadas nos últimos anos ao nível da Empregabilidade, em muitos países e também em Portugal, têm originado graves problemas sociais. Os jovens, incluindo os que são anualmente graduados pelas Universidades, passaram a enfrentar grandes dificuldades para aceder ao primeiro emprego e muitos trabalhadores, mesmo altamente qualificados, perdem os seus postos de trabalho.

Promover a Empregabilidade tornou-se, inevitavelmente, um grande desafio, que, todos juntos, devemos enfrentar. A Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos tem dado particular relevância a esta situação e, assim, promoveu, em Abril de 2014, a criação da Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos (BOOF), uma plataforma virtual, dinâmica e de acesso gratuito que visa promover a aproximação, no mesmo espaço electrónico, dos farmacêuticos que procurem trabalho com os operadores que disponibilizem oportunidades.

Mais tarde, ainda durante o ano 2014, com a criação do Membro Estudante da Ordem dos Farmacêuticos, foi também permitido aos estudantes o acesso a esta plataforma, como adjuvante na procura do seu primeiro emprego.

As entidades interessadas em recrutar farmacêuticos podem aí entrar em contacto directo com os candidatos que partilhem o seu perfil. Por sua vez, os candidatos podem criar o seu perfil profissional pessoal, que estará disponível para os empregadores, além de lhes ser possível pesquisar oportunidades inseridas na plataforma pelas entidades inscritas. Na BOOF existe ainda um espaço dedicado a oportunidades externas, geridas pela Ordem dos Farmacêuticos, onde são regularmente disponibilizadas oportunidades nacionais e internacionais, em diferentes áreas, como o ensino, farmácia comunitária ou cargos administrativos.

Desde a sua disponibilização, e até ao final de 2014, estavam registados na Bolsa de Oportunidades da OF 2.573 candidatos (1.245 da Secção Regional de Lisboa - SRL, 806 da Secção Regional do Porto - SRP e 522 da Secção Regional de Coimbra - SRC). Dos 2.573 candidatos registados, 237 correspondem a membros-estudantes da OF.

No mesmo período foram aprovadas 200 entidades (149 pela SRL, 31 pela SRC e 20 pela SRP).

Num inquérito recentemente realizado pela Ordem dos Farmacêuticos junto das entidades empregadoras, com uma taxa de resposta de 40% das entidades registadas e referente a dados de 2014, obtiveram-se os seguintes indicadores:

- Nº de oportunidades colocadas pelas entidades: 115 (9 em Coimbra, 105 em Lisboa e 1 no Porto);
- Nº de candidaturas directas a anúncios: 44 (5 em Coimbra, 25 em Lisboa e 14 no Porto);
- Colocações efectivas: 12 (segundo o inquérito);
- % Colocações/Candidaturas a anúncios = 27,27%.

2.13. Programa de Estágios na Distribuição Grossista

Com a celebração do acordo entre a Ordem dos Farmacêuticos (OF), a Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos (Groquifar), a Associação Portuguesa dos Jovens Farmacêuticos (APJF) e a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), foi criado um novo programa de estágios na área da distribuição grossista, que se junta assim ao programa de estágios na área da indústria farmacêutica, ao abrigo do acordo celebrado entre a OF, a APJF, a APEF e a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma).

Estes programas de estágios são dirigidos aos estudantes de Ciências Farmacêuticas e aos jovens farmacêuticos membros da OF e promovem a realização de estágios extra-curriculares e profissionalizantes em empresas farmacêuticas a operar em Portugal, nestas duas áreas de actividades,

procurando, simultaneamente, promover o reforço das qualificações técnico-profisisonais pelo contacto directo com a realidade do mundo do trabalho.

2.14. Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico

O Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico (OESF) publicou, em 2014, o Boletim "Farmacêuticos: Como alcançam a situação profissional?", disponível no Portal da Internet da Ordem dos Farmacêuticos.

ASSUNTOS INTERNOS

2.15. Centro de Informação do Medicamento (CIM)

Em 2014 foram acrescentadas à Biblioteca do CIM 6 novas obras (aquisições e ofertas de outras instituições) e continuámos as assinaturas dos sistemas de informação IDIS, Drugdexâ, Micromedex e UpToDate®.

Como habitualmente, efectuámos a revisão de cerca de 40 publicações periódicas, sendo incluídos na nossa base de dados bibliográfica todos os artigos de interesse, e também recolhida e classificada a informação proveniente de organismos oficiais e de laboratórios de indústria farmacêutica.

Consultas

Em 2014 foram efectuadas 892 consultas, número muito próximo ao do ano anterior. A distribuição por tipo de consulta foi similar à dos anos anteriores, sendo as principais áreas: pedidos de informação geral, que habitualmente se relacionam com a pesquisa e selecção bibliográfica para conhecimento aprofundado de um tema; medicamentos estrangeiros; uso terapêutico, posologia e eficácia comparativa; e efeitos secundários, interacções e contra-indicações.

As consultas continuaram a ser efectuadas por farmacêuticos das diferentes áreas de intervenção profissional ligadas ao medicamento, especialmente de farmácia de oficina (43,27%) e hospitalar (23,21%), embora existam solicitações de alguns outros profissionais de saúde. As consultas dos estudantes alcançaram este ano 6,61% do total, representando um dos primeiros contactos dos estudantes com os serviços disponibilizados pela Ordem dos Farmacêuticos.

Continuando com a tendência de anos anteriores, o correio electrónico continuou a ser a principal forma de resposta, como única forma de resposta (57,46%), ou combinado com outras formas de envio (1,57%). A resposta exclusivamente telefónica representou 32,96%. Contudo, há que ter presente que o telefone é utilizado complementarmente em quase todas as consultas como primeiro contacto.

Publicações

O Boletim do CIM continuou a ser inserido na Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF). Foi dada continuidade à elaboração da Ficha Técnica destacável, também inserida na ROF, com informação prática para consulta rápida. A secção da ROF, "Leituras do CIM", inclui informação resumida sobre artigos recentes da literatura com particular interesse. Recentemente, passaram também a ser enviadas por correio electrónico aos membros da Ordem dos Farmacêuticos e a solicitantes.

Outras actividades

- O CIM acolheu diversos visitantes, entre estagiários, estudantes e profissionais no âmbito das acções de cooperação com os países lusófonos;
- Apresentação do CIM aos estudantes estagiários das instituições de ensino de Ciências Farmacêuticas, nas sessões da Secção Regional de Lisboa, acompanhada com a entrega de informação e materiais relacionados com a actividade do CIM;
- Colaboração no Concurso de Aconselhamento ao Doente, organizado pela Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia, na elaboração dos temas em colaboração com o Centro de Documentação e Informação de Medicamentos e integrando o Júri do Concurso na final nacional;
- Continuou a colaboração com os serviços farmacêuticos de um Centro Hospitalar de Lisboa, no seu processo de certificação em informação de medicamentos;
- Resposta aos pedidos internos (Bastonário, Direcção Nacional, Secções Regionais, Secretário-Geral, Secretários Técnicos e outros departamentos da Ordem dos Farmacêuticos) sobre assuntos diversos relacionados com medicamentos;
- Colaboração num projecto de elaboração de conteúdos para a população sobre temas de saúde e medicamentos;
- O CIM comemorou o 30º aniversário do seu início de funcionamento em 1984;
- Tendo como motivo a realização da Conferência do 30º Aniversário do CIM, foi realizado um vídeo promocional do CIM, colocado no portal da Ordem para divulgação do serviço e informação sobre as diversas formas de contacto com o Centro;
- Actualização do Manual de Procedimentos do CIM e realização de todas as actividades de gestão e organização interna, tal como definido neste manual;
- De forma a estabelecer uma maior proximidade e comunicação com os membros da Ordem dos Farmacêuticos, foi disponibilizado, no portal da OF, um conjunto de novas funcionalidades relativas ao CIM. A secção do CIM já incluía informação sobre o departamento e reunia as principais publicações do CIM (Boletim do CIM e Ficha Técnica), possibilitando a sua consulta. Passou a incluir

também um novo tipo de informação técnica, as e-Publicações, com conteúdos originais. O separador denominado "Novidades em Terapêutica" visa a divulgação de notícias, notificações, ou alertas sobre temas de interesse relacionados com os medicamentos – "Actualidade" e ainda o resumo de artigos, ou documentos recentemente publicados, com utilidade para a intervenção farmacêutica – "Artigos". Pretende-se também a divulgação de recursos de informação. De modo a facilitar o contacto com os farmacêuticos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), criou-se um "Registo de farmacêuticos dos PALOP" que permite a estes o acesso à informação disponibilizada pelo CIM.

2.16. Centro de Documentação Farmacêutica

No ano 2014, e no âmbito da comemoração do 2.º aniversário do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, foi realizada a conferência "A farmácia e a sua história: o associativismo farmacêutico e o Centro de Documentação Farmacêutica" por João Rui Pita, Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e Investigador do CEIS20, na Secção Regional de Coimbra.

No campo interno, procedeu-se à contínua actualização da plataforma informática de gestão documental Archeevo, nomeadamente na melhoria de apresentação das marcas de água para maior protecção do acervo documental da Ordem. O endereço que permite a pesquisa do acervo quer a nível nacional quer a nível internacional foi disponibilizado no micro-site do Centro, via correio electrónico, bem como nas redes sociais.

Em relação à Hemeroteca Digital esta foi continuamente actualizada, tendo sido adicionada marca de água em todos os periódicos.

Paralelamente, foi mantido e actualizado em permanência o micro-site do Centro de Documentação Farmacêutica e da sua página no Facebook, tendo sido criadas brochuras diversas para a divulgação do Centro. Ainda no que respeita ao site na Internet, terminou-se a tradução dos seus conteúdos para as línguas inglesa e francesa, com o objectivo de divulgar o Centro noutros países, por se tratar de um Centro de Documentação único em Portugal e na Europa.

No sentido de dar a conhecer o funcionamento do Centro de Documentação, assim como o seu leque documental, procedeu-se à realização de um vídeo promocional que foi partilhado no Youtube e a partir daqui agregado ao site do Centro, bem como à página no Facebook, e enviado por e-mail, sendo possível a partir de agora a sua exibição em exposições e outros eventos.

No âmbito da Exposição "Farmácia: Arte Milenar de Curar" realizada pelo Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra entre Outubro de 2014 e Fevereiro de 2015, foi pedida a colaboração do Centro que contribuiu através da cedência temporária de documentação, bem como exibição do vídeo promocional.

No ano de 2014, o Centro procedeu igualmente à elaboração do projecto intitulado "Três Séculos de Farmacopeias Portuguesas: Reconstrução e Salvaguarda para Divulgação da Ciência Farmacêutica" para candidatura ao concurso de "Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais" da Fundação Calouste Gulbenkian.

O espólio bibliográfico do Centro foi enriquecido com a integração de um conjunto farmacopeias portuguesas, transferidas internamente, da Direcção Nacional, vindo estas completar o leque de farmacopeias já anteriormente transferidas para o Centro. A documentação foi higienizada e organizada para de seguida ser inserida no Catálogo Bibliográfico do Centro.

Relativamente ao catálogo documental do Centro, continuamos com a sua actualização, sendo este uma obra fundamental para dar a conhecer a todos os interessados o espólio existente.

No sentido de conhecer quais as condições para uma possível agregação do Catálogo Bibliográfico do Centro à base de dados da Universidade de Coimbra, foi estabelecido contacto com a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

A campanha "Vamos Fazer História" manteve-se activa, através de contacto com farmácias e empresas do sector, no sentido da cedência e/ou doação de documentação histórica relevante e passível de integrar o acervo do Centro, tendo resultado deste contacto a integração de nova documentação no Centro.

Ao longo do ano de 2014 foram montadas exposições diversas, que envolveram documentação e objectos cedidos e/ou doados no âmbito da Campanha "Vamos Fazer História", assim como exposições relativas à "História do Associativismo Farmacêutico", e sua abertura ao público.

Relativamente à actividade diária, acompanhou-se e prestou-se o apoio necessário às investigações presenciais, assim como nas pesquisas à distância, sendo que alguns pesquisadores fizeram chegar ao Centro o resultado das suas investigações e/ou artigos. Várias foram as visitas de estudo realizadas por núcleos de estudantes de Ciências Farmacêuticas, assim como de outras áreas de estudo, ao Centro de Documentação.

O ano de 2014 marcou pela manutenção e contínua partilha da newsletter semanal do Centro – a Relíquias Farmacêuticas – publicitada através de correio electrónico e via Facebook na página do Centro de Documentação Farmacêutica e de outras instituições de âmbito farmacêutico, tendo como principal objetivo a sua divulgação.

Por fim, no ano de 2014, manteve-se a parceria com a Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, no sentido da pesquisa, recolha de informações e documentos, bem como apoio nas actividades, no âmbito das comemorações do seu 100.º aniversário.

No seu conjunto, as actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2014 permitiram o significativo crescimento e profissionalização do Centro de Documentação Farmacêutica. Pretendemos prosseguir uma estratégia de crescimento e valorização do acervo documental, com o objectivo de, no futuro, o Centro de

Documentação Farmacêutica da OF possa consolidar-se como polo de referência para o estudo e investigação de matérias relacionadas com a história da profissão farmacêutica e com a história das ciências da saúde, em sentido mais lato.

2.17. Novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos

Na sequência da publicação da Lei nº 2/2013, que veio estabelecer o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, que levou à apresentação por parte da Ordem dos Farmacêuticos (OF) de uma proposta de novo Estatuto em Fevereiro de 2013, tendo a OF cumprido os prazos muito curtos definidos pelo Governo. A OF continua a aguardar uma Proposta de Lei de adequação dos novos Estatutos, estando empenhada na publicação dos mesmos.

2.18. Modernização da Ordem dos Farmacêuticos

Em 2014, a Ordem dos Farmacêuticos materializou a Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos e operacionalizou a categoria de Membro Estudante da Ordem dos Farmacêuticos. Com o primeiro, foi atingido o objectivo de aproximar os farmacêuticos à procura de trabalho da própria Ordem e de entidades interessadas em contratar, numa óptica de criar sinergias para as duas partes e, sobretudo, combater a empregabilidade no sector farmacêutico. A aproximação dos estudantes foi igualmente alcançada com a criação desta nova categoria de membro-estudante da Ordem dos Farmacêuticos.

Ainda em 2014 arrancaram os desenvolvimentos para a nova Carteira Profisisonal dos Farmacêuticos, que estará disponível em 2015 – uma ferramenta tecnológica preparada para o futuro, quer da profissão farmacêutica, quer da Saúde a nível electrónico.

2.19. Organização e Gestão

Em 2014, a Direcção Nacional prosseguiu a estratégia de monitorização e revisão contínua dos acordos estabelecidos com os seus fornecedores, após uma árdua renegociação de condições, na óptica de obter a melhor relação qualidade/preço, o que tem permitido obter poupanças significativas. Paralelamente, a nível interno, verificou-se uma reestruturação dos recursos humanos, com vista a alcançar os objectivos delineados para o presente mandato.

Estes dois factores têm permitido à Ordem dos Farmacêuticos privilegiar a eficiência.

2.20. Relacionamento e Comunicação com os Membros

Foram privilegiados os meios de comunicação digitais, quer por via da revista de imprensa, *newsletter* e portal da internet da Ordem dos Farmacêuticos, quer pela utilização do e-mail, prosseguindo a desmaterialização da correspondência quando possível.

Foram divulgadas as condições especiais por via da celebração de protocolos com a Comboios de Portugal, que permite aos farmacêuticos descontos nas viagens de comboio na rede CP, e com a Portugal Telecom, que permite aos farmacêuticos preços vantajosos a nível do operador de comunicações, televisão e teleassistência. A juntar a estes dois, foram igualmente divulgadas as vantagens do cartão Club Axa – OF.

A recém-criada Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos permite a divulgação de oportunidades por parte das entidades e a candidatura a essas mesmas oportunidades por parte dos candidatos. É uma nova ferramenta disponível, desde Abril de 2014, no Portal da Internet da Ordem dos Farmacêuticos.

Ainda no Portal da Internet da Ordem dos Farmacêutico foi disponibilizada uma área de acesso para os Membros Estudantes da OF, permitindo-lhes consultar os conteúdos disponibilizados pela Ordem dos Farmacêuticos.

2.21. Apoio aos Membros da Ordem dos Farmacêuticos

A Direcção Nacional manteve, em 2014, condições especiais no âmbito da inscrição de novos membros na Ordem dos Farmacêuticos, através da possibilidade de fraccionamento do valor da jóia de inscrição em três ou quatro prestações seguidas trimestrais.

A nível das quotizações, continuou a ser possível usufruir de um desconto de 5% sobre o valor global das quotizações para o pagamento anual, em uma só tranche.

Também foram possibilitadas condições especiais para a inscrição em acções de formação para farmacêuticos que se encontram sem trabalho.

2.22. Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos

Realizada a venda, em 2013, do imóvel da Ordem dos Farmacêuticos sito na Avenida Almirante Gago Coutinho, em Lisboa, a Direcção Nacional, em 2014, tem gerido a actual Sede Nacional comumente com a Secção Regional de Lisboa, no sentido de garantir todas as condições para o funcionamento das duas estruturas.

2.23. Portal da Ordem dos Farmacêuticos

O Portal da OF é um dos principais veículos de informação da Ordem dos Farmacêuticos. Durante o ano de 2014, para além de ter sido actualizado em função dos eventos e notícias em destaque, foram criadas novas funcionalidades, como a criação da área privada para os membros estudantes e a nova plataforma da OF – a Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos.

Conteúdos como a Revista de Imprensa, as Newsletter da OF, as Publicações do Centro de Informação do Medicamento e do Observatório de Empregabilidade no Sector Farmacêuticos foram adicionados regularmente, ao longo de todo o ano.

2.24. Membro Estudante da Ordem dos Farmacêuticos

Com o objectivo de promover uma aproximação dos futuros farmacêuticos à profissão, a Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos aprovou a criação da categoria de Membro Estudante da OF, que foi ratificada pela Assembleia Geral da OF de 20 de Dezembro de 2013.

De acordo com o respectivo regulamento, apenas podem ser admitidos como Membro Estudante da OF os estudantes dos dois últimos anos dos nove cursos de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas actualmente leccionados em Portugal.

Em 2014 iniciou-se o processo de admissão desta nova categoria de Membros. Os processos de registo e admissão são efectuados através do Portal de Internet da OF, mediante o preenchimento do formulário de inscrição *online* e apresentação de comprovativo de inscrição no 4º ou 5º ano do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas. Dada a excepcionalidade desta categoria de membro, a inscrição na Ordem deverá ser renovada anualmente até à conclusão do Mestrado Integrado.

Os Membros Estudantes da OF estão isentos do pagamento de quotizações mas não gozam dos direitos conferidos aos membros efectivos, designadamente no que toca à capacidade eleitoral activa e passiva.

Esta categoria permite o acesso à informação periódica, de cariz electrónico, sobre a actividade da OF, bem como a participação em eventos organizados pela OF com condições especiais, o acesso a publicações de cariz técnico-científico e o acesso à Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos.

Em 2014 registaram-se 367 inscrições de membros estudantes da OF (146 estudantes do 4º ano e 221 estudantes do 5º ano).

3. Relações Institucionais

3.1. Órgãos de Soberania

A Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos realizou uma série de reuniões durante o ano de 2014, tendo como objectivo a discussão dos principais temas da profissão farmacêutica e das políticas de saúde, tendo a Direcção Nacional apresentado aos respectivos interlocutores os principais vectores que norteiam o presente mandato à frente dos destinos da Instituição, sempre com o objectivo de contribuir positivamente para novas soluções e novos caminhos que sirvam o sistema de saúde português e, muito especialmente, o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Assim, tiveram lugar reuniões com o Ministro da Saúde, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Secretário de Estado da Saúde, Secretário Regional da Saúde dos Açores e com os Grupos Parlamentares do PSD e do PS.

3.2. Autoridades de Saúde

Em outro plano, o das autoridades de saúde, gostaria de realçar os frutuosos encontros que mantivemos com o Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde, Presidente do Infarmed, Director Geral da Saúde, Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e Administrações Regionais de Saúde. Todas estas reuniões constituíram excelentes oportunidades para expor, com apreciável profundidade e detalhe, a visão da Ordem dos Farmacêuticos sobre o sistema de saúde e sobre as principais questões do sector farmacêutico e do exercício da profissão farmacêutica.

3.3. Instituições e Parceiros

Embora noutro âmbito, importa igualmente mencionar o Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Mantendo-se fiel ao princípio de diálogo com estruturas representativas das diferentes áreas de intervenção profissional dos farmacêuticos, a Direcção Nacional da OF reuniu ainda com várias instituições, designadamente com a AMROP Portugal, a Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP), a Associação de Farmácias de Portugal (AFP), a Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos (Groquifar), a Associação Nacional das Farmácias (ANF), a Associação Nacional dos Doentes com Artrite Reumatóide (ANDAR), a Associação Nacional dos Laboratórios Clínicos (ANL), a Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (APAC), a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), a Católica *Lisbon School of*

Businees & Economics, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), o Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), o *PharmaPortugal*, entre outras entidades.

Todos estes contactos se inserem bem no espírito de cooperação institucional que, a vários níveis, a Ordem tem cultivado para a boa e profícua realização dos nossos principais objectivos.

3.4. Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP)

O Conselho Nacional das Ordens Profissionais representa uma plataforma de diálogo entre as diversas Ordens Profissionais. No ano 2014 destaca-se particularmente o acompanhamento da execução da Lei nº 2/2013, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das Associações Públicas Profissionais. A este propósito a OF subscreveu uma posição conjunta de todas as Ordens Profissionais e que deu lugar a uma carta enviada ao Primeiro-Ministro demonstrando, em primeira instância, a preocupação das Ordens Profissionais pelo facto de terem cumprido com os prazos legalmente estabelecidos pelo Governo, sendo que da parte do Governo passaram-se quase 2 anos e não houve a necessária celeridade e cumprimento do compromisso assumido.

A este propósito, e não tendo havido uma resposta do Governo à preocupação das Ordens Profissionais, foi subscrito e publicado nos meios de comunicação social um comunicado intitulado "Atrasos do Governo prejudicam mais de 300 mil profissionais", alertando para as vicissitudes do atraso do Governo e a implicação que este mesmo atraso tem na vida das Ordens Profissionais e, consequentemente, dos seus membros.

Também ao nível do CNOP foi subscrita uma posição conjunta tendo em conta a proposta de diploma no âmbito do Inventário Nacional de Profissionais de Saúde (vide pg.31).

3.5. Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde

O Bastonário integra este conselho, na sequência da publicação do Despacho nº 728/2014, que formaliza as estruturas de apoio à coordenação do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2016. Na reunião realizada em 17 de Dezembro de 2014, foi efectuado um ponto de situação sobre a implementação das medidas previstas no PNS e apresentados alguns indicadores relacionados com as prioridades do Plano, tendo ainda sido analisado o relatório da Organização Mundial de Saúde sobre o PNS 2014-2016.

3.6. Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)

Em representação da Ordem dos Farmacêuticos, o Bastonário integra este conselho – um órgão de aconselhamento em matéria de garantia da qualidade do ensino superior e de apoio às decisões do Conselho de Administração. Em 2014 realizaram-se duas reuniões, nos dias 19 de Fevereiro e 15 de Maio.

3.7. Conselho Nacional de Educação (CNE)

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos integra o Conselho Nacional de Educação (CNE) na qualidade de membro conselheiro designado pelo Conselho Nacional das Ordens Profissionais. No âmbito da actividade do CNE, o Bastonário da OF integra a 3ª e a 4ª Comissões Especializadas Permanentes dedicadas, respectivamente, aos "Ensino Superior, Investigação e Cultura Científica" e ao "Ensino e Formação Vocacional".

3.8. Protocolos de Colaboração

Católica *Lisbon School of Business & Economics*

No âmbito da renovação do protocolo de parceria entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Católica *Lisbon School of Business & Economics*, foi lançada a 16ª edição do Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF), em Novembro de 2014.

A OF e os coordenadores do PAGEF efectuaram em 2014 uma actualização científica e pedagógica, na óptica da aquisição reforçada de competências. Procurou-se assim ampliar os campos, as perspectivas e as utilidades do PAGEF.

Banco Farmacêutico

A 6º edição da Jornada de Recolha de Medicamentos, uma iniciativa do Banco Farmacêutico, que conta com o apoio da Ordem dos Farmacêuticos, realizou-se no dia 8 de Fevereiro de 2014, com a participação de 122 farmácias distribuídas pelos distritos de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leirira, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal. Esta iniciativa teve como objectivo sensibilizar os portugueses a doar medicamentos e produtos de saúde adquiridos nas farmácias e que, este ano, serão entregues a 72 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), distribuídas pelas regiões onde a campanha vai decorrer. Nesta edição foram recolhidos cerca de 10 mil medicamentos e produtos de saúde.

Protocolo de Estágios na Distribuição Farmacêutica

A Ordem dos Farmacêuticos celebrou, no dia 24 de Abril, um acordo com a Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos (Groquifar), a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF) e a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF) com o objectivo de criar um programa de estágio na área da distribuição grossista, dirigido aos estudantes de Ciências Farmacêuticas e aos jovens farmacêuticos membros da OF, à semelhança do que já acontecia na área da indústria farmacêutica, no âmbito de um protocolo idêntico assinado com a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma), a APJF e a APEF (vide pg.).

Instituto Racine

A Ordem dos Farmacêuticos celebrou, no dia 16 de Maio, um protocolo de colaboração com o Instituo Racine que permite aos farmacêuticos portugueses aceder, com condições especiais de inscrição, a uma vasta gama de oportunidades de formações à distância, creditadas pela OF e disponibilizadas pela Racine, para as diferentes áreas de intervenção do farmacêutico (vide pg 47).

Escola de Pós-Graduação em Saúde e Gestão

A Ordem dos Farmacêuticos assinou, no dia 11 de Setembro, um protocolo de colaboração com a Escola de Pós-Graduação em Saúde e Gestão (EPGSG) que visa disponibilizar aos farmacêuticos membros da OF uma vasta gama de cursos de formação à distância leccionados pela EPGSG com condições vantajosas. Aos cursos elegíveis no âmbito deste protocolo são atribuídos Créditos de Desenvolvimento Profissional (CDP) pela OF que serão automaticamente creditados ao farmacêutico após a conclusão do respectivo curso (vide pg.47).

Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar

A Ordem dos Farmacêuticos e a Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar (USF-AN) assinaram um protocolo de colaboração no âmbito do desenvolvimento do projecto BI das Unidades de Saúde Familiar (USF), uma iniciativa que visa a implementação de um dispositivo de gestão do conhecimento que permite caracterizar as USF e qualificar o seu desempenho. O acordo prevê a partilha de informação para efeitos de análise e definição estratégica relacionadas com a melhoria dos cuidados de saúde primários e com a melhoria contínua da qualidade de vida dos doentes.

Estímulo

A Ordem dos Farmacêuticos assinou, no dia 19 de Junho, um protocolo de colaboração que cria a iniciativa denominada "Causas com Remédio", ao abrigo da qual se irão realizar várias acções de cooperação nas áreas da Educação e da Saúde nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A iniciativa "Causas com Remédio" integra acções de educação e promoção para a saúde, formação de profissionais, acções de investigação científica e actividades de mecenato de suporte a missões humanitárias, designadamente doações de medicamentos e produtos de saúde.

Em 2014, a OF colaborou na promoção de doações de medicamentos e produtos de saúde ao abrigo deste acordo, nomeadamente no envio para Moçambique, tendo como destino o Hospital Rural do Songo, na cidade de Tete, província onde está situada a barragem de Cabora Bassa. As 17 paletes angariadas, contendo soros e medicamentos orais, foram doadas pelas companhias farmacêuticas Generis, Fresenius-Kabi e Bluepharma.

Imprensa da Universidade de Coimbra

A Ordem dos Farmacêuticos e a Imprensa da Universidade de Coimbra editaram o livro "Tratamento Farmacológico da Depressão na Mulher Grávida", uma obra escrita por seis farmacêuticos e dois médicos.

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

A Ordem dos Farmacêuticos celebrou um protocolo com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) que permitirá a todos os farmacêuticos, com a situação regularizada na OF, aceder ao Portal dos Profissionais de Saúde (PPS), inserido na Plataforma de Dados da Saúde (PDS) (vide pg.39).

3.9. Intervenções em eventos realizados em Portugal

Em 2014 a Ordem dos Farmacêuticos esteve presente em vários eventos, com particular destaque para o III Encontro do Grupo Miragem, em 30 de Maio, onde estiveram representado os principais parceiros da área da Saúde para efectuar um balanço da presença da *troika* no nosso país, no que ao sector diz respeito, e traçar perspectivas futuras do sector após o término do programa de ajustamento económico e financeiro, onde o Bastonário da OF apresentou a perspectiva dos farmacêuticos sobre as medidas adoptadas desde 2011.

O Bastonário da OF foi uma das personalidades convidadas do programa da RTP 1, Prós e Contras, emitido a 17 de Fevereiro, com o tema "A Saúde em Avaliação". O programa moderado pela jornalista Fátima Campos Ferreira contou com as participações de Álvaro Beleza, Constantino Sakellarides,

José Martins Nunes e Manuel Antunes. Carlos Maurício Barbosa comentou o estado da Saúde no nosso país, em particular no que ao sector farmacêutico diz respeito.

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos foi o convidado do programa Consultório do dia 24 de Outubro, emitido pelo Porto Canal. Tendo como ponto de partida a campanha de sensibilização desenvolvida pela OF sobre o uso responsável do medicamento, o Bastonário abordou várias outras questões relacionadas com o sistema de saúde e a actividade farmacêutica.

Destaque também para o 21º Encontro Científico da Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (APAC), a 10 de Outubro, onde foram apresentadas as novas Normas para o Laboratório Clínico, elaboradas em conjunto pela APAC e pela OF, numa revisão que representa um novo avanço no progresso da dupla certificação dos laboratórios de análises clínicas e na implementação de sistemas de gestão da qualidade nestas unidades de saúde.

Num outro evento, a 7ª Semana da Associação Portuguesa dos Farmacêuticos Hospitalares (APFH) | 17º Simpósio Nacional da APFH "Terapêutica: Um Fato à Medida ou um Fato Ajustado?", a 8 de Novembro, o Bastonário da OF salientou o papel dos farmacêuticos hospitalares no seio do Serviço Nacional de Saúde, reiterando também a importância da criação de uma carreira reservada aos farmacêuticos com vínculo à Administração Pública e que garanta um enquadramento específico e uma formação organizada e estrutural.

A OF colaborou também com as Instituições ligadas ao sector estudantil e académico, tendo participado em eventos das Associações de Estudantes do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, destacando-se, em 2014, o 60th International Pharmaceutical Students' Federation World Congress, realizado em Julho e Agosto, na cidade do Porto.

3.10. Visitas Institucionais

Ao nível de entidades sectoriais, o Bastonário da OF esteve presente nas inaugurações das novas instalações da Farmácia Central do Cacém, do novo complexo logístico da Fresenius Kabi/Labesfal, do novo edifício do Grupo Novartis em Portugal e do novo Laboratório Central do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.

Visitou ainda as instalações da Associação do Monte Pedral, da Associação Portuguesa para a Prevenção e Desafio à Sida (SER+), da Estímulo – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, da Tecnimede, do Hospital das Forças Armadas, do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, e do Serviço de Reprodução Humana e do Centro de Crioconservação – oncofertilidade do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, onde visitou também, e inaugurou, a Exposição "Farmácia, a arte milenar de curar".

Outras visitas Institucionais tiveram lugar no âmbito do Dia do Farmacêutico (vide pg.42).

4. Relações Internacionais

A Ordem dos Farmacêuticos prosseguiu a cooperação institucional que tem vindo a adoptar, designadamente nas relações com as Instituições parceiras a nível Internacional

4.1. Federação Internacional Farmacêutica (FIP)

No ano 2014 a OF manteve o apoio às acções dos farmacêuticos Ema Paulino, no cargo de Secretária Profissional do Board of Pharmaceutical Practice da FIP, e de Luís Lourenço, no cargo de Secretário da Community Pharmacy Section da FIP.

A Federação Internacional Farmacêutica realizou, entre 31 de Agosto e 4 de Setembro em Banguecoque, na Tailândia, o seu Congresso Anual com o tema "Pharmacists – Ensuring access to health Exploring our impact on providing medicines, care and information". Do vasto conjunto de iniciativas previstas no programa do evento, destaca-se o Council Meeting da FIP, do qual a OF faz parte, que aprovou o "Consensus framework for ethical collaboration", documento que visa reafirmar as obrigações deontológicas e princípios éticos dos farmacêuticos bem como o seu papel e responsabilidades nos sistemas de saúde. O evento ficou também marcado com a eleição da primeira mulher Presidente da FIP, Carmen Peña, com o apoio do Bastonário da OF.

4.2. Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU)

Os membros do Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU) estiveram reunidos em Assembleia Geral nos dias 13 de Março e 13 de Novembro, em Bruxelas, e no dia 18 de Junho em Bratislava onde decorreu também, no dia anterior, o Simpósio Anual desta organização. Participaram nestes encontros, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos e a Presidente da Secção Regional de Lisboa, Ema Paulino.

Nas reuniões foram debatidos vários assuntos de índole profissional, os desenvolvimentos legislativos referentes à actividade farmacêutica, bem como as tendências liberalizadoras e a situação económica do sector nos diferentes países europeus.

O Simpósio Anual do PGEU, subordinado ao tema "Meeting the Challenge: Pharmacy Advocacy in Difficult Times", contou com as participações da ministra da Saúde eslovaca, Zuzana Zvolenská, na abertura, e dos deputados europeu, Miroslav Mikolásik, e cipriota, Nicos Nourius, num painel reservado à discussão sobre o papel das organizações representativas das farmácias e dos farmacêuticos.

Na Assembleia Geral, realizada no dia seguinte, os membros do PGEU elegeram o novo presidente do Grupo para 2015. Darragh O´Loughlin, anterior presidente e actual secretário-geral da Irish Pharmacy Union, assumirá o cargo a partir de Janeirode 2015, sendo a terceira vez na história do PGEU que a presidência é assumida pela Irlanda.

4.3. Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG)

A Assembleia Geral do Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG) decorreu em Sofia, Bulgária, entre os dias 12 e 13 de Abril de 2014, tendo contado com a presença do Presidente do Conselho do Colégio De Especialidade de Indústria Farmacêutica, Nuno Moreira, e deMaria João Tavares, membro do mesmo Conselho. A reunião foi precedida, no dia 11, por um Simpósio intitulado "Clinical Trials Research".

Nos grupos de trabalho foram amplamente debatidas as Boas Práticas de Fabrico e as suas actualizações previstas por parte da Comissão Europeia, bem como as competências e formação de farmacêuticos na área da biotecnologia. Durante a Assembleia Geral do EIPG, nos dias seguintes, procedeu-se à eleição dos cargos de Vice-Presidente para a área da comunicação – Claude Farrugia (Malta) – e de Vice-Presidente para a Formação e Ensino – Anni Svala (Finlândia).

4.4. EuroPharm Forum

A OF manifestou, no final de 2013, a intenção de abdicar da sua participação no EuroPharm Forum, a produzir efeitos apenas a partir do ano 2015.

O Europharm Forum efectuou a sua reunião anual a 12 de Novembro de 2014, em Bruxelas, na qual ficaram patentes as intenções de saída das organizações portuguesas com assento no Europharm Forum.

Perante o enfraquecido número de organizações representadas no Europharm Forum ficou aprovado pela Assembleia Geral que o Europharm Forum se iria fundir com o Professional Issues Working Group do Grupo Farmacêutico da União Europeia durante o ano de 2015 e que o Europharm Forum prevê a extinção efectiva durante a Assembleia Geral a decorrer em Outubro de 2015, no Congresso da FIP em Dusseldorf.

4.5. Associação Europeia de Entidades Competentes para as Profissões de Saúde (EurHeCA)

A Associação Europeia para as Autoridades Competentes para as Profissões da Saúde (EurHeCA), da qual a Ordem dos Farmacêuticos é membro fundador, esteve reunida na sede da Secção Regional do Porto (SRP), no dia 23 de Junho. A reunião foi acolhida pelo Bastonário da OF, e conduzida

pelo presidente da EurHeCA, Patrick Fortuit. Estiveram presentes os representantes das autoridades competentes de farmacêuticos de Portugal, França e Bélgica, de médicos da Roménia e enfermeiros de Espanha, como membros efectivos. A reunião pretendeu actualizar os membros sobre os últimos trabalhos em que a EurHeCA se envolveu, analisar as eleições para o Parlamento Europeu, para prever o seguimento das pastas políticas de interesse para a EurHeCA e iniciar o estabelecimento das futuras linhas estratégicas da associação. Relativamente aos assuntos internos, foram debatidas propostas de alterações estatutárias e de regulamento e foi promovida uma reflexão sobre as contribuições dos membros para o cumprimento das actividades a que a associação se propõe. Esta reunião seguiu-se a uma reunião ocorrida a 31 de Março, em Madrid.

Formalmente constituída em 2013, esta organização pretende o rápido alargamento a todas as autoridades competentes para as profissões de saúde no espaço da União Europeia (UE). Foi com este objectivo que o presidente da EurHeCA, Patrick Fortuit, acompanhado da consultora da associação, Mariane Cimino, se deslocou ao nosso país, com o objectivo de reunir com os representantes das Ordens dos Enfermeiros, Médicos Dentistas e Nutricionistas e promovendo a sua adesão à associação.

Os membros da EurHeCA estiveram reunidos em Assembleia Geral, no dia 21 de Novembro, em Varsóvia, na Polónia. Durante a Assembleia Geral foram eleitos por unanimidade para os cargos vacantes da Mesa da Associação, a Ordem dos Farmacêuticos de Portugal (OF) e a Ordem dos Farmacêuticos da Bélgica (OFB). Assumem os cargos de Tesoureiro e Secretário da Mesa da EurHeCA, respectivamente, Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da OF, e Francis Patout, Director da OFB.

4.6. Visita de Inspectores Franceses em formação à Ordem dos Farmacêuticos

No âmbito da cooperação institucional, a OF recebeu a visita dos Finalistas do Curso de Inspectores da Escola Nacional de Saúde Pública de Rennes, França, em Setembro.

4.7. Cooperação

De entre as variadas preocupações e intervenções da OF, as actividades de cooperação e apoio aos países membros da comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, têm merecido especial atenção e destaque. A Ordem dos Farmacêuticos tem estabelecido, de forma coerente e consistente, as relações de trabalho e solidariedade com os países lusófonos, em particular na área da Saúde e da intervenção farmacêutica.

4.7.1. Ministro da Saúde de Moçambique visitou a Ordem dos Farmacêuticos

O Ministro da Saúde de Moçambique, Alexandre Manguele, visitou a Ordem dos Farmacêuticos a 4 de Abril de 2014, onde foi recebido pelo Bastonário, Carlos Maurício Barbosa, numa reunião em que

foram analisados os projectos de cooperação em curso entre a OF e o Ministério da Saúde de Moçambique. A acompanhar o bastonário nesta reunião estiveram o vice-presidente da OF, José Vieira Gavino, o presidente do Conselho para a Cooperação da OF, José Aranda da Silva, os presidentes dos Conselhos dos Colégios de Farmácia Hospitalar, António Melo Gouveia, e de Assuntos Regulamentares, Antonieta Lucas, o presidente do Conselho da Qualidade da OF, Rui Loureiro, e os membros da Direcção Nacional e do Conselho para a Cooperação, João Paulo Cruz e Álvaro Lopes, respectivamente.

Ao abrigo do protocolo assinado entre as duas entidades em Maio de 2010, a OF tem vindo a colaborar com o Ministério da Saúde de Moçambique na formação pós-graduada de farmacêuticos que trabalham neste Ministério e no apoio à definição de políticas, elaboração de legislação e outras normas legais para o sector farmacêutico moçambicano. As iniciativas no âmbito da cooperação abrangem também o apoio em áreas como a Farmácia Hospitalar, Gestão e Logística do Medicamento, Controlo de Qualidade, Inspecção Farmacêutica e Ensaios Clínicos e a Regulação de Medicamentos e Produtos de Saúde.

Ao longo desta reunião entre os dirigentes da OF e o membro do Governo moçambicano foi efectuado um balanço da relação entre as duas entidades e analisadas outras formas de colaboração, tendo em vista o desenvolvimento do sector farmacêutico em Moçambique.

4.7.2. Assinatura do Protocolo OF – Universidade Lúrio

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) e a Universidade Lúrio (UniLúrio) de Moçambique assinaram no dia 3 de Outubro um protocolo de cooperação que prevê o apoio da instituição que representa os farmacêuticos portugueses à licenciatura em Farmácia leccionada naquela instituição pública de ensino superior moçambicana. O acordo foi assinado pelo Bastonário da OF, Carlos Maurício Barbosa, e pelo reitor da UniLúrio, Jorge Ferrão, numa cerimónia realizada na Sala Magna do Campus de Marrere da UniLúrio, em Nampula, Moçambique.

O protocolo, com a duração de três anos, tem como objectivo contribuir para a criação de condições que propiciem um desempenho de elevado nível do curso de Licenciatura em Farmácia ministrado pela Faculdade de Ciências da Saúde da UniLúrio e de outras formações no domínio das Ciências Farmacêuticas que a UniLúrio venha a instituir. O acordo prevê um apoio por parte da OF nos planos científico e pedagógico, bem como na instituição de pós-graduações, mestrados e doutoramentos no domínio das Ciências Farmacêuticas, assimcomo a organização conjunta de conferências, congressos e outros eventos no domínio das Ciências Farmacêuticas, entre outras acções consideradas de interesse por ambas as partes. A OF compromete-se ainda a solicitar, junto de instituições portuguesas de ensino superior do sector, o seu apoio à leccionação do curso de Licenciatura em Farmácia da UniLúrio e de outros programas no âmbito das Ciências Farmacêuticas que venham a ser criados na UniLúrio e ainda na formação de docentes de Farmácia da UniLúrio. De igual modo, a OF efectuará diligências também junto das entidades do sector farmacêutico português, tendo em vista o seu apoio à realização de estágios para

os estudantes do Curso de Licenciatura em Farmácia da UniLúrio e de outros programas no âmbito das Ciências Farmacêuticas que venham a ser criados na UniLúrio.

Ao abrigo deste protocolo, fica igualmente previsto que a OF promoverá contactos junto das instituições de investigação científica portuguesas, tendo em vista o apoio à realização de projectos de investigação científica no domínio das Ciências Farmacêuticas na UniLúrio.

4.7.3. Inauguração do Centro de Informação sobre Medicamentos da UniLúrio

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos participou no dia 3 de Outubro na cerimónia de inauguração do Centro de Informação sobre Medicamentos da Universidade Lúrio (UniLúrio) de Moçambique, o primeiro Centro de Informação sobre Medicamentos do país. O projecto coordenado pela farmacêutica moçambicana Laize Botas resulta dos esforços do curso de Licenciatura em Farmácia da UniLúrio. O Centro de Informação sobre Medicamentos da UniLúrio terá como objectivo apoiar os profissionais da saúde na tomada de decisões clínicas baseadas nas melhores evidências científicas disponíveis nas áreas do medicamento e da terapêutica, e promover o uso racional de medicamentos na comunidade.

4.7.4. Bastonário em visita oficial a Moçambique

O Bastonário da OF iniciou no dia 29 Setembro de 2014 uma visita oficial a Moçambique com o objectivo de aprofundar as acções de cooperação desenvolvidas há vários anos pela OF naquele país.

O Bastonário esteve reunido com o Ministro da Saúde de Moçambique, Alexandre Manguele, no dia 5 de Outubro, em Chiúre, no norte de Moçambique, num encontro em que se fez acompanhar pelo presidente do Conselho para a Cooperação da OF, José Aranda da Silva. Durante o encontro foram analisadas as acções de cooperação abrangidas no protocolo assinado, em Maio de 2010, entre a OF e o Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU), e abordadas novas formas de colaboração entre as duas entidades.

O programa da visita oficial incluiu ainda reuniões com autoridades de saúde, associações sectoriais e com farmacêuticos moçambicanos, visitas a unidades de saúde e à fábrica de medicamentos e uma audiência com o embaixador de Portugal em Moçambique, José Augusto Duarte. A agenda desta viagem incluiu também a visita ao Hospital Privado de Maputo e ao Hospital Central de Maputo. O Bastonário visitou a Farmácia do Hospital e entregou os Manuais de Boas Práticas desenvolvidos pelo Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da OF, o último dos quais referente à preparação de medicamentos citotóxicos.

O Bastonário reuniu também com o Presidente da Sociedade Moçambicana de Medicamentos na Matola, tendo efectuado também uma visita à respectiva fábrica.

Ainda em Maputo, o Bastonário participou em reuniões com a directora do Departamento Farmacêutico do MISAU, com o presidente da Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP), com dirigentes da Associação dos Farmacêuticos de Moçambique (AFARMO) e num encontro com farmacêuticos moçambicanos. Reuniram também em Maputo com representantes da Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM).

4.7.5. Estágios em Portugal ao abrigo de Protocolos de Cooperação da OF

No âmbito dos protocolos assinados pela OF com o Ministério da Saúde da República de Moçambique (MISAU) e com a Universidade Lúrio (UniLúrio) foram realizadas as visitas de capacitação técnica de farmacêuticos apresentadas no seguinte quadro:

Nome	Origem	Âmbito	Locais	Período
Dulce Molande	MISAU	Boas práticas de importação de produtos farmacêuticos	- Direcção de Inspecção e Licenciamento (INFARMED) Visitas: - Associação Nacional das Farmácias – Museu da Farmácia	27 e 31 de Outubro
Rosila Khan	MISAU	Pós-registo de Produtos Farmacêuticos	- Direcção de Avaliação do Medicamento (INFARMED) Visitas: - Associação Nacional das Farmácias – Museu da Farmácia	27 de Outubro a 7 de Novembro
Laize Botas	UniLúrio	Centro de Informação de Medicamentos da UniLúrio	Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem (AIBILI): – Centro de Avaliação de Tecnologias da Saúde	22 de Novembro a 7 de Dezembro
Melanie Ferrão	UniLúrio	Centro de Informação de Medicamentos da UniLúrio	– Unidade de Farmacovigilância do Centro Visitas: - Centro de Informação do Medicamento da OF - Associação Nacional das Farmácias – Museu da Farmácia	22 de Novembro a 7 de Dezembro

4.8. Intervenções em eventos realizados no estrangeiro

A Ordem dos Farmacêuticos de Angola (OFA) organizou, em Luanda, entre 3 e 10 de Outubro, a primeira edição da Semana da Farmácia Angolana, evento que assinalou também o primeiro aniversário da criação da OFA. Sob o tema "O acesso a farmacêuticos é acesso à saúde", o programa contemplou a realização de conferências, cursos, *workshops* e a segunda edição da Expofarma. A abertura esteve a cargo do Secretário de Estado da Saúde Angolano, Carlos Masseca, seguindo-se um primeiro painel, sobre regulamentação e regulação farmacêutica, que teve como orador convidado o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF). No dia 9 de Outubro, o Bastonário fez ainda uma prelecção nas Jornadas Técnicas e Científicas da Universidade Jean Piaget, intitulada "O papel da OF na regulação da profissão farmacêutica".

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos foi um dos oradores convidados do Fórum do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), organizado nos dias 13 e 14 de Novembro pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro. O dirigente da OF efectuou uma palestra intitulada "Sistema de Controle de Medicamentos vigente em Portugal" e participou em duas Mesas Redondas, juntamente com o presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter João, e outros representantes das autoridades brasileiras ligadas ao sector do medicamento, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O Ministério da Saúde de Cabo Verde, através da Direcção Geral de Farmácia e do Medicamento, realizou, entre os dias 26 e 28 de Novembro, o I Fórum Nacional do Sector Farmacêutico sob o lema "O Medicamento nos Cuidados de Saúde". O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos foi um dos oradores convidados do evento, tendo proferido uma conferência sobre "O Sector Farmacêutico em Portugal", na qual sublinhou as vantagens económicas para os cidadãos e para o Estado resultantes da utilização de medicamentos genéricos.

No final do I Fórum Nacional do Sector Farmacêutico, o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) foi visitar a indústria farmacêutica Inpharma, a única fábrica de medicamentos a operar em Cabo Verde, que abastece cerca de 40 por cento do mercado interno. O dirigente da OF esteve acompanhado nesta visita pela Directora Geral da Farmácia e do Medicamento, Ângela Silvestre, e pelo Presidente da Associação dos Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP), Lucílio Williams.

5. Colégios de Especialidade

5.1. Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica

- Realização de época de exames para atribuição do Título de Especialista em Indústria Farmacêutica, tendo sido atribuídos 7 novos Títulos de Especialista;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Elaboração da proposta do modelo de competências farmacêuticas em indústria farmacêutica;
- Trabalho preliminar para a revisão das Normas para Atribuição do Título de Especialista em Indústria Farmacêutica;
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho da Ordem dos Farmacêuticos na análise de documentos e na elaboração de pareceres em áreas relevantes à Indústria Farmacêutica;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Indústria Farmacêutica, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Participação em acções promovidas pelos estudantes de Ciências Farmacêuticas, pelas Faculdades de Farmácia e outras organizações ou entidades;
- Realização da 32ª Reunião Anual do Colégio de Indústria (RACI), subordinada ao tema "Outsourced Activities", no Hotel Axis – Businees & SPA localizado em Viana do Castelo, durante os dias 23, 24 e 25 de Maio de 2014;
- Participação no simpósio científico "Clinical Trials Research" e na Assembleia Geral do European Industrial Pharmacists Group (EIPG), na cidade de Sofia, Bulgária, nos dias 11, 12 e 13 de Abril de 2014;
- Participação nas comemorações do Dia do Farmacêutico;
- Realização de 18 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica.

5.2. Colégio de Especialidade de Análises Clínicas

- Realização de época de exames para atribuição do Título de Especialista em Análises Clínicas, tendo sido atribuídos 5 novos Títulos de Especialista;
- Acompanhamento dos candidatos à obtenção do Título de Especialista em Análises Clínicas, sob a forma de apreciação dos relatórios anuais recebidos;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho da Ordem dos Farmacêuticos na análise de documentos e na elaboração de pareceres em áreas relevantes às Analises Clínicas;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio de Especialidade e temas de relevância para as Análises Clínicas, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Realização das 18as Jornadas Cientificas de Análises Clínicas, no Hotel Axis – Business & SPA, localizado em Viana do Castelo, no dia 10 de Maio de 2014;
- Co-organização das VII Jornadas Ibéricas de Análises Clínicas, no Hotel Axis – Business & SPA, localizado em Viana do Castelo, no dia 10 de Maio de 2014;
- Participação na 59ª edição das Journées Internationales de Biologie (JIB);
- Cooperação com outras entidades nacionais e internacionais;
- Colaboração com a Asociación Española de Farmacéuticos Analistas (AEFA) no prosseguimento do protocolo estabelecido com a Ordem dos Farmacêuticos, bem como a presença em reuniões internacionais por ela patrocinadas;
- Realização de 7 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas.

5.3. Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar

- Realização de época de exames para atribuição do Título de Especialista em Farmácia Hospitalar, tendo sido atribuídos 27 novos Títulos de Especialista;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho da Ordem dos Farmacêuticos na elaboração de pareceres em áreas relevantes à Farmácia Hospitalar e na representação do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, quando solicitado;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Farmácia Hospitalar, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Participação em acções promovidas pelos estudantes de Ciências Farmacêuticas, pelas Faculdades de Farmácia e outras organizações ou entidades;
- Realização das VII Jornadas de Farmácia Hospitalar, subordinadas ao tema "Qualidade e Rigor ao Serviço do Doente" (Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, 21 e 22 de Fevereiro de 2014);
- Realização do Curso de Formação "Doenças Infecciosas Víricas", nas datas de 3, 4, 11, 25 de Outubro de 2014 na Secção Regional do Porto, e nas datas de 10, 11, 18 e 25 de Outubro de 2014 na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
- Dinamização dos Grupos de Trabalho para elaboração do "Manual de Boas Práticas de Farmácia Hospitalar", nomeadamente o Grupo de Trabalho responsável por "Processos de Suporte", o responsável por "Aquisição e Armazenamento", o responsável por "Preparação de Medicamentos" e o responsável por "Distribuição de Medicamentos";
- Revisão das Normas para Atribuição do Título de Especialista em Farmácia Hospitalar;
- Participação em reuniões com organismos responsáveis, com o objectivo de constituir uma Carreira Farmacêutica;
- Realização de 10 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar.

5.4. Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares

- Realização da Reunião Anual intitulada "Assuntos Regulamentares na era digital e da globalização", nos dias 29 e 30 de Maio, na Casa de Histórias Paula Rego, em Cascais;
- Realização de época de exames para atribuição do Título de Especialista em Assuntos Regulamentares, tendo sido atribuídos 7 novos Títulos de Especialista;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho da Ordem dos Farmacêuticos para assuntos em que o Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares (CEAR) tenha sido solicitado;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio de Especialidade e temas de relevância em Assuntos Regulamentares, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Realização de reuniões de interacção e estreitamento de relacionamento entre o Conselho do CEAR e os diferentes parceiros nacionais em representação da OF;
- Realização do 12º Encontro do CEAR intitulado "Medicamentos Biossimilares", no Hotel Real Parque, no dia 13 de Fevereiro de 2014;
- Realização do 13º Encontro do CEAR intitulado "Perspectiva da nova regulamentação em ensaios clínicos: legislação de alteração da Lei 46/2014 e o novo regulamento europeu", no Hotel Real Palácio, no dia 27 de Março de 2014;
- Realização do 14º Encontro do CEAR intitulado "Perspectiva regulamentar em matéria de publicidade e transparência: medicamentos e produtos de saúde", no Hotel Real Palácio, no dia 11 de Dezembro de 2014;
- Representação do CEAR em eventos relevantes na área da Regulamentação Farmacêutica, nomeadamente no Symposium Anual do TOPRA e na Conferência Anual do INFARMED;
- Início da revisão das Normas para Atribuição do Título de Especialista em Assuntos Regulamentares, em conjugação com modelo de competências farmacêuticas em colaboração com o CQA, em elaboração;
- Realização de 4 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares.

CONTAS 2014
Direcção Nacional

Do enquadramento económico do ano 2014

O ano de 2014 foi o último da vigência do Memorando de Entendimento com a "Troika" sobre as Condicionalidades de Política Económica, que implementou um processo de ajustamento e correcção de desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de décadas.

Este programa teve como principal consequência a contracção do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 5 pontos percentuais no quadriénio 2011 - 2014.

O ano 2014 foi de inversão de ciclo económico, quando comparado com três anos antecedentes. Com excepção do consumo público, observou-se o aumento da actividade económica nos principais agregados que contribuem para o PIB.

No que respeita as grandes variáveis macroeconómicas, observou-se para os principais indicadores uma inversão dos níveis negativos do ano anterior.

Salientam-se o Produto Interno Bruto, com uma variação positiva de 0,9% [1] (-1,5% no ano de 2013), a taxa de desemprego, que no final do quarto trimestre de 2014 atinge o nível de 13,5% [2] (15,3% no final de 2013) e a taxa de inflação que, preocupantemente, desacelera para -0,3% [3] (0,3% no ano de 2013).

Este novo, e positivo, enquadramento começou a melhorar o nível de expectativas dos agentes económicos, que eram historicamente baixos, facto que naturalmente afectou a maioria dos sectores da economia, logo também as actividades da Ordem dos Farmacêuticos.

Da actividade no ano 2014

Quando comparado com o ano de 2013, o nível de actividade do ano de 2014 aumentou 5%. Destacam-se nesta variação positiva: o aumento homólogo dos rendimentos de quotas e jóias de inscrição (+3,4%) e o aumento da actividade das Outas prestações de serviços (+13%).

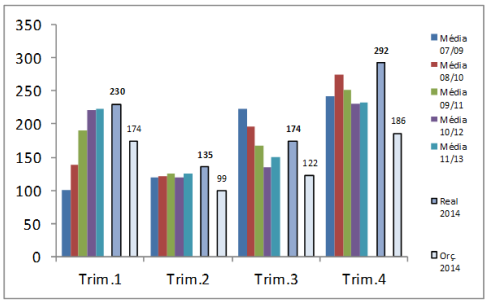
[1] Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico de Inverno 2014
[2] Fonte: Instituto Nacional de Estatística
[3] Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média anual)

Ao nível dos rendimentos, a DN contabilizou um total de 1.484 mil Euros, mais 64 mil que no período homólogo e mais 108 mil Euros do que o previsto no orçamento.

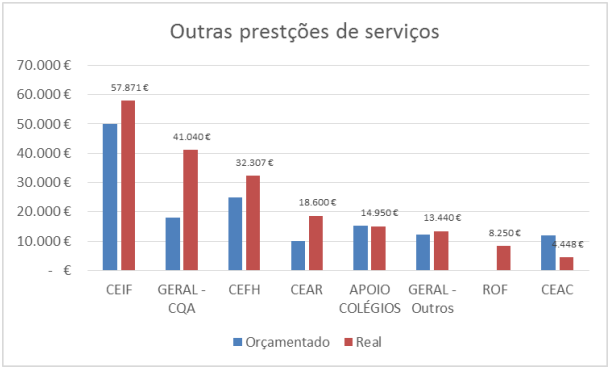
	Ano 2013 Real	**Ano 2014 Real**	**Ano 2014 Orçamento**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.243.769	**1.285.952**	1.232.742	*53.210*	**4,3%**
Prestação de serviços - Outros	168.990	**190.907**	142.325	*48.582*	**34,1%**
Outros rendimentos e ganhos	6.558	**7.101**	0	*7.101*	
Juros, Dividendos e outros rendimentos	200	**0**	0	*0*	
	1.419.518	**1.483.960**	1.375.067	*108.893*	**7,9%**

As quotas e jóias de inscrição transferidas das secções regionais ascenderam a 1.286 mil Euros (90% dos rendimentos do ano), mais 53 mil que o planeado. Este desvio explica-se com o aumento do número de inscrições de novos Membros na OF. Inscreveram-se 831 novos Membros no ano 2014 e estavam planeadas em orçamento 581 novas inscrições.

	Média 07/09	Média 08/10	Média 09/11	Média 10/12	Média 11/13	Real 2014	Orç. 2014
Trim.1	100	139	190	221	223	230	174
Trim.2	119	122	125	119	126	135	99
Trim.3	222	195	168	135	151	174	122
Trim.4	242	275	252	231	233	292	186



As outras prestações de serviços da DN totalizaram 191 mil Euros (10% dos rendimentos), mais 22 mil Euros que no ano anterior e mais 49 mil Euros que o orçamentado. Contribuíram para este desvio, por ordem decrescente de importância, as seguintes actividades:



- Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica;
- Qualificação, Admissão e Formação;
- Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar;
- Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares;
- Exames de Especialidade dos Conselhos dos Colégios;
- Revista da Ordem dos Farmacêuticos.

Em Outros rendimentos e ganhos, foram contabilizados 7 mil Euros de originados em correcções de exercícios anteriores, a saber: facturas emitidas a terceiros, regularização de baixas de trabalhadores e devolução de impostos pelo Estado.

Ao nível dos gastos, no ano 2014 registou-se um total de 1.368 mil Euros, menos 6 mil Euros que o planeado no orçamentado e menos 49 mil Euros que no período homólogo.

	Ano 2013	**Ano 2014**	**Ano 2014**	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	**Orçamento**	Real - Orç.	Real - Orç.
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	8.047	**4.035**	4.500	*-465*	**-10,3%**
Fornecimentos e serviços externos	795.797	**794.321**	795.725	*-1.405*	**-0,2%**
Gastos com pessoal	489.717	**439.836**	458.670	*-18.834*	**-4,1%**
Gastos de depreciação e de amortização	45.852	**25.146**	36.000	*-10.854*	**-30,2%**
Imparidade de dívida da Secção Regional do Porto	0	**61.986**	0	*61.986*	
Outros gastos e perdas	37.875	**30.074**	34.506	*-4.432*	**-12,8%**
Gastos e perdas de financiamento	39.324	**12.673**	44.225	*-31.552*	**-71,3%**
	1.416.612	**1.368.070**	1.373.626	*-5.556*	**-0,4%**

Na rúbrica de Custo das mercadorias vendidas e materiais consumidos foi contabilizado um gasto de 4 mil Euros, em linha com o previsto no orçamento.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizaram 794 mil Euros (58% dos gastos anuais), menos mil Euros que o planeado.

Os Gastos com Pessoal contabilizaram 440 mil Euros (32 % dos gastos totais), menos 19 mil Euros do que o planeado.

As Depreciações e Amortizações totalizaram 25 mil Euros (2% dos gastos anuais), menos 11 mil Euro que o previsto.

No final do ano de 2013 a SRL recebeu da Direcção Nacional, por via de Dação em Pagamento por créditos, metade do imóvel Sede, sito na Rua da Sociedade Farmacêutica em Lisboa. O orçamento do ano 2014 não contemplou esta operação e, consequentemente, as suas depreciações foram orçamentadas, mas não executadas, o que explica o desvio.

Registaram-se 62 mil Euros (5% dos gastos anuais) em imparidades de dívidas das Secções Regionais, em concreto, uma divergência entre a conta corrente da DN e a SRP.

Esta divergência teve origem no facto da SRP ter alterado no final do ano 2014 o critério de transferência deliberado em reunião de Direcção Nacional. Desde o ano 2010 que foi deliberado que a percentagem de quotas a transferir para a DN incide sobre a base das quotas emitidas no ano. A SRP deixou de proceder em conformidade com esta deliberação, informando a DN que a partir do ano 2014 passará a transferir sobre a base das quotas efectivamente cobradas.

Embora a DN considere que mantém o direito sobre a percentagem das quotas emitidas pela SRP no ano 2014, achou prudente provisionar o valor da diferença das duas alternativas.

Outros gastos e perdas registaram 30 mil Euros (2% do total dos gastos), menos 4 mil Euros do que o previsto. Esta rúbrica regista quotizações da OF em organismos internacionais e nacionais.

Os Gastos e perdas financeiras ascenderam a 13 mil Euros (2% do total dos gastos), menos 32 mil Euros que o planeado. Esta redução de gastos prendeu-se com facto da dívida remunerada ter sido reduzida em 293 mil e, consequentemente, ter diminuído os juros suportados. Salienta-se que a DN não têm dívida remunerada a terceiros da OF (deve 370 mil Euros à SRL).

O resultado do período foi positivo em 116 mil Euros, mais 115 mil do que o planeado no orçamentado 2014.

Direcção Nacional

Contas 2014 – Demonstração de Resultados

	Ano 2013 Real	**Ano 2014 Real**	**Ano 2014 Orçamento**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.243.769	**1.285.952**	1.232.742	*53.210*	**4,3%**
Prestação de serviços - Outros	168.990	**190.907**	142.325	*48.582*	**34,1%**
Outros rendimentos e ganhos	6.558	**7.101**	0	*7.101*	
Juros, Dividendos e outros rendimentos	200	**0**	0	*0*	
	1.419.518	**1.483.960**	1.375.067	*108.893*	**7,9%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	8.047	**4.035**	4.500	*-465*	**-10,3%**
Fornecimentos e serviços externos	795.797	**794.321**	795.725	*-1.405*	**-0,2%**
Gastos com pessoal	489.717	**439.836**	458.670	*-18.834*	**-4,1%**
Gastos de depreciação e de amortização	45.852	**25.146**	36.000	*-10.854*	**-30,2%**
Imparidade de dívida da Secção Regional do Porto	0	**61.986**	0	*61.986*	
Outros gastos e perdas	37.875	**30.074**	34.506	*-4.432*	**-12,8%**
Gastos e perdas de financiamento	39.324	**12.673**	44.225	*-31.552*	**-71,3%**
	1.416.612	**1.368.070**	1.373.626	*-5.556*	**-0,4%**
Resultado líquido do exercício	2.906	**115.890**	1.442	*114.449*	**7939,4%**

Nota: A imparidade reconhecida teve origem no facto da SRP ter alterado, no final do ano 2014, o critério de transferência definido em sede de Direcção Nacional e das respectivas Assembleias Regionais e Geral, no âmbito dos Orçamentos e das Contas aprovadas durante o presente mandato, que define como base de incidência a percentagem de quotas a transferir para a DN as quotas emitidas no ano. A SRP deixou de proceder em conformidade, informando a DN que passaria a transferir a percentagem relativa apenas às quotas efectivamente cobradas.

Balanço da Direcção Nacional
31 de Dezembro de 2014

	D.Nacional
Rúbrica	**31-12-2014**
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	375.059
Propriedades de investimento	0
Activos intangíveis	0
Accionistas/sócios	0
Outros activos financeiros	129
	375.188
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	7.380
Estado e outros entes públicos	7.837
Accionistas/sócios	0
Outras contas a receber	88.500
Diferimentos	50.900
Activos financeiros detidos para negociação	0
Caixa e depósitos bancários	143.553
	298.169
Total do activo	**673.358**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	328.808
Outras reservas	876.474
Resultados transitados	-1.911.406
Excedentes de revalorização	487.408
Outras variações no capital próprio	59.793
Resultado líquido do período	115.890
Total do capital próprio	**-43.033**
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	0
Financiamentos obtidos	370.000
Outras contas a pagar	0
	370.000
Passivo corrente	
Fornecedores	217.604
Estado e outros entes públicos	15.592
Accionistas/sócios	61.986
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	51.209
Diferimentos	0
	346.390
Total do passivo	**716.390**
Total do capital próprio e do passivo	**673.358**

Direcção Nacional

Contas 2014 – Demonstração de Resultados Consolidada

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS Ano 2014	Ano 2013	D. Nacional	S.R. Lisboa	S.R.Coimbra	S.R. Porto	Ajustamentos	OF Ano 2014	Orçamento 2014	Desvio	%
RENDIMENTOS E GANHOS										
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	**2.868.986**	1.285.952	1.482.874	535.454	952.764	-1.285.952	**2.971.091**	**2.844.670**	*126.421*	**4,4%**
Prestação de serviços - Outros	**296.963**	190.907	77.870	21.851	11.911		**302.539**	**254.775**	*47.764*	**18,7%**
Outros rendimentos e ganhos	**11.470**	7.101	8.426	1.048	2.686		**19.261**	**12.150**	*7.111*	**58,5%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	**59.558**	0	32.413	0	3.679		**36.092**	**32.650**	*3.442*	**10,5%**
	3.236.978	**1.483.960**	**1.601.583**	**558.352**	**971.040**	**-1.285.952**	**3.328.983**	**3.144.245**	*184.738*	**5,9%**
GASTOS E PERDAS										
Custo das mercadorias vendidas	**8.144**	4.035	33.333	0	0		**37.368**	**4.500**	*32.868*	**730,4%**
Fornecimentos e serviços externos	**1.674.000**	794.321	541.375	129.371	229.873		**1.694.941**	**1.716.149**	*-21.209*	**-1,2%**
Gastos com pessoal	**1.000.446**	439.836	211.245	99.282	175.530		**925.893**	**944.674**	*-18.781*	**-2,0%**
Gastos de depreciação e de amortização	**136.206**	25.146	34.045	36.344	21.966		**117.501**	**119.811**	*-2.310*	**-1,9%**
Imparidades de dívidas de Membros	**0**	0	54.738	14.192	0		**68.930**	**79.316**	*-10.386*	
Imparidade de dívida da Secção Regional do Porto	**0**	61.986	0	0	0	-61.986				
Outros gastos e perdas	**218.711**	30.074	688.424	218.312	353.329	-1.223.967	**66.173**	**37.238**	*28.935*	**77,7%**
Gastos e perdas de financiamento	**44.904**	12.673	191	0	0		**12.863**	**52.725**	*-39.862*	**-75,6%**
	3.082.411	**1.368.070**	**1.563.351**	**497.502**	780.698	-1.285.952	**2.923.669**	**2.954.413**	*-30.744*	**-1,0%**
Resultado do período	**154.568**	**115.890**	**38.232**	**60.850**	**190.342**	**0**	**405.314**	**189.832**	*215.482*	**113,5%**

PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2014

O Conselho Fiscal Nacional reuniu, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, para apreciação e parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano 2014.

Analisou-se o Relatório de Actividades e Contas de 2014, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Ordem dos Farmacêuticos e nas informações prestadas pelo Técnico Oficial de Contas.

Assim, considera o Conselho Fiscal Nacional que o Relatório de Actividades e Contas referente ao exercício de 2014 se encontra em condições de merecer a aprovação pela Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos.

O Conselho Fiscal faz nota de que no ano 2014 registaram-se imparidades de dívida da Direcção Regional da Secção Regional do Porto à Direcção Nacional, recomendando que sejam executadas as orientações da Direcção Nacional por parte das Direcções Regionais.

O Conselho Fiscal Nacional recomenda que as políticas e princípios contabilísticos sejam executados de forma homogénea em todos os Órgãos da Ordem dos Farmacêuticos, assim como que seja informado com a necessária antecipação de todos os assuntos materialmente relevantes para as contas da Ordem dos Farmacêuticos.

Lisboa, 3 de Março de 2015

O Conselho Fiscal Nacional

Dr. Paulo Barradas Rebelo

Dr. Francisco José de Castro

Dr. Henrique Reguengo

Secção Regional de Lisboa

ASSEMBLEIA REGIONAL
CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 9 de Março de 2015, pelas 21:00 horas, na sua sede, sita na Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 18, Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades da Secção Regional de Lisboa referente a 2014;
3. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas da Secção Regional de Lisboa referente a 2014;
4. Apreciação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional referentes a 2014;
5. Apreciação das Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2014;
6. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 20 de Março de 2015, pelas 14.30H, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
7. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional de Lisboa considerem relevantes para a classe;

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2015,

A Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Prof. Doutora Ana Paula Martins

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2014
Secção Regional de Lisboa

Caros colegas,

A Direcção da Secção Regional de Lisboa (DSRL) tem o prazer de apresentar à vossa consideração, após o exercício de 2014, o Relatório de Actividades e Contas do segundo ano de mandato do triénio 2013-2015. O Relatório teve como base as linhas orientadoras definidas pela DSRL como essenciais na prossecução dos seus objectivos e desígnios, isto é: aproximar a Ordem aos Farmacêuticos, contribuir para a qualificação e desenvolvimento profissional contínuo do farmacêutico, proporcionar modelos e ferramentas de suporte à prática profissional e aproximar os farmacêuticos à sociedade e aos cidadãos.

Considerando as competências, capacidades e experiência profissional dos farmacêuticos, presentes nas mais diversas áreas, como por exemplo, a indústria farmacêutica, o ensino e investigação, a farmácia comunitária, as análises clínicas, a farmácia hospitalar, a distribuição grossista, entre outros, e reconhecendo a importância da valorização, dignificação e promoção da multidisciplinariedade do farmacêutico, a Secção Regional de Lisboa desenvolveu e dinamizou diversas iniciativas de destaque e com público-alvo diferenciado, nomeadamente a campanha de consciencialização "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis", o projecto Geração Saudável e o projecto Farmácia/Laboratório Saúde na KidZania Lisboa.

A nível interno, a Secção Regional de Lisboa continuou a operacionalizar e desenvolver a gestão e apoio aos seus sócios, direccionando-os, sempre que necessário, para os serviços disponíveis, e procurando auxiliar os mesmos no seu percurso profissional. Por sua vez, perspectivando o contínuo desenvolvimento das competências do farmacêutico, promoveu-se programas de formação de curta e longa duração, contemplando formação gratuita e descentralizada, resultado de parcerias com diversas entidades que se revelam cruciais considerando a actual conjuntura económica e financeira.

Por último, importa deixar uma palavra de consideração aos colegas que participaram activamente nas iniciativas da SRL em 2014, convidando todos os colegas a colaborar nos destinos da Secção Regional de Lisboa em 2015, através da participação nas diversas acções previstas e nas respectivas Assembleias Regionais, local de excelência para a discussão dos assuntos inerentes à SRL.

A Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos,

Ema	Eurico	Miguel	Ana Mirco	Diogo
Paulino	Pais	Papança	Fernandes	Gouveia

A) APROXIMAR A ORDEM AOS FARMACÊUTICOS

A Ordem dos Farmacêuticos, enquanto associação pública que representa os Farmacêuticos e actua na regulação da profissão farmacêutica e promoção da Saúde Pública, considera essencial a sua aproximação, através das respectivas Secções Regionais, aos farmacêuticos e estudantes de Ciências Farmacêuticas.

Assim, ao longo do ano de 2014, a SRL promoveu inúmeras iniciativas e actividades, assumindo as suas responsabilidades na promoção da união dos farmacêuticos, visando a descentralização das intervenções e a melhoria do apoio ao desenvolvimento profissional dos farmacêuticos.

O Farmacêutico no seio da sua Ordem

- ***Recepção ao aluno estagiário***

Conforme realizado nos anos anteriores, a Secção Regional de Lisboa organizou no mês de Maio a *recepção ao aluno estagiário*, proporcionando um primeiro contacto dos alunos finalistas com a Ordem dos Farmacêuticos, promovendo uma relação mais próxima e sólida com os futuros farmacêuticos e Membros da OF.

Considerando os 378 alunos finalistas das diversas instituições de ensino, a SRL organizou no Salão Nobre da OF diversas sessões (7, 8 e 9 de Maio) dirigidas aos estagiários das várias instituições de ensino superior da área geográfica da jurisdição da Secção Regional que leccionam o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, nomeadamente do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM), da Universidade Lusófona, da Universidade do Algarve e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL).

No decorrer das sessões apresentou-se aos futuros farmacêuticos, formalmente, a instituição que regula o exercício da profissão, nomeadamente o seu papel, as suas competências e as suas atribuições, contando com a presença do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa, da Presidente da SRL, Dr.ª Ema Paulino e da Dr.ª Catarina Horta, Directora de Recursos Humanos da Randstad. Os estudantes tiveram ainda a oportunidade de conhecer a nova categoria de Membro da OF, o Membro Estudante, e os projectos e iniciativas da Secção Regional de Lisboa em que podiam participar e contribuir.

- ***Estágio na Secção Regional de Lisboa para estudantes/jovens farmacêuticos***

Com o intuito de promover a integração dos estudantes ou jovens farmacêuticos no mercado de trabalho, a Direcção da Secção Regional de Lisboa promoveu dois estágios com duração semestral, sendo que em 2014 a SRL procedeu à integração dos dois estagiários simultaneamente, resultando numa

aprendizagem mais profícua e partilhada entre os estagiários. A realização dos estágios teve como principais objectivos:

- Integração dos estagiários na instituição que regula a profissão farmacêutica;

- Participação activa em reuniões de trabalho e na organização das actividades plasmadas no Plano de Actividades e aprovadas em Assembleia Regional;

- Conhecer o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos;

- Conhecer os procedimentos administrativos inerentes aos processos dos membros da SRL e respectivas actualizações;

- Contacto com a realidade profissional;

- Desenvolvimento de competências inerentes à organização e gestão de actividades.

- ***OFuturo***

A Direcção da Secção Regional de Lisboa considera as relações institucionais decisivas para o desenvolvimento e promoção do papel do farmacêutico e, neste sentido, enaltece, sempre que possível, a importância dos estudantes de Ciências Farmacêuticas, e das respectivas estruturas estudantis que os representam, no que respeita ao futuro da profissão.

Neste âmbito, a Secção Regional de Lisboa dinamizou o projecto "OFuturo", recebendo as Associações e Núcleos de Estudantes da área de jurisdição da SRL, com o intuito de promover a colaboração mútua e identificar pontes de contacto, auscultando as preocupações e solicitações dos estudantes, nomeadamente nas áreas da adequação à prática dos currículos, assim como na integração no mercado de trabalho.

- ***Membro Estudante da OF***

Durante o ano de 2014, por deliberação da Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, foi criada a categoria de Membro Estudante da OF, considerando, uma vez mais, a importância da aproximação dos futuros farmacêuticos à sua Ordem Profissional.

A SRL, sempre que possível, promoveu a nova categoria da OF através dos seus meios de comunicação e exposições direccionadas para os alunos e operacionalizou a validação das cerca de 260 inscrições dos candidatos das instituições universitárias da área de jurisdição da SRL, isto é, do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM), da Universidade Lusófona (ULusófona), da Universidade do Algarve (UAlg) e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL).

- ***Bolsa de Oportunidades – Empregabilidade***

A Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos (BOOF) é constituída por uma plataforma virtual e dinâmica destinada à inserção de oportunidades pelas entidades interessadas e, paralelamente, à inserção de candidaturas apresentadas pelos farmacêuticos, sendo disponibilizado um espaço para dúvidas com apoio directo por parte dos serviços da Ordem dos Farmacêuticos.

Sendo a empregabilidade dos farmacêuticos uma temática prioritária, a Secção Regional de Lisboa, durante o ano de 2014, promoveu e dinamizou a BOOF, assegurando, ainda, a sua operacionalização a nível regional. Durante o ano de 2014 registaram-se cerca de 150 entidades da área de jurisdição da SRL com a perspectiva de recrutar farmacêuticos.

- ***Recepção ao novo farmacêutico***

Enaltecendo a importância do momento de inscrição dos novos associados na Ordem dos Farmacêuticos, a Secção Regional de Lisboa continuou a proporcionar os meios e suportes necessários para esclarecer todas as dúvidas dos mesmos, perspectivando a promoção de uma relação mais próxima e transparente do associado com a sua Ordem. Assim, foi disponibilizado um Kit com algumas informações necessárias:

- Pasta com a imagem institucional da Ordem dos Farmacêuticos;

- Boletim com informações sobre a Ordem dos Farmacêuticos e Serviços que disponibiliza aos membros;

- Livros e Boletins Informativos do sector Farmacêutico;

- Revista da Ordem dos Farmacêuticos;

- Informações sobre a Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos.

Com o intuito de actualizar os procedimentos da Secção Regional de Lisboa, assim como a sua própria imagem, procedeu-se à actualização dos formulários de inscrição e actualização da situação, sendo a sua implementação prevista para o ano de 2015. Durante o ano de 2014, a Secção Regional de Lisboa integrou 381 novos farmacêuticos como Membros Activos da Ordem dos Farmacêuticos.

- ***IV Cerimónia da Vinculação à Profissão Farmacêutica***

Com o propósito de dar as boas-vindas aos novos farmacêuticos que iniciaram o seu percurso profissional em 2013, aliado à apresentação da iniciativa de voluntariado "Tipicidades Urbanas" promovida pelo estudante Tiago Dias, decorreu, no dia 19 de Fevereiro, no Salão Nobre da Ordem dos Farmacêuticos, a IV Cerimónia de Vinculação à Profissão Farmacêutica, com a participação de 55 recém-mestres.

Durante a realização do evento destaca-se o momento solene que resulta da leitura do Juramento Farmacêutico, acto simbólico que representa um momento de reflexão e reafirmação dos valores éticos e deontológicos da profissão, vontades e responsabilidades. A cerimónia contou com a intervenção do Bastonário da OF, Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa, e da Presidente da SRL, Dr.ª Ema Paulino.

- ***Noites na Ordem***

As "*Noites na Ordem*" tornaram-se um evento relevante pelo debate informal de temas, assemelhando-se a uma tertúlia. Com uma periodicidade variável, a Secção Regional de Lisboa poderá, ainda, homenagear neste evento um farmacêutico ou colaborador da Ordem dos Farmacêuticos que se tenha destacado na sua actividade profissional ou noutra área de mérito.

No dia 11 de Março de 2014, realizou-se no Salão Nobre da Ordem dos Farmacêuticos a primeira edição de 2014, subordinada ao tema "Farmacêuticos pelo Mundo". O evento, moderado pela Presidente da SRL, Dr.ª Ema Paulino, contou com a presença do Dr. Jorge Silveira – Administrador da AustralPharma S.A.R.L. e Director da Quilaban, Dr. João Duarte – Regulatory Intelligence & Policy Manager na H. Lundbeck A/S, Dr. Francisco Castro – Managing Director na Fresenius Kabi Brasil e Presidente do Conselho Fiscal da SRL, e da Dr.ª Sandra Silva – Técnica Superior e Responsável Técnica Substituta na Unidade de Serviços Analíticos do Laboratório Analítico. No total, contabilizando os participantes presenciais e por *web-conference*, o evento contou com 214 participantes.

Por sua vez, no dia 25 de Junho de 2014, realizou-se no Salão Nobre da Ordem dos Farmacêuticos a segunda edição de 2014, subordinada ao tema "Farmacêuticos na Desportiva", que contou com a homenagem à colaboradora Fátima Martins pelos seus 25 anos de ligação à Ordem dos Farmacêuticos. O evento, moderado pelo Dr. Diogo Gouveia – Membro da Direcção da SRL, contou com a presença do Dr. Diogo Miranda – Praticante de Rugby, da Dr.ª Joana Castelão – Praticante de Tiro ao Alvo e da Dr.ª Sara Duarte – Praticante de Equitação. No total, contabilizando os participantes presenciais e por *web-conference*, o evento contou com 137 participantes.

Apoio ao Associado

- ***Gabinete de Aconselhamento Jurídico***

Considerando a importância da orientação jurídica no percurso profissional do farmacêutico, a SRL continuou a disponibilizar o Gabinete de Aconselhamento Jurídico, com o propósito de apoio a questões jurídicas relacionadas com o exercício profissional, mediante marcação prévia e de forma gratuita, às Quartas-feiras de tarde. A consulta jurídica realiza-se de forma presencial ou via telefónica, com o intuito de facilitar o acesso aos profissionais de todas as áreas geográficas.

- ***Benefícios para os sócios na aquisição de bens e serviços – "Ser Farmacêutico dá Vantagens"***

Durante o ano de 2014 a SRL iniciou o processo de actualização do guia dos benefícios para os sócios na aquisição de bens e serviços "Ser farmacêutico dá vantagens", com o intuito de avaliar a continuidade dos protocolos anteriormente firmados e, por sua vez, estabelecer em 2015 novos protocolos com empresas e instituições nas diversas áreas, entre as quais: hotelaria, gastronomia, cultura e lazer, saúde e bem-estar, formação e educação, sector automóvel, banca, seguros, entre outros.

- ***Comunicação Electrónica***

Sendo a comunicação com os Associados crucial para a sua aproximação com a Ordem dos Farmacêuticos, a Secção Regional de Lisboa procurou incentivar o contacto frequente com os Membros através da utilização de meios electrónicos, nomeadamente o *e-mail* e as *newsletters*, que promovem uma transmissão mais célere da informação referente a actividades, iniciativas, cobrança de quotas, entre outros, sem minimizar a questão ecológica.

A página do Facebook continuou a ser dinamizada, sendo que já contabiliza 3.200 seguidores, representando uma plataforma de excelência para divulgação de informação. Foram iniciados, ainda, alguns contactos com o intuito de desenvolver uma aplicação móvel da SRL que se pretende lançar em 2015.

- ***Sede Regional***

A procura de uma solução para o edifício Sede da Ordem dos Farmacêuticos e da Secção Regional de Lisboa é uma ambição que tem acompanhado o percurso da própria Instituição, integrando os objectivos das diferentes Direcções ao longo dos mandatos das últimas décadas.

Analisando as várias alternativas e argumentos que têm sido alvo de apresentação e análise ao longo dos anos, num contexto económico nacional e mundial que deve ser orientado pela prudência, considera-se que a solução mais adequada será a demolição e construção de um novo edifício no terreno sito na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 58, com a possibilidade, de modo faseado e posterior, de interligação ao edifício da Sede Nacional.

Assim sendo, durante o ano de 2014 a Direcção da SRL dinamizou os trabalhos relacionados com a Nova Sede da SRL, com o intuito de promover a elaboração do Projecto de construção de um imóvel contíguo à sede nacional, durante o ano de 2015.

- ***Delegações Regionais***

As Delegações Regionais têm, no contexto da sua intervenção na Secção Regional de Lisboa, um relatório de actividades específico que é divulgado no seguimento do Relatório de Actividades da SRL, complementando as acções desenvolvidas pela Direcção da SRL.

B) CONTRIBUIR PARA A QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTÍNUO DO FARMACÊUTICO

Conscientes da importância do desenvolvimento profissional contínuo do farmacêutico, que desempenha um papel de destaque no sistema de saúde e em todas as fases do circuito do medicamento, bem como da afirmação das suas competências multidisciplinares face à celeridade da evolução das tecnologias da saúde e das necessidades do indivíduo e dos sistemas de saúde em geral, a SRL realizou diversas acções de formação perspectivando a promoção das competências, capacidades e experiência profissional dos farmacêuticos, assim como o desenvolvimento de possíveis oportunidades de melhoria.

- ***Formação Contínua Presencial***

Durante o ano de 2014, a SRL desenvolveu o seu Plano Formativo com o intuito de proporcionar aos seus associados formação de qualidade e diversificada pelas várias áreas profissionais. Com o intuito de continuar a desenvolver programas de formação de curta e longa duração, promoveram-se diversas parcerias com entidades formadoras que prestam formação nas temáticas consideradas estratégicas para o sector e que reforçam as competências dos farmacêuticos, promovendo, ainda, a inovação e o valor acrescentado da intervenção farmacêutica no sistema de saúde.

Considerando a conjuntura actual e o próprio desígnio da Ordem dos Farmacêuticos, desenvolveram-se iniciativas formativas de carácter gratuito e descentralizado com o intuito de possibilitar uma maior participação dos farmacêuticos nas mesmas.

Durante o ano de 2014, realizaram-se as seguintes formações:

- Curso Inicial de Vacinas e Administração de Medicamentos Injectáveis – Foram realizadas 17 formações, descentralizadas, nas quais marcaram presença mais de 184 participantes;

- Curso de Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa – Foram realizadas 2 formações, nas quais marcaram presença 10 participantes.

- Curso Europeu de Primeiros Socorros – Foram realizadas 2 formações, nas quais participaram 16 participantes;

- Formação “Como obter êxito no mercado de trabalho” – Formação destinada aos estudantes do MICF e recém-mestres, que contou com 17 participantes;

- Curso de Formação em Feridas – Foram realizadas 2 formações, nas quais marcaram presença 26 participantes;

- Curso de Formação em Dispositivos Médicos – Foram realizadas 2 formações, nas quais marcaram presença 28 participantes;

- Formação "Desenvolvimento de competências em Investigação Clínica" – Formação realizada em parceria com a *Boehringer Ingelheim*, que contabilizou duas edições, com a presença de 42 participantes;

- Curso de Cardiologia para Farmacêuticos – Formação realizada em parceira com a *Generis* e o *ICPA*, que contabilizou com 10 edições, nas quais marcaram presença 225 participantes;

- Formação "Novas alterações ao código de trabalho" – Foi realizada uma edição em parceria com a *BPO Advogados* que contou com 17 participantes;

- Curso de Formação Pós-Graduada em Marketing Farmacêutico – Este curso, realizado em parceria com o Centro de Formação – CaF, contou com 18 participantes;

- Formação "Grandes Síndromes Psiquiátricos: Do diagnóstico ao tratamento" – Foram realizadas 2 formações, nas quais marcaram presença 32 participantes;

- ***Formação Contínua por E-learning***

Reconhecendo a importância da descentralização das acções de formação, a Ordem dos Farmacêuticos continuou a promover a sua plataforma de formação à distância (E-learning), disponível em www.elearning-of.dlc.pt. A plataforma, que resulta de uma parceria com a *DLC – Distance Learning Consulting, Lda.* e *4Choice Health Consultancy,Lda*., continuou a disponibilizar os cursos no âmbito do atendimento em MNSRM, nomeadamente:

- Modelo de Atendimento em MNSRM – Componente Interpessoal e Técnica;

- Modelo de Atendimento em MNSRM – Pirose e Dispepsia.

Por sua vez, a Secção Regional de Lisboa desenvolveu em 2014 o curso "Recertificação para a Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis", que visa requalificar competências gerais e específicas no âmbito da administração de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação e Medicamentos Injectáveis, utilizando um vasto suporte teórico e prático, com vista a garantir desempenhos de qualidade.

Durante o ano de 2014, cerca de 85 farmacêuticos usufruíram da plataforma *E-learning*.

- ***Sessão "A importância do associativismo para o contexto profissional e político da actividade farmacêutica"***

Considerando a importância da intervenção dos estudantes do MICF, e futuros farmacêuticos, no desenvolvimento da profissão, a SRL promoveu, no dia 24 de Setembro, a acção "A importância do associativismo para o contexto profissional e político da actividade farmacêutica", dirigida aos estudantes e com o objectivo de realçar a pertinência da participação e envolvimento dos futuros farmacêuticos nas estruturas que representam a profissão nas suas diferentes áreas de intervenção, assim como da própria intervenção cívica.

O evento contou com a presença de vários farmacêuticos com intervenção nas diversas estruturas do sector, nomeadamente, o Bastonário da OF, Prof. Doutor Carlos Maurício Barbosa, a Presidente da SRL, Dr.ª Ema Paulino, o Presidente do Conselho Fiscal Nacional, Dr. Paulo Barradas, a Ex-Presidente da SRL e Consultora da Presidência da República para a área da Saúde, Dr.ª Clara Carneiro, e o Dr. Mário Peixoto, Dr. Duarte Santos, Dr. António Rodrigues, Dr. Pedro Lucas, Dr. João Francisco Ferreira e a Dr.ª Teresa Luciano.

O evento contou com a presença de 26 participantes.

C) PROPORCIONAR MODELOS E FERRAMENTAS DE SUPORTE À PRÁTICA PROFISSIONAL

A integração e intervenção do farmacêutico nas equipas pluridisciplinares de saúde é um objectivo primordial da Ordem dos Farmacêuticos, tornando-se essencial a aproximação da prática farmacêutica à ciência que a fundamenta, assim como a disponibilização de modelos e ferramentas de suporte ao desenvolvimento da prática profissional.

Durante o ano de 2014 foram efectuadas diligências com o intuito de estabelecer parcerias e protocolos com organizações que partilhem os mesmos desígnios, incluindo a comunidade científica que desenvolve trabalho na área da intervenção farmacêutica.

- ***Apoio à prática profissional***

No seguimento do vídeo editado pela Secção Regional de Lisboa sobre "Comunicação na Farmácia", que plasma as boas práticas nas diversas vertentes do atendimento, a SRL promoveu a sua partilha e disponibilização gratuita, sempre que solicitado.

Sempre que pertinente e solicitada, a SRL disponibilizou ainda, para consulta e utilização, informação sobre modelos e exemplos nacionais e internacionais de actuação farmacêutica.

- ***Ciclo de Conferências***

O Ciclo de Conferências contempla a realização de um conjunto de conferências realizadas ao longo do ano que abordam temas actuais de índole político-profissional e que contam com a presença de personalidades de reconhecido mérito profissional, social e cultural.

No dia 27 de Fevereiro de 2014, realizou-se no Hotel Real Palácio a primeira edição de 2014, subordinada ao tema "Empregabilidade no Sector Farmacêutico: Que Futuro?". O evento destinado a debater a empregabilidade no sector farmacêutico e apresentar a Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos, foi moderado pelo Vice-Presidente da Direcção Nacional da OF, Dr. José Gavino, e contou com a presença do Dr. Jorge Gaspar - Director do IEFP, Dr. Diogo Ribeiro – CEO da Plataforma Emprego pelo Mundo, Dr. Paulo Barradas – CEO da Bluepharma, Dr. Pedro Pires – Presidente da Udifar e fundador do Grupo Holon e da Dr.ª Catarina Horta – Directora de Recurso Humanos da Randstad. No total, contabilizando os participantes presenciais e por *web-conference*, o evento contou com 194 participantes.

No dia 30 de Outubro de 2014, a SRL promoveu, no Hotel Sana Malhoa, a segunda edição do Ciclo de Conferências, desta feita subordinada ao tema "Uma alavanca para o futuro", destinada à apresentação e discussão de exemplos de empreendedorismo farmacêutico e programas de aceleração de negócios. O evento foi moderado pelo Dr. Miguel Papança, Tesoureiro da Direcção da SRL, e contou com a presença do Prof. Doutor Rogério Gaspar – Vice-Reitor da Universidade de Lisboa com competências delegadas na área da investigação, empreendedorismo e transferência de conhecimento, do Prof. Doutor João Gonçalves – Professor da Faculdade de Farmácia da UL e membro organizador da *StartHealth@ULisboa*, da Dr.ª Marta Miraldes – Responsável pelo acompanhamento das empresas incubadas na StartUp Lisboa, e do CEO da *LisbonPH*, empresa júnior da FFUL, João Roma. No total, contabilizando os participantes presenciais e por *web-conference*, o evento contou com 120 participantes.

- ***Bolsa de Inovação Farmacêutica – BInov da Secção Regional de Lisboa***

Conscientes da importância da aproximação dos profissionais farmacêuticos à comunidade científica e às práticas que a fundamentam, a Secção Regional de Lisboa continuou a promover a Bolsa de Inovação Farmacêutica, que visa a divulgação de projectos de investigação para o desenvolvimento das ciências farmacêuticas.

No seguimento do período de candidaturas para a Bolsa de Inovação da Secção Regional de Lisboa, a Comissão de Avaliação da BInov (CABInov), presidida pela Prof.ª Doutora Filipa Duarte Ramos, avaliou as 18 candidaturas recebidas. A CABInov reconheceu grande qualidade em todas as candidaturas, sendo que a bolsa, no valor de 5.000€, foi dividida entre os projectos: "*Melhorar a adesão de doentes polimedicados a partir de sistemas de Preparação Individualizada da Medicação: Uma experiência em farmácias comunitárias portuguesas*", "*Monitorização terapêutica individualizada de bussulfano em doentes*

sob regimes de condicionamento pré-transplante de células progenitoras hematopoiéticas no IPO de Lisboa" e "*Misoprostol Vaginal – Desenvolvimento de uma formulação de libertação prolongada*".

A Direcção da SRL congratula os autores dos projectos premiados, convidando todos os colegas a participar na próxima edição da BInov.

- ***I Jornadas Científicas da Secção Regional de Lisboa | III Reunião Científica Anual da SPFCF***

De acordo com o objectivo anteriormente estabelecido pela Secção Regional de Lisboa de organizar as suas I Jornadas Científicas com temáticas que visam a actualidade científica e também a divulgação de trabalhos elaborados por farmacêuticos no âmbito do seu exercício profissional, a SRL associou-se à Sociedade Portuguesa de Farmácia Clínica e Farmacoterapia com o intuito de organizar em conjunto a III Reunião Científica Anual.

O evento irá decorrer em 2015, sendo que a SRL pretende incentivar o envolvimento de todos os farmacêuticos, valorizando a sua contribuição para a sociedade e o valor acrescentado das intervenções farmacêuticas.

D) APROXIMAR OS FARMACÊUTICOS À SOCIEDADE E AOS CIDADÃOS

Considerando que a importância da centralização do sistema de saúde no cidadão é cada vez mais reconhecida e relaciona-se directamente com a integração e colaboração dos vários profissionais de saúde nos diferentes níveis de cuidados de saúde, a Direcção da Secção Regional de Lisboa efectuou diversas diligências com o intuito de promover a comunicação e colaboração intraprofissional e interprofissional.

Assim, sempre que possível e pertinente, a SRL promoveu iniciativas de caracter público, visando a consciencialização e a interacção entre os farmacêuticos que desempenham a sua actividade profissional nos diversos sectores, assim como com os restantes profissionais de saúde, vislumbrando o benefício do utente e a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde

- **Participação responsável na definição de políticas na área da saúde**

Reconhecendo a importância da participação activa do farmacêutico nos processos de definição e discussão das políticas na área da saúde, com indiscutíveis resultados e ganhos para a sociedade como um todo, a Secção Regional de Lisboa, em articulação com a Direcção Nacional, identificou áreas susceptíveis de intervenção e promoção das competências dos farmacêuticos, com a respectiva criação

de valor acrescentado, participando e promovendo a discussão das políticas de saúde associadas às mesmas.

Relações institucionais

As relações institucionais, parcerias e colaborações, entre as diversas entidades, revelam uma importância inegável para a defesa dos interesses da profissão e, como tal, foram prioritárias para a Secção Regional de Lisboa.

Ao longo do ano de 2014, a SRL promoveu o desenvolvimento da relação, cooperação e o entendimento com várias entidades, tais como as Ordens Profissionais e respectivas Secções Regionais, as Administrações Regionais de Saúde, instituições de Ensino Superior, e as mais variadas entidades do sector da saúde, visando a promoção e realização de projectos que promovam a multidisciplinariedade, com base nos princípios de consideração, audição e concertação de medidas. Por sua vez, algumas iniciativas da SRL foram promotoras de relações institucionais, como por exemplo a Campanha de Consciencialização "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis" que promoveu a colaboração, apoio e participação activa de diversas entidades com as quais a Secção Regional de Lisboa perspectiva o desenvolvimento das relações institucionais noutros projectos.

Perspectivando o desenvolvimento e colaboração na definição do futuro da profissão, a SRL promoveu um contacto próximo com os estudantes de Ciências Farmacêuticas e demonstrou-se atenta e interessada nas suas preocupações e solicitações, nomeadamente na área da adequação à prática dos currículos, assim como na integração no mercado de trabalho. A Direcção da SRL fez-se representar nos mais diversos eventos, sempre que solicitada para tal, promovendo, assim, as relações e o contacto com diversas entidades e profissionais.

Protocolo de colaboração com o ACES de Amadora

No âmbito da promoção e valorização da intervenção farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde, foi celebrado em 2014 um Protocolo de Colaboração entre a Ordem dos Farmacêuticos e o Agrupamento de Centros de Saúde de Amadora, que se pretende desenvolver em 2015, com o intuito de demonstrar a mais-valia da expansão do papel do farmacêutico nas diferentes áreas de gestão da terapêutica, optimização de recursos e programas de promoção e educação para a Saúde Pública, realizando estudos sobre a eficiência da intervenção farmacêutica nas variadas áreas de intervenção.

Intervenção comunitária

- ***O Farmacêutico na Sociedade***

O farmacêutico, enquanto profissional de acessibilidade privilegiada e reconhecida pela população, revela-se um profissional fundamental nas acções e projectos de promoção e educação para a saúde, e prevenção da doença, considerando o seu envolvimento diário com a comunidade e com as várias estruturas da sociedade.

Neste sentido, sempre que possível, a SRL promoveu o envolvimento de farmacêuticos nas estruturas de voluntariado e intervenção social e a divulgação das várias formas de participação possível. A SRL contempla, ainda, diversas iniciativas no seu Plano de Actividades que visam a promoção do farmacêutico e da Saúde Pública na sociedade, como por exemplo, a Geração Saudável, a Farmácia/Laboratório Saúde na KidZania e a Campanha de consciencialização "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis".

Considerando e reconhecendo a inegável importância que os meios de comunicação desempenham no desenvolvimento das políticas de saúde e na mobilização da opinião pública, a Secção Regional de Lisboa deu continuidade, sempre que possível, à estratégia de promoção da participação do farmacêutico como comentador em jornais regionais e nacionais.

Durante o ano de 2014, sempre que oportuno, a Presidente da Secção Regional de Lisboa representou a Ordem dos Farmacêuticos nos órgãos de comunicação social, como por exemplo, por ocasião do lançamento da Campanha de Consciencialização "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis" que pretende consciencializar a população para a importância do Uso Responsável do Medicamento.

Por sua vez, sempre que possível, a SRL contribuiu para a sensibilização da profissão farmacêutica junto dos mais jovens, por intermédio dos membros da Ordem dos Farmacêuticos, através da cedência gratuita de conteúdos a todos os associados ou estudantes que possam, de alguma forma, esclarecer os mais jovens sobre o contributo e a imagem do farmacêutico nas mais diversas áreas da sua intervenção profissional. Foi dada continuidade à divulgação do vídeo institucional, editado pela SRL, "A Profissão Farmacêutica – Passado, Presente e Futuro".

- ***Projectos de Promoção e Educação para a Saúde***

a) Projecto Geração Saudável

A Geração Saudável é um projecto de Promoção e Educação para a Saúde desenvolvido pela Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, com o objectivo primordial de contribuir para a promoção da saúde dos jovens nas escolas, educar e estimular a adopção de estilos de vida saudáveis, alertar para a ocorrência de possíveis patologias, dar a conhecer a importância da prevenção em saúde e

integrar os diversos profissionais de saúde, estabelecendo uma colaboração mútua na educação dos jovens. Considerando que a prevenção e promoção da Saúde Pública constituem prioridades estratégicas do Plano Nacional de Saúde 2012-2016, o Projecto Geração Saudável assume uma importância acentuada e com enorme responsabilidade social associada.

Actualmente o projecto é reconhecido e apoiado institucionalmente por diversas entidades, tais como a Direcção-Geral da Saúde (na temática da diabetes), a Confederação Nacional das Associações de Pais e a Associação Nacional de Professores, o que muito honra e dignifica o trabalho desenvolvido em prol do crescimento do projecto, sendo que no ano de 2014 recebeu o honroso Alto Patrocínio da Presidência da República. O Projecto Geração Saudável foi ainda premiado na 20ª edição dos Prémios Almofariz, iniciativa da responsabilidade da Farmácia de Distribuição, com o Prémio Almofariz de Projecto do Ano.

Durante o ano lectivo de 2013/2014, integrando uma equipa de cerca de 30 formadores (estudantes e recém-mestres em Ciências Farmacêuticas), o Projecto esteve presente em quarenta e cinco escolas, formando aproximadamente onze mil alunos, quinhentos professores e duas mil pessoas entre profissionais de saúde, familiares e população em geral.

De realçar a continuação da profícua parceria entre a Ordem dos Farmacêuticos e a *Novo Nordisk*, principal patrocinador do Projecto.

b) Farmácia/Laboratório Saúde na KidZania Lisboa

A Secção Regional de Lisboa tem como um dos seus principais propósitos a promoção, valorização e dignificação do farmacêutico e das suas competências técnico-científicas, essenciais na sua actuação como o profissional de saúde mais próximo da população, perspectivando a integração e a incrementação de valor na cadeia de prestação de cuidados de saúde.

Neste âmbito, surge a Farmácia/Laboratório Saúde no Espaço KidZania, projecto dedicado às crianças, que através de uma visita ao mesmo adquirem conhecimentos sobre o papel desempenhado pelos farmacêuticos na sociedade e nas suas diferentes áreas de intervenção, designadamente a farmácia comunitária, análises clínicas e produção de medicamentos na indústria farmacêutica. O espaço encontra-se dividido em três áreas distintas, sendo que as crianças podem explorar a profissão farmacêutica através da participação em diferentes actividades.

Durante o ano de 2014, a KidZania, espaço localizado no Centro Comercial Dolce Vita Tejo, foi visitada por 230.118 pessoas, sendo que a Farmácia/Laboratório Saúde teve 22.017 visitantes, o que representa uma taxa de ocupação de 47% (média de visitantes por mês ao local/ capacidade máxima do espaço). Após uma análise ao perfil de visitantes verifica-se que, maioritariamente, as crianças são acompanhadas pelos seus familiares, o que resulta numa promoção indirecta do farmacêutico aos mesmos.

c) Corrida Farmacêutica/ Caminhada Geração Saudável

A Secção Regional de Lisboa realizou no dia 22 de Junho, pela primeira vez, a Corrida Farmacêutica, em conjunto com a habitual edição da Caminhada Geração Saudável, contando com a presença da Mascote da Geração Saudável.

A Corrida Farmacêutica/ Caminhada Geração Saudável teve como ponto de partida e chegada a Avenida Brasília, em frente ao Centro de Congressos de Lisboa, sendo a sua extensão de 10km e 4km, respectivamente. O evento contou com 417 participantes, sendo que 282 pessoas participaram na I Corrida Farmacêutica.

d) Projecto – Colecção de Livros temáticos da Geração Saudável: "A Diabetes" e "Uso Responsável do Medicamento"

Com o objectivo de promover o lançamento de uma colecção infanto-juvenil de livros da Geração Saudável, com várias temáticas de reconhecida importância para a Saúde Pública e com público-alvo diferenciado entre as várias faixas etárias dos jovens, a Secção Regional de Lisboa celebrou, em 2014, um protocolo coma editora PATO LÓGICO para a produção de dois títulos da referida colecção, iniciando imediatamente o trabalho de desenvolvimento dos mesmos.

Os dois títulos previstos para o lançamento do Projecto abordam temáticas de grande importância e impacto na Saúde Pública, nomeadamente a Diabetes e o Uso Responsável do Medicamento.

- ***Projecto de Voluntário Farmacêutico – Farmacêuticos em Missão***

A Ordem dos Farmacêuticos, enquanto entidade que representa os farmacêuticos, não pode negligenciar a responsabilidade que tem junto da sociedade, sendo que o farmacêutico é frequentemente o profissional de saúde com um contacto mais regular com as problemáticas de cariz social e económico da população.

Neste sentido, a Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, no seguimento do protocolo celebrado com a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF), com o intuito de desenvolver, em parceria, um projecto de acção social sustentado num banco de voluntários farmacêuticos, desenvolveu contactos com entidades, perspectivando a integração de farmacêuticos nos seus processos de voluntariado, nomeadamente a Liga Portuguesa Contra o Cancro, o Centro de Apoio ao Sem Abrigo, a Cáritas Diocesana de Lisboa e a Comunidade Vida e Paz.

- ***Campanha de consciencialização: Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis***

Os medicamentos têm promovido, desde a sua introdução, a eficiência dos sistemas de saúde por se revelarem uma tecnologia custo-efectiva com efeitos positivos sem precedentes, contribuindo para a redução da mortalidade e melhoria da qualidade de vida. Contudo, existe ampla evidência internacional de que subsiste um potencial não aproveitado no investimento que se faz anualmente em medicamentos. Por exemplo, a Organização Mundial de Saúde estima que 50% dos cidadãos em todo o mundo não tomam correctamente os medicamentos, por diversas razões. Estima-se, ainda, que seja possível poupar em todo o mundo cerca de 370 mil milhões de euros através da utilização optimizada do medicamento, o que corresponde a cerca de 8% da despesa mundial em saúde.

Assim sendo, promover o Uso Responsável do Medicamento deverá ser uma prioridade para a sustentabilidade do Sistema de Saúde, perspectivando ganhos em saúde para o indivíduo e para a sociedade em geral. Neste âmbito, a Ordem dos Farmacêuticos iniciou em Setembro de 2014, com lançamento no Dia do Farmacêutico, uma campanha de consciencialização para o Uso Responsável do Medicamento, com o *slogan* "Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis". A iniciativa tem como objectivo primordial alertar a população, promover as boas práticas e debater a temática do Uso Responsável do Medicamento, nomeadamente a sua pertinência, contexto internacional e nacional, e propostas para a sua aplicação de forma a maximizar o investimento em medicamentos, com vista à obtenção de ganhos em saúde.

Pretende-se evidenciar o papel dos cidadãos, onde se inserem os profissionais de saúde, nomeadamente o Farmacêutico, na promoção do uso responsável do medicamento, desde a sua produção à dispensa e respectiva toma pelos utentes. O Farmacêutico desempenha um papel de destaque em todas as fases do circuito do medicamento e, considerando a sua multidisciplinaridade científica e técnica, revela-se um profissional de saúde numa posição privilegiada para a promoção do uso responsável do medicamento.

A SRL foi o órgão social percursor da iniciativa em 2014, sendo que a campanha está presente em várias plataformas, entre as quais o Facebook e o *site* próprio, www.usoresponsaveldomedicamento.com, onde é possível submeter-se contributos em formato de vídeo, fotografia, documentos, estudos, entre outros. A campanha mereceu destaque de diversas altas patentes, entre os quais, o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, e o Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Manuel Teixeira. Realizou-se, ainda, uma sessão multidisciplinar de discussão da temática, em Dezembro, com o intuito de discutir a temática do Uso Responsável do Medicamento e lançar o ciclo de sessões de discussão previstos para 2015. Durante o período de dinamização da campanha pretende-se reunir os diversos contributos e soluções apresentadas com o objectivo de organizar um conjunto de recomendações específicas da Ordem dos Farmacêuticos acerca do Uso Responsável do Medicamento, que serão apresentadas e divulgadas nas instituições e entidades do sector da saúde.

Delegação Regional dos Açores

O presente documento descreve, de forma sucinta, as actividades desenvolvidas pela Delegação Regional dos Açores no ano de 2014.

- ***Janeiro:***

  - Dia 6: Participação do Delegado Regional na Recepção de Ano Novo a convite de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, Dr. Vasco Cordeiro;

  - Dia 10: Primeira Reunião da Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica (CRFT)* com a nomeação e participação da representante da Ordem dos Farmacêuticos, Dr.ª Margarida Martins. A abertura da reunião foi presidida pelo Senhor Secretário Regional da Saúde, Dr. Luís Cabral. A representante da Ordem dos Farmacêuticos (OF) questionou a constituição da CRFT, que, conforme nomeação, não previa a paridade entre médicos e farmacêuticos e previa a presença de elementos não médicos e não farmacêuticos, fundamentando a necessidade da correcção da constituição da CRFT de modo a que, por um lado, a paridade fosse mantida (propondo a inclusão de mais farmacêuticos) e por outro, que os elementos não técnicos tivessem uma função consultiva e não deliberativa. O Senhor Secretário Regional anuiu à proposta de alteração, pelo que a moção proposta foi votada e aprovada por unanimidade, tendo a constituição da CRFT sido alterada e renomeada;

  - Dia 30: Participação do Delegado Regional da Ordem dos Farmacêuticos no Conselho Regional de Saúde. O Conselho Regional de Saúde foi criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2013/A, sendo um órgão de consulta sobre a política de saúde, com definição da missão, competências e modo de funcionamento. A primeira Reunião do Conselho Regional de Saúde, dia 30 de Janeiro de 2014, foi presidida pelo Senhor Secretário Regional da Saúde Dr. Luís Cabral, onde foi discutido o Plano Regional de Saúde na generalidade, tendo sido referido pelo Delegado Regional da Ordem dos Farmacêuticos a estranheza da ausência de referências relativas ao exercício da profissão Farmacêutica num documento tão estruturante e definidor de estratégias para ao futuro da saúde na Região. Salientou a disponibilidade e os benefícios para a saúde dos utentes, e a poupança em meios, pessoal e logística, se utilizassem a capacidade técnica e científica dos farmacêuticos existentes nas Farmácias comunitárias, com distribuição homogénea no território insular, para, em colaboração com a DRS participar nos vários programas de monitorização de doenças crónicas, bem como no combate às patologias mais preocupantes em cuidados primários de saúde;

  - Dia 30: Cerimónia de Tomada de Posse do Delegado Regional da Ordem dos Farmacêuticos, Dr. Toste de Freitas, na presença de Sua Excelência o Secretário Regional da Saúde dos Açores, Dr. Luís Cabral, de Sua Excelência o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Prof. Dr. Maurício Barbosa, de Sua Excelência a Presidente da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos,

Dr.ª Ema Paulino, Digníssimos representantes das Ordens dos Médicos, dos Engenheiros, dos Médicos Dentistas, dos Médicos Veterinários, da Presidente da SAUDAÇOR, SA, do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, digníssimos colegas e comunicação social;

- Reunião com os colegas da ilha Terceira com a presença de Sua Excelência o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Prof. Dr. Maurício Barbosa, de Sua Excelência a Presidente da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos, Dr.ª Ema Paulino e do Delegado Regional da Ordem dos Farmacêuticos, Dr. Toste de Freitas. Nesta reunião foram abordados e discutidos vários temas relacionados com a profissão farmacêutica, nas suas diferentes áreas;

- Dia 31: Reunião do Delegado Regional com os colegas na ilha de S. Miguel, com a presença de Sua Excelência o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos. Nesta reunião foram abordados e discutidos vários temas relacionados com a profissão farmacêutica, nas suas diferentes áreas.

- ***Fevereiro**:*

- Revisão da proposta do Plano Regional de Saúde 2014-2016 e identificação de possíveis intervenções farmacêuticas, nas diferentes áreas, no referido Plano. A Delegação Regional da Ordem dos Farmacêuticos efectuou 39 anotações e 44 comentários ao Plano Regional de Saúde. A revisão efectuada foi enviada à OF que elaborou o documento final. O parecer final da Ordem dos Farmacêuticos explanou as referências e comentários identificados pela Delegação Regional, resultando um documento (Refª.: 108/CMB/RN) com 19 planos de intervenção farmacêutica, nas diferentes áreas, no Plano Regional de Saúde dos Açores;

- Dia 4: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;

- Dia 27: Participação da Dr.ª Margarida Martins, representante da OF na CRFT, na reunião de representantes da OF nas Comissões de Farmácia e Terapêutica nacionais e regionais, em Lisboa na sede da OF, com a presença de Sua excelência o Sr. Bastonário.

- ***Março*:**

- Dia 10: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;

- Dia 24: Participação do Delegado Regional na Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos;

- Dia 29: Participação do Delegado Regional na Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos.

- ***Abril*:**

  - Dia 2: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;

  - Dia 15: Contribuição da Delegação Regional, em estreita colaboração com a Secção Regional de Lisboa e o Sr. Bastonário, para o Projecto de Diploma Regional sobre Convenções e Reembolsos. Deste parecer resultou um documento onde se alerta para os potenciais efeitos nefastos das medidas propostas no referido Projecto de Diploma, bem como se sugerem alternativas viáveis e benéficas tanto para a população, como para os prestadores e para o Governo. O parecer, emanado da OF, foi distribuído, para além da Secretaria Regional da Saúde, às seguintes entidades:

    - Representante da República para a Região Autónoma dos Açores (RAA): Senhor Comendador Pedro Catarino;
    - Presidente da Comissão de Saúde da RAA: Senhor Dr. Domingos Cunha;
    - Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular Monárquico da RAA: Senhor Dr. Paulo Estêvão;
    - Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português da RAA: Senhor Dr. Aníbal Pires;
    - Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda da RAA: Senhora Dr.ª Zoraida Soares;
    - Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Centro Democrático Social - Partido Popular da RAA: Senhor Dr. Artur Lima;
    - Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata da RAA: Senhor Dr. Duarte Freitas;
    - Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista da RAA: Senhor Dr. Berto Messias.

  - Dia 30: A Delegação Regional, em estreita colaboração com a Secção Regional de Lisboa e o Sr. Bastonário, emitem um comunicado *Refª 254/CMB/RN* à Secretaria Regional da Saúde sobre a implementação, nas Unidades de Saúde de Ilha (USI) dos *Point of Care Testing* (POCT). Este comunicado visa contestar a implementação da utilização deste tipo de equipamentos nas USI, reduzindo o horário dos laboratórios convencionais, resultando numa verdadeira assimetria em termos de qualidade de atendimento dos utentes. Assim, dependendo da hora a que os utentes têm necessidade de recorrer ao serviço de saúde, as decisões clinicas são baseadas em resultados analíticos pouco fiáveis, em equipamentos manipulados por profissionais não habilitados para o efeito, com custos muito elevados de operacionalidade e com qualidade francamente reduzida.

- ***Maio*:**

  - Dia 12: Participação da Delegação Regional da OF nas comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, no Auditório da Biblioteca Pública, em Ponta Delgada. Em representação do Senhor Delegado Regional esteve o Sr. Dr. José Aires;

  - Dia 13: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;

  - Dia 26: A Delegação Regional transmite e solicita parecer ao Colégio de Farmácia Hospitalar da OF, sobra a situação da Farmácia do Hospital da Ilha Terceira, nomeadamente na área da farmacotecnia na valência de preparação de fármacos citotóxicos. Segundo comunicado das colegas, a área reservada para a preparação de fármacos citotóxicos não reúne as condições mínimas adequadas para o efeito, apesar de todos os alertas emitidos mesmo durante a fase de construção do hospital. Na RAA o INFARMED não tem jurisdição e, por isso, o hospital e a farmácia foram transferidos e iniciaram funções sem inspecção de entidade fiscalizadora com capacidades técnicas para o efeito. O Conselho de Administração, em funções, garantiu que a situação seria provisória, por um curto período de tempo (3 a 5 meses) mas, passados 2 anos, as condições de preparação ainda se deterioraram mais, sem qualquer plano de contingência ou de alteração da situação. As colegas solicitam o parecer da OF sobre esta questão, já que consideram que a preparação em tais condições representa um sério risco para a saúde pública e para os profissionais que lá operam.

- ***Junho*:**

  - Dia 2: Resposta do Senhor Secretário da Saúde ao Comunicado da OF sobre o projecto de implementação dos POCT nas USI, onde refere que pretende contratar farmacêuticos para todas as USI que disponham de laboratório, porque serão uma mais-valia na implementação dos POCT.

  - Dia 17: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;

- ***Julho*:**

  - Dia 18: Audiência do Delegado Regional com o Senhor Secretário Regional da Saúde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

    - Implementação dos POCT nas USI;
    - Discussão do novo modelo de convenções e lista de comparticipações na área das análises clínicas;
    - Horário dos farmacêuticos, Técnicos Superiores de Saúde funcionários públicos, nas unidades de saúde: A Delegação da OF recebeu uma solicitação, escrita e fundamentada, de 5 colegas do Hospital do Divino Espírito Santo de

Ponta Delgada. As colegas solicitam a intervenção da Delegação Regional, sobre esta matéria, junto da tutela, no que se refere à excepção aos funcionários das carreiras especiais de saúde (onde se incluem os farmacêuticos funcionários públicos) de retoma ao horário de trabalho das 35 horas semanais. As colegas justificam o pedido de actuação diplomática da DROF, junto da tutela, na resolução desta situação que promove a disparidade entre funcionários, uma vez que, a tutela, em contactos efectuados pelo grupo de colegas, mostrou abertura em negociar a situação específica dos farmacêuticos se convenientemente abordada pelo representante Regional da Ordem dos Farmacêuticos;

- Outros assuntos.

- ***Agosto*:**

  - Em resposta à solicitação da Direcção Regional de Saúde, em nome do Delegado Regional, participação do Dr. José Aires na vistoria à HigiAçores - Comércio e Serviços, Lda. - comércio e distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e dispositivos médicos, em Ponta Delgada.

- ***Setembro*:**

  - Em resposta à solicitação da Direcção Regional de Saúde, em nome do Delegado Regional, participação do Dr. José Aires na vistoria à Oliveira Leitão e Pena - comércio e distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e dispositivos médicos, em Ponta Delgada.

- ***Outubro*:**

  - Dia 9: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;

- ***Novembro*:**

  - Dia 13: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;

  - Dia 19 Audiência do Delegado Regional com o Senhor Secretário Regional da Saúde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

    - Integração de farmacêuticos nas USI na sequência da Resolução do Conselho do Governo nº107/2014 de 16 de Junho de 2014, que determina que as

Unidades de Saúde de Ilha (USI), com internamento, terão camas afectas aos cuidados continuados, para internamentos de média e longa duração;

- Apresentação de proposta de implementação de Serviços Farmacêuticos nas USI com internamento;
- Monitorização da implementação do novo modelo de convenção e comparticipação dos exames Complementares de Diagnóstico, na RAA;
- Pagamento das comparticipações às farmácias comunitárias e aos laboratórios.

- Em resposta à solicitação da Direcção Regional de Saúde, participação do Delegado Regional, na vistoria à Medeor, Lda. - comércio e distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e dispositivos médicos, na cidade da Horta.

- ***Dezembro*:**
  - Dia 2: Participação da Dr.ª Margarida Martins na reunião da CRFT*;
  - Dia 12: Participação do Delegado Regional na Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos;
  - Dia 19: Participação do Delegado Regional na Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos;

Para além das actividades descritas, a Delegação Regional, durante o ano de 2014, representou a OF e os farmacêuticos da RAA em todos os actos e eventos para os quais foi solicitada, nomeadamente, comunicação com o poder político, comunicação social, comunidade em geral e aos colegas farmacêuticos em particular.

*As cópias das actas das reuniões da CRFT encontram-se na sede da DROF

Delegação Regional da Madeira

A Direcção

- Promoção de reuniões de actualização científica e técnica;
- Reuniões com o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais para discussão de assuntos de interesse para a Classe;
- Representação da Ordem em diversas conferências, cimeiras e cerimónias oficiais, nomeadamente:
    - Cerimónia de Imposição Solene de Insígnias Honoríficas Madeirenses a convite do Presidente do Governo Regional;
    - Cerimónia de deposição de flores no Monumento dedicado à Revolta da Madeira a convite do Presidente do Governo Regional;
    - Cerimónia do Dia da Região e das Comunidades Madeirenses a convite do Presidente do Governo Regional;
    - Missa Solene com Te-Deum na Sé catedral, por ocasião do Dia da Região e das Comunidades Madeirenses a convite do Presidente do Governo Regional;
    - Cerimónia de deposição de flores por ocasião do Dia da Região, no Monumento à Autonomia;
    - Cerimónia de Tomada de Posse da Ordem dos Médicos (03/02/2014);
    - VIII Conferência Anual do Turismo, realizada pela Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas (04/04/2014);
    - Por ocasião das comemorações dos 40 anos da Revolução de 25 de Abril, Sessão Solene para o Hastear das Bandeiras a convite da Camara Municipal do Funchal (25/04/2014);
    - Cerimónia "Dia Internacional do Enfermeiro, realizada pela Ordem dos Enfermeiros (12/05/2014);
    - Apresentação do Programa de Revitalização do Comércio do Funchal a convite da Camara Municipal do Funchal (02/06/2014);
    - Cerimónia de Tomada de Posse da Ordem dos Arquitectos (20/06/2014);
    - Cerimónia de Vinculação à Profissão dos Novos Enfermeiros, realizada pela Ordem dos Enfermeiros (23/09/2014);
    - Conferência "Pensar Alzheimer" realizada pela Delegação da RAM da Associação Alzheimer (10/10/2014);
    - Conferência organizada pelo Grupo Parlamentar do PS-M sobre "O modelo de transporte marítimo e aéreo para a RAM. Reflexão e Soluções" (31/10/2014);
    - Conferência sobre "Sida e Cidadania – Eliminar Lacunas" a convite do IA-Saúde (5/12/2014);

- Lançamento do Livro Ilustres Visitantes na Madeira - 1852 a 1950 a convite da Ordem dos Economistas (18/12/2014).

Formações

- Curso Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa (8 a 15 de Fevereiro de 2014);
- Gestão de Informação em Saúde (27 a 28 de Junho e 5 a 6 de Setembro)
- Rinossinusite (9/10/2014);
- Preparação Individualizada de Medicação – Novidades em Dermatologia (14/10/2014);
- Programa de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos Antimicrobianos 11 e 18 de Dezembro de 2014);
- *Guidelines* do tratamento da SCA (síndrome coronário agudo) novidades na Antiagregação Plaquetária.

Diversos

- Pareceres solicitados pela Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Madeira;
- Representação da Ordem nas várias reuniões com o IA-SAÚDE;
- Colaboração com o Centro da Mãe-Associação de Solidariedade Social por ocasião do Dia Mundial da Prevenção da Gravidez na Adolescência (26/09/2014);
- Apoio à Escola Secundária Francisco Franco (Sessão Solene de 9/10/2014;
- Seminário de Formulação Magistral Madeira com a colaboração directa da Delegação Regional da Ordem dos Farmacêuticos (12/10/2014);
- Reuniões com o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, acerca da situação das Farmácias;
- Assinatura do Protocolo com a Camara Municipal do Funchal com sobre Comparticipação Municipal de Medicamentos;
- Divulgação a todos os Farmacêuticos da RAM das circulares normativas do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, com interesse para a classe;
- Atendimento e Encaminhamento das reclamações apresentadas pelos utentes;
- Esclarecimento aos Farmacêuticos sobre questões por estes formuladas sobre os seus Direitos e deveres;
- Acompanhamento e divulgação dos Formulários para Bolsa de Emprego;

- Organização do Jantar de Natal para os Farmacêuticos da RAM (22/12/2014);

Serviços Administrativos e Secretariado

- Atendimento aos Farmacêuticos com as seguintes tarefas:
    - Inscrições;
    - Pagamento de quotas;
    - Alterações de residência;
    - Emissão de certificados;
    - Pedido de emissão de cartões de identificação;
    - Pedidos de listagens;
    - Mailing;
    - Actualização dos ficheiros, bem como dos processos individuais de todos os farmacêuticos que exercem funções na Região;
    - Apoio e Secretariado às Ações de Formação realizadas na RAM;
    - Apoio e Secretariado à Tomada de Posse da Delegação;

CONTAS 2014
Secção Regional de Lisboa

Do enquadramento económico do ano 2014

O ano de 2014 foi o último da vigência do Memorando de Entendimento com a "Troika" sobre as Condicionalidades de Política Económica, que implementou um processo de ajustamento e correcção de desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de décadas.

Este programa teve como principal consequência a contracção acumulada do produto de cerca de 5 pontos percentuais no quadriénio 2011 - 2014.

O ano 2014 foi de inversão de ciclo económico, quando comparado com três anos antecedentes. Com excepção do consumo público, observou-se o aumento da actividade económica nos principais agregados que contribuem para o Produto Interno Bruto (PIB).

No que respeita às grandes variáveis macroeconómicas, observou-se para os principais indicadores uma inversão dos níveis negativos do ano anterior.

Salientam-se o Produto Interno Bruto, com uma variação positiva de 0,9% [4] (-1,5% no ano de 2013), a taxa de desemprego, que no final do quarto trimestre de 2014 atinge o nível de 13,5% [5] (15,3% no final de 2013) e a taxa de inflação que, preocupantemente, desacelera para -0,3% [6] (0,3% no ano de 2013).

Este novo, e positivo, enquadramento iniciou a melhoraria do nível de expectativas dos agentes económicos, que eram historicamente baixos, facto que naturalmente afectou a maioria dos sectores da economia, logo também as actividades da Ordem dos Farmacêuticos.

Da actividade no ano 2014

Quando comparado com o ano de 2013, o nível de actividade do ano de 2014 aumentou ligeiramente (+ 1%), à semelhança da economia em geral. Destacam-se nesta variação: o aumento dos rendimentos de quotas e jóias de inscrição (+3,5%), que são a principal fonte de rendimento das Secções Regionais da Ordem dos Farmacêuticos.

[4] Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico de Inverno 2014
[5] Fonte: Instituto Nacional de Estatística
[6] Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média anual)

Ao nível dos rendimentos, a SRL contabilizou um total de 1.601 mil Euros, mais 22 mil que no período homólogo e mais 57 mil Euros do que o previsto no orçamento.

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2013 Real	**Ano 2014 Real**	**Ano 2014 Orçamento**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.428.670	**1.482.874**	1.432.125	*50.749*	**3,5%**
Prestação de serviços - Outros	103.896	**77.870**	82.200	*-4.330*	**-5,3%**
Outros rendimentos e ganhos	0	**8.426**	5.000	*3.426*	**68,5%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	47.515	**32.413**	25.300	*7.113*	**28,1%**
	1.580.081	**1.601.583**	1.544.625	*56.958*	**3,7%**

As quotas e jóias de inscrição ascenderam a 1.482 mil Euros (93% dos rendimentos do ano), mais 51 mil que o planeado. Este desvio explica-se, no essencial, com o aumento do número de inscrições de novos Membros. Inscreveram-se na SRL 381 novos Membros no ano 2014 (número que compara com 312 no ano de 2013).

As outras prestações de serviços da SRL totalizaram 78 mil Euros (5% dos rendimentos), menos 4 mil Euros que o orçamentado. Contribuíram positivamente para esta rubrica os apoios institucionais aos projectos da Geração Saudável e KidZania, que não foram previstos em orçamento (7 mil e 15 mil Euros, respectivamente). Em sentido inverso, contribuiu negativamente a actividade da formação, registando um nível de execução orçamental de 66% devido à decisão tomada pela Direcção da SRL de co-financiar, ou oferecer, formação aos seus Membros.

A aplicação dos excedentes de tesouraria detidos pela SRL permitiu obter 32 mil Euros em rendimentos e juros, valor acima do planeado no orçamento em 7 mil Euros.

Ao nível dos gastos, no ano 2014 registou-se um total de 1.564 mil Euros, mais 73 mil Euros que o orçamentado e menos 22 mil Euros que no período homólogo.

GASTOS E PERDAS	Ano 2013 Real	**Ano 2014 Real**	**Ano 2014 Orçamento**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**33.333**	0	*33.333*	
Fornecimentos e serviços externos	535.511	**541.375**	546.776	*-5.401*	**-1,0%**
Gastos com pessoal	211.072	**211.245**	212.909	*-1.664*	**-0,8%**
Gastos de depreciação e de amortização	31.732	**34.045**	30.000	*4.045*	**13,5%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**54.738**	54.738	*-0*	**0,0%**
Outros gastos e perdas	806.001	**688.424**	644.456	*43.968*	**6,8%**
Gastos e perdas de financiamento	731	**191**	2.000	*-1.809*	**-90,5%**
	1.585.047	**1.563.351**	1.490.880	*72.471*	**4,9%**

Na rúbrica de Custo das mercadorias vendidas e materiais consumidos foi contabilizado um gasto de 33 mil Euros (2% dos gastos anuais), com a edição de dois livros sobre a Diabetes e o Uso Responsável do Medicamento. Este projecto não foi contemplado no Orçamento 2014, pelo que o desvio foi de igual valor.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizaram 541 mil Euros (35% dos gastos anuais), menos 5 mil Euros que o planeado.

Como se pode observar no quadro abaixo, para a generalidade das componentes desta rúbrica observa-se uma contenção dos gastos. A principal excepção foi a rúbrica Outros FSE, que devido à campanha do Uso responsável do medicamento registou mais 30 mil Euros que o planeado.

Abaixo discriminam-se os Fornecimentos e Serviços Externos:

RUBRICA FSE	Real ano 2013	Orçamento ano 2014	Real ano 2014	Desvio ao Orc. 2014
Outros	50.196	48.810	**78.947**	30.137
Conservação e Reparação	8.425	7.458	**18.145**	10.687
Seguros	74.156	70.331	**79.252**	8.921
Publicidade e Propaganda	24.003	20.620	**29.062**	8.442
Deslocações e Estadas	32.456	28.517	**31.677**	3.161
Ferr. e Utensílios Desg. Rápido	951	877	**3.200**	2.322
Artigos para Oferta	226	-	**-**	0
Vigilância e Segurança	452	439	**35**	-404
Contencioso e Notariado	613	439	**-**	-439
Água	779	877	**432**	-445
Electricidade	4.779	4.387	**3.442**	-945
Trabalhos Especializados	176.163	154.428	**153.372**	-1.056
Limpeza Higiene e Conforto	7.306	6.581	**5.506**	-1.075
Material de Escritório	8.354	7.458	**5.964**	-1.495
Transportes de pessoal	17.254	14.916	**11.809**	-3.108
Outros Fornecimentos e Serviços	9.388	8.336	**4.510**	-3.826
Combustíveis	9.923	8.774	**4.202**	-4.572
Outros serviços	51.016	44.310	**39.244**	-5.066
Livros e Documentação Técnica	6.090	765	**-**	-765
Despesas de Representação	15.280	13.161	**7.253**	-5.908
Honorários	16.172	14.039	**4.661**	-9.378
Rendas e Alugueres	58.745	51.768	**38.778**	-12.990
Comunicação	44.914	39.484	**21.882**	-17.603
Total fornecimentos serviços externos	**617.641**	**546.776**	**541.373**	**-5.403**

Os Gastos com Pessoal contabilizaram 211 mil Euros (14 % dos gastos totais), em linha com o previsto e com menos 2 mil Euros que o planeado.

As Depreciações e Amortizações totalizaram 34 mil Euros (2% dos gastos anuais), mais 4 mil Euro que o previsto.

No final do ano de 2013 a SRL recebeu da Direcção Nacional, por via de Dação em Pagamento por créditos, metade do imóvel Sede, sito na Rua da Sociedade Farmacêutica em Lisboa.

O orçamento do ano 2014, não contemplou esta operação e, consequentemente, as suas depreciações no ano 2014 foram orçamentadas, o que explica o desvio.

Outros gastos e perdas registaram 668 mil Euros (44% do total dos gastos), mais 44 mil Euros que o planeado.

Para esta rubrica contribuíram principalmente as transferências para a D. Nacional de parte das quotas e jóias do ano, conforme definido no Estatuto da OF. Estas foram acima do planeado, explicando-se assim a maior parte do desvio.

Os Gastos e perdas financeiras ascenderam a 199 Euros.

O resultado do período foi positivo em 38 mil Euros, menos 16 mil do que o planeado no orçamentado 2014.

O desvio do resultado orçamentado explica-se integralmente com as actividades não planeadas no orçamento 2014, mas de grande valia, a saber: a Campanha de consciencialização “Uso do Medicamento – Somos Todos Responsáveis” e a edição de dois livros.

Secção Regional de Lisboa

Contas 2014 – Demonstração de Resultados

	Ano 2013 Real	**Ano 2014 Real**	**Ano 2014 Orçamento**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.428.670	**1.482.874**	1.432.125	*50.749*	**3,5%**
Prestação de serviços - Outros	103.896	**77.870**	82.200	*-4.330*	**-5,3%**
Outros rendimentos e ganhos	0	**8.426**	5.000	*3.426*	**68,5%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	47.515	**32.413**	25.300	*7.113*	**28,1%**
	1.580.081	**1.601.583**	1.544.625	*56.958*	**3,7%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**33.333**	0	*33.333*	
Fornecimentos e serviços externos	535.511	**541.375**	546.776	*-5.401*	**-1,0%**
Gastos com pessoal	211.072	**211.245**	212.909	*-1.664*	**-0,8%**
Gastos de depreciação e de amortização	31.732	**34.045**	30.000	*4.045*	**13,5%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**54.738**	54.738	*-0*	**0,0%**
Outros gastos e perdas	806.001	**688.424**	644.456	*43.968*	**6,8%**
Gastos e perdas de financiamento	731	**191**	2.000	*-1.809*	**-90,5%**
	1.585.047	**1.563.351**	1.490.880	*72.471*	**4,9%**
Resultado líquido do exercício	-4.966	**38.232**	53.745	*-15.513*	**-28,9%**

Balanço da Secção Regional de Lisboa
31 de Dezembro de 2014

	S.R.Lisboa
Rúbrica	**31-12-2014**
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	907.235
Propriedades de investimento	0
Activos intangíveis	8.520
Accionistas/sócios	0
Outros activos financeiros	75
	915.830
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	12.386
Estado e outros entes públicos	0
Accionistas/sócios	700.663
Outras contas a receber	24.550
Diferimentos	30.954
Activos financeiros detidos para negociação	0
Caixa e depósitos bancários	1.106.455
	1.875.007
Total do activo	**2.790.838**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	299.279
Outras reservas	1.058.735
Resultados transitados	1.240.832
Excedentes de revalorização	201.059
Outras variações no capital próprio	-208.910
Resultado líquido do período	38.232
Total do capital próprio	**2.629.226**
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	0
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	0
	0
Passivo corrente	
Fornecedores	49.322
Estado e outros entes públicos	7.159
Accionistas/sócios	54.738
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	50.392
Diferimentos	0
	161.611
Total do passivo	**161.611**
Total do capital próprio e do passivo	**2.790.838**

Secção Regional de Lisboa

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2014

O Conselho Fiscal Regional, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, apreciou e emitiu o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativas ao ano 2014.

Após análise cuidada do Relatório de Actividades e Contas de 2014, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Ordem dos Farmacêuticos e nas informações prestadas pelo TOC, e tendo em vista os objectivos definidos, este Conselho deliberou dar parecer favorável e, ainda, recomendar a sua aprovação em Assembleia Regional de Lisboa, convocada para o dia 9 de Março de 2015.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2015

O Presidente do Conselho Fiscal Regional de Lisboa

Dr. Francisco José dos Santos Braz de Castro

Secção Regional do Porto

ASSEMBLEIA REGIONAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 18º, nº 3, e para os fins do disposto nos Artigos 17º e 18º, nº 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 10 de Março de 2015, pelas 21:00 horas, na sua sede, sita na Rua António Cândido, n.º 154, Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades da Secção Regional do Porto referente a 2014;
3. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas da Secção Regional do Porto referente a 2014;
4. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional referentes a 2014;
5. Apreciação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2014;
6. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 20 de Março de 2015, pelas 14H30, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
7. Discussão de outros assuntos que os membros da Secção Regional do Porto considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Porto, 26 de Fevereiro de 2015,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Prof. Doutor Agostinho Franklim Pinto Marques

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2014
Secção Regional do Porto

Durante o ano de 2014, a prioridade das prioridades da actividade desta Secção Regional da Ordem dos Farmacêuticos, à semelhança de anos anteriores, constituiu na consolidação e na sustentabilidade organizacional e funcional visando o apoio de todos os farmacêuticos independentemente das distintas actividades profissionais.

Apesar das alterações políticas e económicas destes últimos anos, esta Direcção procurou actuar de forma a valorizar o papel do farmacêutico na sociedade, resultando em medidas e normativos legislativo-legais que continuam a ser implementados, a sua repercussão na profissão farmacêutica continua a gerar os seus efeitos. A diminuição da empregabilidade, com maior incidência nos jovens farmacêuticos e nos recém-formados, ainda é uma realidade, situação de todo não habitual entre nós.

A promoção e defesa da revisão da carreira dos Técnicos Superiores de Saúde, focalizados na criação de uma Carreira Farmacêutica onde os farmacêuticos que exercem a sua atividade no SNS estão inseridos, presentou-se e no decorrer dos esforços já envidados do ano anterior, como um desiderato fundamental.

Manteve-se o empenho de reforço dos contatos com estruturas partidárias e com deputados da Assembleia da República, encarando sempre a defesa legitimada das nossas posições, mormente o já assinalado na defesa de uma Carreira Farmacêutica, autónoma e inclusiva das três áreas de atividade farmacêutica – análises clínicas, farmácia hospitalar e genética.

A. Organização e Estruturas Internas da Secção Regional do Porto

Durante o ano de 2014 manteve-se a disponibilidade total, e na sequência do término da totalidade do plano de manutenção das instalações do edifício sede, a disponibilidade dos espaços destas mesmas instalações para a realização de actividades profissionais e sociais. Assim sendo, realizaram-se na SRP reuniões, do grupo de farmácias PARCIFARMA e outros, da Associação Portuguesa da Analistas Clínicos (APAC) e representantes da OF, do Colégio de Especialidades de Farmácia Hospitalar e ainda eventos de natureza social, dando continuidade aquele que é o projecto desta Direcção de abertura da SRP ao exterior e aos seus associados.

Foram inúmeras as situações, os eventos, as actividades formativas, promocionais ou de lazer dos seus associados que, no decorrer do ano nesta Secção Regional tiveram acolhimento, mantendo-se e prosseguindo a política seguida pela Direcção Regional de uma Ordem "mais aberta e plural de encontro às necessidades dos seus membros".

Neste ano de 2014 manteve-se a anterior orientação de gestão de poupanças e de vigilância de despesas atendendo à imperiosa criação de recursos económicos para a construção do novo edifício. O cumprimento do protocolado com a Câmara Municipal do Porto continua a constituir-se para esta Direcção Regional um compromisso de honra inabalável. Desta feita, a SRP continua a pautar a sua actuação com um cuidado muito particular com medidas de contenção de custos, uma vez assumido perante si mesma e os seus membros, o também conhecido e público comprometimento que não pode ser dissociado deste: os custos associados a esse investimento não terão interferência com as condições normais de funcionamento e de apoio aos membros desta SR.

À semelhança e na continuação de todos os esforços já envidados até aqui, a Comissão de Obras, grupo de trabalho de apoio à Direção da Secção Regional do Porto, tem continuado a estudar e a implementar formas complementares de financiamento da construção do edifício.

B. Relação com os Sócios

Prosseguiu-se, ao longo do ano 2014, a política de maior abertura, disponibilidade e proximidade com os membros através de mais rápidos e eficientes meios de divulgação, correio electrónico. Um novo *site* mais versátil e apelativo foi colocado à disposição dos associados durante o segundo semestre de 2014.

Procurou-se em 2014, aprimorar os procedimentos de maior abertura, disponibilidade e proximidade com os membros através de mais céleres e eficientes meios de divulgação, com a redução acentuada do tempo máximo de resposta às questões e problemas colocadas pelos membros, para valores médios da ordem das 24 horas sem, contudo, ter implicações na qualidade dos serviços prestados.

A Secção Regional do Porto continuou a disponibilizar apoio jurídico presencial, semanalmente aos membros que o solicitem, apoio este que tem merecido um acréscimo de atenção e de procura. O número de consultas ao longo do ano de 2014 aumentou, em termos absolutos, o seu valor, indício claro das dificuldades que os farmacêuticos estão a atravessar, em todas as áreas da sua atividade, na

sequência ainda da situação económica do país.

C. Relações Externas

Convicta da necessidade de manter e implementar os contactos institucionais com as entidades ligadas à actividade farmacêutica, a SRP encetou todas as diligências no sentido de manter a necessária colaboração com as Instituições de Ensino Superior onde decorrem cursos de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, assim com as demais instituições públicas, organizações e empresas do sector.

Manteve-se e estimularam-se novas acções na colaboração da Secção Regional com a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, com o Instituto de Ciências da Saúde – Norte e com a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, na organização dos estágios profissionais dos seus alunos do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas. Neste âmbito, continua a ser da responsabilidade desta SRP, o contacto com as Farmácias, a organização das listas de vagas para estágio, e, em conjunto com as comissões de estágio das Instituições envolvidas, a colocação dos alunos e seu acompanhamento. O bom funcionamento dos estágios só foi possível com a colaboração dos farmacêuticos orientadores de estágios, aos quais a Secção Regional do Porto deixa um agradecimento público por todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos. Tiveram lugar ainda as habituais reuniões com os orientadores de estágio de forma a esclarecer todas as dúvidas que possam surgir, assim como ouvir as sugestões dos colegas relativamente a oportunidades de melhores práticas.

A Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) e o Núcleo de Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte (NCF-AEISCSN) continuaram a contar com o apoio da Secção Regional do Porto através da participação e divulgação das suas iniciativas e atividades. A Secção Regional do Porto continua a disponibilizar as suas instalações à Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF) para o desenvolvimento das suas atividades.

Em continuidade do que já vem sendo habitual, a SRP divulgou e participou nas atividades das várias entidades e Instituições ligadas à ação farmacêutica, destacando-se a, ANF, Universidade do Porto, Universidade Fernando Pessoa, Instituto Superior de Ciências Norte, Hospital São João, Hospital Pedro Hispano, Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, APFJ, ARS e a ERS.

D. Actividades Desenvolvidas na Secção Regional do Porto

Continuando a priorizar nas modalidades formativas a formação contínua, como esteio da valorização e do reconhecimento profissional, a SRP e no decorrer do ano de 2014, protagonizou formação

de qualidade e diversificada, abrangendo distintas áreas de interesse para os seus membros, estruturadas em Ciclos, Conferências, Sessões de Formação, Jornadas e Tertúlias.

O Núcleo de Suporte Básico de Vida (SBV) da Ordem dos Farmacêuticos – SRP, criado pela Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, em cooperação com o CPR (Conselho Português de Ressuscitação), segundo protocolo estabelecido entre estas duas entidades, continuou a desenvolver atividade de formação na área do Suporte Básico de Vida e da administração de vacinas.

Como **Conteúdo da Formação Complementar** (aquisição das competências descritas na Circular do Infarmed, sob administração de vacinas), esta formação focalizou-se nas Reacções Anafilácticas e Anafilactóides e Técnica de Administração de Conteúdo formativo em SBV.

O curso de SBV é constituído por uma parte teórica e outra parte prática.

À parte teórica, correspondem os seguintes objectivos: 1. Apresentação do programa de ressuscitação intra-instituição onde são descritos em pormenor a logística e os procedimentos necessários para uma cadeia de sobrevivência intra-instituição e respectiva articulação com o 112; 2. Conteúdo, localização e regras de utilização do saco de emergência e 3. Algoritmo de SBV.

A parte prática da formação incide no treino em modelos das diferentes possibilidades do algoritmo de SBV através da simulação de casos clínicos sucedidos em diferentes locais da instituição. No que se relaciona com a ventilação os formandos aprendem a ventilar com o ambu e a mascara facial, a escolher e introduzir o tubo de Guedel recorrendo ao modelo de via aérea.

Como Conteúdo da Formação Complementar (aquisição das competências descritas na Circular do Infarmed, sob administração de vacinas), esta formação focalizou-se nas Reacções Anafilácticas e Anafilactóides e Técnica de Administração de Injectáveis, com prática em modelos de simulação biomédica.

D.1. Dia do Farmacêutico

Em 2014, as comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico tiveram lugar no Porto, cabendo à Secção Regional a sua organização em parceria com a Direcção Nacional.

No âmbito das comemorações, como iniciativa inaugural, a Direcção da Secção Regional do Porto promoveu a organização da exposição "Farmacêuticos com Expressão Artística", cuja sessão de abertura decorreu no dia 20 de Setembro, e esteve patente ao público nas instalações da Secção Regional do Porto até dia 3 de Outubro, revelando-se um enorme sucesso.

No dia 26 de Setembro, o programa das comemorações prosseguiu com a organização do Simpósio "O Farmacêutico no Sistema de Saúde", que decorreu no Salão Nobre da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Na sessão de abertura estiveram presentes o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, o vice-presidente da Administração Regional de Saúde Norte, Dr. Cernadas e o director da FFUP, Professor Doutor Costa Lima, e teve como conferencistas o Presidente da Royal Pharmaceutical Society, Ash Soni, o Presidente da Confederation of the European Biopathologists, Jean Pierre Molgatini, e o Presidente da Alliance Healthcare em França, Joaquim Fausto.

As intervenções destes oradores foram posteriormente comentadas pelos presidentes dos Conselhos de Administração do Hospital de São João, António Ferreira, e do Hospital de Santo António, Sollario Alegro, num painel moderado por Francisco Carvalho Guerra, primeiro bastonário da OF, em 1973, numa sessão que acabou também por contar com a participação do vice-presidente da ARS-Norte.

O encerramento deste evento esteve a cargo do Presidente do Infarmed, Eurico Castro Alves, e pelo Bastonário da OF.

O programa prosseguiu com uma visita do Bastonário, acompanhado de uma comitiva da OF à Farmácia de Campanhã onde foram gentilmente recebidos pelo Director Técnico, José Agostinho Castro.

O ponto alto das comemorações decorreu na Pousada do Freixo - Freixo Palace Hotel, no Porto, durante a tarde do dia 26 de Setembro, com a tradicional Sessão Solene das comemorações. A cerimónia contou com a presença do Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, sendo o conferencista convidado o advogado e político, António Lobo Xavier, que abordou o tema: "O Futuro de Portugal na União Europeia: mais integração ou mais distanciamento?".

Durante a cerimónia foi entregue a Medalha de Honra da Ordem dos Farmacêuticos à Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Foram ainda homenageados os farmacêuticos que completaram 50 anos de dedicação à profissão, e premiados os jovens farmacêuticos que, recentemente, concluíram o Mestrado Integrado em

Ciências Farmacêuticas com as classificações mais elevadas, com a atribuição do "Prémio Sociedade Farmacêutica Lusitana". A cerimónia terminou com o Porto de Honra seguido pelo Jantar de Encerramento.

D.2. 5as. Jornadas Atlânticas de Cuidados Farmacêuticos

Na sequência do sucesso das 4as Jornadas a Secção Regional do Porto organizou, em conjunto com a Sociedade Espanhola de Farmácia Comunitária, as 5as Jornadas Atlânticas de Cuidados Farmacêuticos.

Estas jornadas, que decorreram no dia 7 de Junho de 2014, na Pousada do Freixo-Freixo Palace Hotel, na cidade do Porto, constituíram-se como um espaço de reflexão onde se debateram as novidades e os desafios dos cuidados farmacêuticos em Portugal e em Espanha.

Durante a manhã decorreu um simpósio, dedicado à temática "Saúde reprodutiva da mulher jovem no século XXI: Novas oportunidades, novos desafios", debateu-se a "Maternidade adolescente em Portugal: Necessidade de prevenção e pistas para a Intervenção" – Dra. Raquel Pires, a "Interrupção Voluntária da Gravidez na adolescência em Portugal: Saúde sexual e reprodutiva numa amostra nacional" - Dra. Joana Pereira, a "Adaptação psicossocial à infertilidade e à Procriação Medicamente Assistida: Contributos para a intervenção" - Dra. Mariana Moura Ramos. O simpósio terminou com uma intervenção da Dra. Cláudia Melo sobre, "O futuro reprodutivo da mulher com cancro: Promoção de decisões informadas em Oncofertilidade".

A manhã terminou com a conferência do Professor Doutor Júlio Machado Vaz, sobre a " A evolução antropológica da mulher dos finais do Séc. XIX ao Séc. XXI".

A tarde foi dedicada à "Clinica na mulher", contou com a presença do Dr. Alberto Cepeda Sáez, que abordou "A alimentação nas distintas etapas biológicas da mulher". Seguiu-se a intervenção da Dra. Paola Gonzáles Hernández, acerca dos "Cuidados Dermatológicos na mulher", a Prof. Doutora Margarida Castel-Branco abordou o tema "Prós/Contras da Contracepção" e a Dra. Ana Teresa Santos, falou sobre "Terapêutica Hormonal de Substituição". O "Risco cardiovascular na mulher" foi abordado, pela Dra. Maria João Ferreira e os "Problemas oncológicos na mulher", pela Dra. Sonia González Costas.

A tarde terminou com a intervenção da Dra. Helena Lopes acerca, da "Fertilidade, Infertilidade, Preservação da Fertilidade".

D.3. SESSÕES DE FORMAÇÃO

D.3.1. "Animais de Companhia"

5 e 7 de Março

Nos dias 5 e 7 de Março, decorreu na Secção Regional do Porto a formação dedicada a animais de pequeno porte, ministrada pelo Exmo. Senhor Professor Augusto de Matos, Professor do ICBAS e Director Clínico da UP.VET-Clínica da Universidade do Porto.

D.3.2. "Ortopedia ao Serviço da Farmácia"

4 e 11 de Abril

Nos dias 4 e 11 de Abril, decorreu na Secção Regional do Porto a formação dedicada ao tema "Ortopedia ao Serviço da Farmácia", ministrada pelo Dr. Humberto Gameiro e pelo Dr. Bernardo Gomes.

D.3.3. "Ensaios Clínicos para Farmacêuticos"

17 de Abril

No dia 17 de Abril a SRP realizou um Curso de "Ensaios Clínicos" ministrado pela Dra. Cristina Ventura. O curso teve como objectivo dotar os participantes dos conhecimentos e aptidões necessários para participar, como farmacêuticos, em ensaios clínicos. Foram apresentados os seguintes módulos: Ensaios Clínicos-enquadramento e metodologia; Boas Práticas Clínicas; Legislação em Ensaios Clínicos.

D.3.4. "Medicamentos Biotecnológicos à Base de Anticorpos Monoclonais"

10 de Maio

Decorreu no dia 10 de Maio na Secção Regional do Porto a formação dedicada ao tema "Medicamentos Biotecnológicos à Base de Anticorpos Monoclonais" foi uma importante reunião, a primeira na Secção Regional do Porto, sobre medicamentos biossimilares de anticorpos monoclonais que contou com 3 palestrantes convidados:

1) Professor Celso Reis do IPATIMUP que se pronunciou sobre as modificações pós-tradução dos anticorpos monoclonais, mais especificamente a Glicosilação como geradora de variabilidade crítica;

2) Professor João Gonçalves da Faculdade de Farmácia da UL fez uma apresentação focada nos requisitos regulamentares da EMA para o estabelecimento de biossimilaridade.

3) Dr. Harald Weber, convidado internacional na qualidade de representante da indústria farmacêutica fez uma apresentação focada no desenho ideal de um estudo de candidato biossimilar, explorando o conceito de "população sensível" e o seu impacto na minimização do risco associado à extrapolação.

Foi reforçada a importância de monitorização activa e farmacovigilância robusta e inequívoca dos novos medicamentos biológicos, grupo de que os biossimilares fazem parte.

D.3.5. Curso de SBV e Administração de Injectáveis – Recertificação

2 e 4 de Outubro

A Secção Regional do Porto, dando continuidade ao seu plano de formação contínua para 2014, realizou nos dias 3 e 4 de Outubro uma acção de formação para **renovação** da certificação para administração de injectáveis nas farmácias. Esta actividade teve uma forte componente prática, através da leccionação do curso de Suporte Básico de Vida, com o módulo de Desfibrilhação Automática Externa, devidamente certificado pelo Conselho Português de Ressuscitação, e que segue as mais recentes recomendações internacionais. Numa perspectiva mais teórica, foram também focados todos os pontos considerados fundamentais pela OF para renovação da certificação**.**

D.3.6. "Conceitos de Farmacoeconomia"

6 de Dezembro

Noutro âmbito, foi também organizada pela SRP, no dia 6 de Dezembro, uma acção de formação sobre Farmacoeconomia, uma das disciplinas da Economia que actualmente mais impacto tem na tomada de decisão sobre a terapêutica a utilizar, fundamentalmente devido à necessidade de gerir recursos escassos em saúde, optimizando a sua rentabilidade. Esta formação foi leccionada por Sofia Andrade, mestre em Investigação Clínica pela Universidade Pompeu Fabra e Pharmacoeconomic Manager na Roche Farmacêutica, que utilizou exemplos concretos no processo de avaliação de tecnologias de saúde, com vista a fornecer ferramentas que ajudem a compreender o processo de tomada de decisão e, inclusive, a avaliar o impacto de processos internos.

D.4 Noites na Ordem

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, ao longo do ano 2014 continuou a organizar as "Noites na Ordem," que versaram sobre as mais diversas temáticas, desde áreas científicas e profissionais, às questões políticas e sociológicas. Neste espaço privilegiado de reflexão e discussão, em

ambiente informal, de temáticas muito variadas, tivemos a participação de ilustres convidados, cujas competências dispensam quaisquer comentários.

D.4.1. "O Papel da Região Norte no Relançamento da Economia Portuguesa"

6 de Março

O Professor Emídio Gomes, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N), foi o convidado da primeira sessão de "Noites na Ordem" de 2014, uma iniciativa desta Secção Regional aberta ao exterior. Em discussão esteve a Estratégia Norte 2020, integrada no novo ciclo de programação estratégica europeu para o período 2014-2020 e que se encontra em fase final de preparação. Afirmou que ao contrário dos quadros comunitários de apoio anteriores, o novo (até 2020) terá apenas 10% a 15% de verbas para intervenção física no território, face aos mais de 70% que eram tradicionais, assinalou ainda que a resolução do desemprego na região Norte passa pelo "reforço da economia e da competitividade das empresas" e por uma "maior exigência ao nível da qualificação do emprego e não só do emprego qualificado", sendo este o grande desafio do novo quadro comunitário de apoio até 2020.

D.4.2. " Testamento Vital"

30 de Outubro

Testemunho Vital na perspectiva do médico legista Pinto da Costa.

O Professor Catedrático jubilado pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, José Eduardo Pinto da Costa, foi o convidado da última sessão de 2014 das "Noites da Ordem", uma iniciativa desta Secção Regional, que se assume como um espaço de reflexão e discussão, em ambiente informal, sobre os mais variados temas relacionados com a Saúde e actividade farmacêutica.

O evento decorreu no dia 20 de Outubro, na sede da SRP, tendo o conhecido médico legista efectuado uma prelecção sobre o "Testamento Vital". A sessão foi moderada pelo presidente da Assembleia Regional do Porto da OF, Franklim Marques, e contou também com a participação do jurista, Daniel Gonçalves, que fez o enquadramento legal do Testamento Vital.

A pertinência do tema e a reconhecida competência e idoneidade do conferencista convidado traduziram-se numa elevada afluência por parte dos membros da SRP a esta iniciativa, tendo-se registado um profícuo e interessante debate sobre o impacto da disponibilização do Registo Nacional do Testamento Vital, através do qual os cidadãos podem deixar expresso que tratamentos pretendem ou não receber em caso de doença.

E. OUTRAS ACTIVIDADES

E.1. Seguro de Saúde

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, celebrou um protocolo de colaboração com a companhia de seguros Ocidental, detentora dos seguros de saúde Medis que em 2014 continua em vigor, mantendo preços competitivos em comparação com iguais produtos já existentes no mercado. Assim, os membros da Secção e o seu agregado Familiar poderão optar por uma de quatro opções, sem limite de idade.

Com esta acção pretendeu-se aumentar o âmbito das parcerias com vantagens para os membros da Secção Regional do Porto, que passam assim a ter acesso a mais um serviço.

E.2. Seguro de Responsabilidade Civil

Do protocolo celebrado em 2010 entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Companhia de Seguros – AXA, resultou o seguro de Responsabilidade Civil, extensível a todos os farmacêuticos, em que a Secção Regional do Porto assume os encargos relativos aos seus membros. Cada Secção Regional possui a sua própria apólice que garante um limite de indemnização de 100.000,00€ por sinistro e anuidade. Apenas beneficiarão deste seguro os membros que tenham as quotas devidamente regularizadas.

F. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÂO DA SRP

As grandes transformações na sociedade contemporânea impuseram à comunicação e ao relacionamento com os diversos públicos, um papel de extrema relevância no conceito estratégico das instituições. Neste âmbito a SRP desenvolveu cooperações com o Jornal Notícias, mais ainda, estabeleceram-se e estimularam-se os contactos com diferentes canais de televisão, que continuam a recorrer à SRP no sentido de auscultar a nossa opinião sobre temas da actualidade em Saúde, nomeadamente, com o Porto Canal.

Criar uma verdadeira cultura de comunicação em que todos sintam vontade de intervir e participar, continuará a ser um dos objectivos da SRP, reafirmando o papel interventivo do Farmacêutico na melhoria dos Cuidados de Saúde em Portugal.

G. PUBLICAÇÕES SECÇÃO REGIONAL DO PORTO

G.1. Acta Farmacêutica Portuguesa

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos entendeu ser pertinente, numa altura de intensa produção científica, a promoção da edição de uma Revista de índole científica – Acta Farmacêutica Portuguesa.

Esta iniciativa inovadora teve continuidade ao longo de 2014, com a publicação de dois novos números e com a inclusão de novos membros para os Conselhos Editorial e Cientifico.

O Conselho Editorial da Revista Acta Farmacêutica Portuguesa e a Direcção da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos esperam que esta publicação se torne num espaço preferencial para publicação de pesquisas na área das Ciências Farmacêuticas e dos Cuidados Farmacêuticos e se torne num referencial junto de todos os profissionais ligados à área da Saúde e em particular dos farmacêuticos.

Assim, para além da sua versão em formato de papel, a Acta Farmacêutica Portuguesa possui uma versão online, de livre acesso, disponível desde Junho de 2014, em plataforma exclusivamente a ela dedicada: http://actafarmaceuticaportuguesa.com. Esta nova formatação *online* tem implicações imediatas na maior agilização e comodidade na submissão de artigos, bem como nos processos de revisão por pares, permitindo uma mais atempada resposta e uma publicação mais célere. O acesso a esta página requer registo gratuito. No sentido de aquilatar a evolução da AFP, é de realçar o facto de, o acesso a esta revista pode ser conseguido através do Google académico (http://scholar.google.pt/scholar?q=acta+farmaceutica+portuguesa&btnG=&hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5), bem como, através do Index online, Revistas Médicas Portuguesas (http://www.indexrmp.com/ins_revistas.aspx?mc1=30), do Portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (www.rcaap.pt) ou da página da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos (http://www.ofporto.org).

F. Edifício Sede (Manutenção e Restauro)

Como vem sendo habitual ao longo dos últimos anos a Direcção desta Secção Regional prosseguiu com as obras de manutenção e restauro do edifício sede. Em 2014 procedeu-se ao restauro de peças de soalho, móveis e substituição das mesas de apoio à formação.

H. NOVO EDIFICIO DA SRP

No ano de 2014, a Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, no âmbito do decurso das actividades inerentes à construção do novo edifício sede, encetou e concretizou todo o procedimento

administrativo de licenciamento do projecto de Arquitectura, agora completo com as especialidades submetidas junto do Município do Porto, *in casu*, o Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, tudo de acordo e nos termos do disposto no regime jurídico da urbanização e edificação, Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (com as alterações entretanto ocorridas) e no regime legal da contratação pública, Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (na sua versão actualizada), que garante a necessária transparência, isenção, imparcialidade e lisura no respectivo procedimento de contratação.

Os projectos das especialidades seguiram-se à aprovação do projecto de arquitectura e procurou-se que os mesmos se conformassem a uma clara política de contenção de custos, estrita e rigorosa, atendendo aos actuais tempos de contenção financeira em que o país se vê envolvido.

A execução dos projectos das especialidades, foi objecto de acompanhamento pelos responsáveis da Secção Regional do Porto, mediante várias reuniões de trabalho nas instalações da Secção Regional que tinham como objectivo conhecer bem as soluções a conferir ao projecto de execução, sem que tal comprometesse a finalidade essencial para que o edifício foi concebido: servir os membros da Ordem dos Farmacêuticos com nobreza e dignidade inerentes ao estatuto que a profissão impõe, designadamente nas áreas da formação científica e pedagógica e na museologia.

Com efeito, houve necessidade de repensar soluções que se adequassem ao modelo de projecto e ao espírito de utilização que é defendido para o edifício, motivo pelo qual optou-se por modificações pontuais em determinados projectos das especialidades.

Acresce, que a descoberta de uma ribeira que passa por debaixo do parque de estacionamento do actual edifício impôs a necessidade de se efectuarem trabalhas complementares de prospecção do solo onde irá ser implantado o novo edifício.

Posto isto, concluídas as especialidades e apresentadas no Departamento competente do Município do Porto, foram as mesmas aprovadas, tendo o Município notificado a Ordem para o pagamento das respectivas taxas, de molde a poder levantar-se o alvará que titula a licença de construção.

Todavia, atenta a importância alusiva ao pagamento das taxas municipais para a execução da obra, que esta Secção Regional considera elevado, foi solicitado ao Presidente da Câmara Municipal do Porto que considerasse a possibilidade de uma isenção ou redução significativa do valor em causa para que esta Secção Regional também por aqui possa fazer poupanças significativas. Deste pedido aguarda a Direcção Regional resposta do Município do Porto.

CONTAS 2014
Secção Regional do Porto

1. INTRODUÇÃO

Para cumprimento ao estatuído, na alínea i) do Art.º 51º do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, apresentamos o Relatório e Contas da Secção Regional Norte da Ordem dos Farmacêuticos (SRP-OF) relativos ao ano de 2014.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas com base no modelo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos, doravante designado por NCRF-ESNL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

2. CONTAS DE EXPLORAÇÃO

O **Resultado Líquido do Período** teve a seguinte evolução ao longo dos últimos exercícios:

2011	2012	2013	2014
40.536,50€	6.801,41€	105.060,93€	190.341,53€

No exercício de 2014 o **Resultado Líquido do Período** registou um acentuado crescimento, relativamente aos exercícios anteriores, motivado pelo aumento de receitas e pela descida dos gastos.

Os **Rendimentos e Ganhos** registaram a seguinte evolução:

	2011	2012	2013	2014
Quotas/Jóias	918.631€	860.455€	924.410€	952.764€
Outros rendim e ganhos	35.376€	41.988€	18.351€	14.597€
Juros, dividendos e similares	790€	310€	11.843€	3.679€
TOTAL	**954.797€**	**902.753€**	**954.604€**	**971.040€**

Relativamente aos valores orçamentados verificaram-se os seguintes desvios:

Rendimentos	Orçamento 2014	Valores Reais	% Desvio
Quotas/Jóias	931.000€	952.764€	2,33%
Outros rendim. e ganhos	26.400€	14.597€	-44,70%
Juros, dividentos e similares	7.350€	3.679€	-49,94%
	964.750€	**971.040€**	

Gastos	Orçamento 2014	Valores Reais	% Desvio
Fornecim. serviços externos	245.900€	229.873€	-6,52%
Custos com pessoal	170.600€	175.530€	2,89%
Gastos depreciação e amortização	21.150€	21.966€	3,86%
Outros gastos e perdas	398.400€	353.329€	-11,31%
Gastos e perdas de financiamento	6.500€	-	-100%
	842.550€	**780.698€**	
Saldo do Exercício	**122.200€**	**190.342€**	

No exercício de 2014, contrariando a tendência da conjuntura económica de Portugal, registamos um aumento de associados e um aumento das quotas emitidas no ano cerca de 31.000€.

Relativamente aos restantes rendimentos, dizem respeito a formações e registaram uma descida considerável, uma vez que a SRP-OF, verificando a dificuldade económica de alguns associados e sabendo da necessidade de cumprir os créditos para revalidação da Carteira Profissional baixou o valor de inscrição das formações tendo sido até algumas gratuitas.

O desvio registado na rubrica de "**Fornecimentos e serviços externos**" deve-se a pequenas variações resultado da política de redução de gastos levada a cabo pela SRP-OF.

Em "**Gastos com pessoal**" verificou-se uma descida no seu valor total relativamente ao orçamentado, visto que, aguardava-se uma actualização da tabela salarial aplicada a este setor que não foi publicada.

3. BALANÇO

O valor das **Disponibilidades**, a 31.12.2014 totalizava 358.648,72€.

Apesar do aumento das receitas os valores despendidos com a construção do novo edifício já influenciam a descida desta rubrica.

Registou a seguinte evolução:

	2011	2012	2013	2014
Caixa e Depósitos bancários	392.699€	343.096€	390.026€	358.648€

A Secção Regional tem uma boa autonomia financeira, não tendo qualquer dívida a não ser as de mera conta corrente.

As dívidas registadas a 31.12.2014 na rúbrica **Estado e Outros Entes Públicos** referem-se apenas a impostos do mês de dezembro que foram liquidados em janeiro de 2015, nomeadamente Retenção na Fonte de I.R.S. e Taxa Social Única.

Na rubrica "**Outras Contas a Receber e a Pagar**" estão registadas as quotas ainda não recebidas de 2014 e de anos anteriores que totalizam 172.930€.

O investimento em **Ativos Fixos Tangíveis** registado no ano de 2014 respeita a aquisição de equipamentos informáticos de reduzido valor que totalizou 4.987,65€.

Foram investidos 88.270€ para o início do processo de construção do novo edifício, ficando registado no balanço na rubrica de "**Investimentos em curso**".

A evolução dos **Capitais Próprios** foi a seguinte:

	2011	2012	2013	2014
Fundo Social	488.957€	488.957€	488.957€	488.957€
Reservas	310.694€	310.694€	310.694€	310.694€
Resultados Transitados	545.903€	586.440€	593.241€	698.302€
Outras Variações CPP			(72.962€)	(72.962€)
Result. Líquido Período	40.536€	6.801€	105.061€	190.341€
TOTAL	**1,386.090€**	**1,392.892€**	**1,424.991€**	**1,615.332€**

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direcção da Secção Regional do Porto propõe que o Resultado Líquido do Período de 2014, no montante de 190.341,53€, seja transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

Secção Regional do Porto

Contas 2014 – Demonstração de Resultados

	Ano 2013	**Ano 2014**	Ano 2014	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	924.410	**952.764**	931.000	*21.764*	**2,3%**
Prestação de serviços - Outros	13.566	**11.911**	20.250	*-8.339*	**-41,2%**
Outros rendimentos e ganhos	4.786	**2.686**	6.150	*-3.464*	**-56,3%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	11.843	**3.679**	7.350	*-3.671*	**-49,9%**
	954.605	**971.040**	964.750	*6.290*	**0,7%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	97	**0**	0	*0*	
Fornecimentos e serviços externos	246.820	**229.873**	245.900	*-16.027*	**-6,5%**
Gastos com pessoal	179.597	**175.530**	170.600	*4.930*	**2,9%**
Gastos de depreciação e de amortização	21.800	**21.966**	21.150	*816*	**3,9%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**0**	0	*0*	
Outros gastos e perdas	401.229	**353.329**	398.400	*-45.071*	**-11,3%**
Gastos e perdas de financiamento	0	**0**	6.500	*-6.500*	**-100,0%**
	849.544	**780.698**	842.550	*-61.852*	**-7,3%**
Resultado líquido do exercício	105.061	**190.341**	122.200	*68.141*	**55,8%**

Balanço da Secção Regional do Porto
31 de Dezembro de 2014

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis		1.079.611,86	1.007.643,87
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis		2.100,28	2.776,71
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		1.081.712,14	1.010.420,58
Activo corrente:			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		921,72	2.962,80
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		213.238,27	93.686,98
Diferimentos		599,34	318,00
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		358.648,72	390.026,23
		573.408,05	486.994,01
Total do Activo		**1.655.120,19**	**1.497.414,59**

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado		488.956,83	488.956,83
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		310.694,46	310.694,46
Resultados transitados		698.302,12	593.241,19
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		(72.962,22)	(72.962,22)
		1.424.991,19	1.319.930,26
Resultado líquido do período		190.341,53	105.060,93
		1.615.332,72	1.424.991,19
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**1.615.332,72**	**1.424.991,19**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		14.886,49	10.387,92
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar		24.900,98	62.035,48
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		39.787,47	72.423,40
Total do passivo		**39.787,47**	**72.423,40**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**1.655.120,19**	**1.497.414,59**

Secção Regional do Porto

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2014

O Conselho Fiscal Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos reuniu com a Direcção Regional, aos vinte e sete dias do mês do Fevereiro de dois mil e quinze pelas vinte e uma horas, para apreciação das contas relativas ao exercício do ano de dois mil e catorze.

Após análise do Relatório, do Balanço e da Demonstração de resultados da Direcção, o Conselho Fiscal deliberou dar parecer favorável aos referidos documentos considerando-os correctos e dignos de crédito e recomendando a sua aprovação na Assembleia Regional convocada para o efeito.

Porto, 27 de Fevereiro de 2015

O Presidente do Conselho Fiscal Regional do Porto

Dr. Henrique Reguengo da Luz

Secção Regional de Coimbra

ASSEMBLEIA REGIONAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 11 de Março de 2015, pelas 21:00 horas, na sua sede, sita na Rua Castro Matoso, n.º 12 A, em Coimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades de 2014 da Secção Regional de Coimbra;
3. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas de 2014 da Secção Regional de Coimbra;
4. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2014 da Direcção Nacional;
5. Apreciação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2014;
6. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 20 de Março de 2015, pelas 14H30, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
7. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional de Coimbra considerem relevantes para a classe.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Coimbra, 24 de Fevereiro de 2015

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Paulo Moreira da Fonseca.

Dr. Paulo Moreira da Fonseca

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2014
Secção Regional de Coimbra

Introdução

O plano de acção prosseguido pela Secção Regional de Coimbra sustentou-se, de forma coerente, nos princípios que a actual Direcção considerou estruturais na estratégia que definiu para o mandato, e para o modelo que entende ser o mais adequado para o papel de uma associação pública profissional.

Foi com base nos mesmos princípios da **competência**, da **motivação** e da **atitude** que delineámos um conjunto de actividades que, no seu conjunto, têm por finalidade alcançar os três objectivos principais a que nos propusemos.

O primeiro é o da **aproximação entre os farmacêuticos e a sua Ordem**. E terá sido esta, porventura, a preocupação primeira que nos tem motivado no desenvolvimento dos nossos planos de acção, pois entendemos que somente uma Ordem forte, coesa e comprometida, nos seus objectivos, com todos quantos representa, poderá defender eficazmente a dignidade da profissão.

O segundo objectivo é o de **aproximar os farmacêuticos do doente**, objecto essencial da sua actividade. Nesta matéria, o ano de 2014 serviu para o desenvolvimento de trabalho preparatório, "de bastidores", para o lançamento de alguns projectos em 2015, a divulgar oportunamente.

O terceiro objectivo é o da **aproximação do farmacêutico à sociedade / comunidade**, em sentido lato, e consequentemente para a sua afirmação e valorização social. Em 2014 terá sido este o objectivo que mais cabalmente se cumpriu e, para isso, em muito pesou o trabalho desenvolvido no Fórum Regional do Centro das Ordens Profissionais (FoRCOP). Num ano em que a presidência da estrutura foi assumida pela Ordem dos Farmacêuticos, a diversidade e a qualidade do conjunto de actividades desenvolvido, com forte repercussão nos meios de comunicação social, destacou-se claramente tendo sido, conforme reconhecido por todos os restantes parceiros e membros do Fórum, um dos anos em que o FoRCOP terá alcançado maior visibilidade e projecção mediáticas.

Terminamos este ano de 2014 satisfeitos por percebermos que as peças do modelo que perspectivámos começam a encaixar e a ganhar forma, e continuaremos, fiéis aos nossos princípios, a desenvolver uma estratégia de acção que melhor sirva os interesses legítimos dos nossos colegas.

PLANO INTERNO

No plano interno a Secção Regional de Coimbra continuou a dinamizar um conjunto de actividades direccionadas para os colegas, com particular atenção ao plano de formação contínua disponibilizado.

Procurou-se, igualmente, adequar os serviços prestados às reais necessidades dos Colegas, em termos profissionais, mantendo-se ofertas como sejam o seguro de responsabilidade civil profissional, a gestão da bolsa de emprego por meio de uma plataforma digital mais eficaz - a Bolsa de Oportunidades da OF – e o apoio jurídico.

A. Actividades de natureza formativa

O planeamento e a organização de um calendário de formação contínua estruturado, multivalente e direccionado às necessidades dos farmacêuticos, em termos de formação e de competências, tem constituído uma das principais bases de acção desta Direcção Regional. O objectivo é garantir a todos os membros uma oferta formativa de qualidade, a preços simbólicos, e abrangendo o mais possível as diversas áreas do exercício profissional farmacêutico.

Lamentamos terem sido canceladas algumas iniciativas, por não ter sido possível alcançar um número mínimo de inscritos, pois versavam matérias que consideramos, claramente, deverem fazer parte das competências / conhecimentos a integrar pelos farmacêuticos.

Concretizadas com sucesso foram as seguintes actividades/iniciativas:

A.1. Cursos e Acções de Formação

- **"Curso de Rastreio"** (12H) – 3 e 17 de Fevereiro (Formador: Prof. Doutor Vítor Rodrigues)
- Actualizações em Farmacoterapia: **"Normas de Orientação Terapêutica: Insónia Primária; Ansiedade Generalizada; Depressão Major"** (6H) – 20 de Março (Formadores: Prof. Doutora Margarida Caramona, Dra. Ana Sofia Cabral, Dra. Eva Mendes e Dra. Sofia Morais)
- Actualizações em Farmacoterapia: **"Normas de Orientação Terapêutica: Asma / DPOC"** (6H) – 9 de Outubro (Formadores: Prof. Doutora Margarida Caramona, Dr. António Antunes e Prof. Doutora Margarida Castel-Branco)

Foram organizadas, e posteriormente canceladas por não reunirem o número mínimo de inscritos para a sua viabilização, as seguintes iniciativas:

- **"Curso de Rastreio – 2.ª edição":** 31 de Março e 7 de Abril (12h)
- "**Formação e sensibilização para o Empreendedorismo e a exploração de Ideias de Negócio**": Maio – Junho (24h)
- "**Gestão de Informação em Saúde**": Maio - Setembro (36h)
- **Ciclo de Workshops "Brainnovation":** Outubro – Novembro (36h)

A.2. Formação na área do Suporte Básico de Vida para Farmacêuticos e **Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis em Farmácia Comunitária - Formação Inicial Conducente à Certificação**

Com o objectivo de conferir aos colegas as competências necessárias para a administração de vacinas e outros medicamentos por via subcutânea e intramuscular, cumprindo os requisitos para o reconhecimento deste tipo de formação pela Ordem, a Secção Regional de Coimbra formalizou, no dia 14 de Janeiro de 2014, o protocolo de colaboração com o Centro de Simulação Biomédica de Coimbra do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, representado no acto pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, Dr. J. Martins Nunes, com vista à formação de farmacêuticos nas áreas do Suporte Básico de Vida e de Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis em farmácia comunitária.

No âmbito deste Protocolo foram organizadas, ao longo de 2014, 7 edições do Curso de Suporte Básico de Vida e 6 edições do Curso de Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis.

- **Curso de Suporte Básico de Vida para Farmacêuticos** (6H) – 14 de Janeiro; 10 de Fevereiro; 11 de Março; 8 de Abril; 27 de Maio; 14 de Outubro; 4 de Novembro.
- **Curso de Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis em Farmácia Comunitária - Formação Inicial Conducente à Certificação** (8H) – 12 de Março; 9 de Abril; 28 de Maio; 15 de Outubro; 5 de Novembro e 19 de Novembro.

Por se tratar de uma área estratégica de intervenção profissional, e sendo esta formação obrigatória para a prestação do serviço de administração de vacinas e medicamentos injectáveis, a Secção Regional de Coimbra suportou uma parte substancial do custo da formação para os seus membros. A formação nas duas áreas tem um custo de 150 € por formando, suportando a Secção Regional 50,00 € por formando.

A.3. Ciclo de Conferências da Secção Regional 2014

- **Medicamentos e o Corpo: o que sabe quem os toma?"** – 3 de Abril (Conferencista: Doutor Luiz Miguel Santiago)
- **A Comunicação com o Doente Crónico** – 30 de Junho (Conferencista: Prof. Doutor Pedro Morgado)
- **O que nos faz mais e menos felizes: os Portugueses numa comparação Europeia** – 1 de Julho (Conferencista: Prof. Doutor Rui Brites)

B. Produtos e Serviços disponibilizados aos membros

B.1. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

A Secção Regional de Coimbra manteve a disponibilização aos membros, em situação regular, de um Seguro de Responsabilidade Civil Profissional contratado junto da seguradora AXA Portugal – Companhia de Seguros, S.A., que garante um limite de indemnização de € 100.000,00, por sinistro e anuidade.

O seguro salvaguarda os actos praticados, decorrentes da intervenção profissional do farmacêutico, e que possam motivar a sua responsabilização civil.

B.2. Gabinete de Aconselhamento Jurídico

A Secção Regional de Coimbra manteve em funcionamento o Gabinete de Apoio Jurídico aos membros da Secção Regional, para a prestação de serviços de aconselhamento jurídico em questões relacionadas com o exercício da profissão, funcionando, mediante marcação prévia, às sextas-feiras, da parte da tarde, podendo a consulta ser presencial ou telefónica.

B.3. Bolsa de Emprego

No sentido de tornar mais eficaz a gestão das bolsas de emprego a funcionar nas Secções Regionais, foi criada uma ferramenta de gestão partilhada por todas as Secções Regionais - a Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos (BOOF).

A BOOF é um espaço virtual dinâmico destinado à inserção de oportunidades pelas entidades interessadas e à inserção de candidaturas apresentadas pelos farmacêuticos. Neste espaço o farmacêutico pode construir o seu perfil de candidato e personalizar a informação para cada oferta. Por outro lado, as entidades poderão gerir as oportunidades colocadas, consultando o perfil dos candidatos e podendo contactá-los directamente através da plataforma.

B.4. Apoio à gestão do processo de revalidação da carteira profissional

Tratando-se do último ano do primeiro ciclo de revalidação da carteira profissional (2009-2014) foram desenvolvidas acções específicas de esclarecimento aos colegas, no sentido de os apoiar na gestão do processo.

Foram prestados todos os esclarecimentos e informações aos membros que os solicitaram, bem como foi iniciada uma estratégia de contacto telefónico aos colegas, membros da Secção Regional, cujo processo de revalidação da carteira profissional se mostrou mais discrepante relativamente às necessidades e exigências regulamentares.

Por outro lado, foram promovidas reuniões em empresas, a pedido destas, com vista ao esclarecimento dos respectivos colaboradores farmacêuticos no que se refere à revalidação da carteira profissional e funcionamento do processo.

Refira-se, como exemplo, a reunião promovida na empresa Bluepharma – Indústria Farmacêutica no dia 2 de Dezembro, que contou com a presença de perto de meia centena de colegas.

C. I Cerimónia de Vinculação à Profissão

Foi o primeiro ano em que a Secção Regional de Coimbra organizou a cerimónia de vinculação à profissão, destinada a acolher os recém-chegados à profissão, que contou com a presença do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos.

Participaram nesta 1.ª edição, que teve lugar no dia 10 de Abril, 28 novos farmacêuticos que, publicamente, prestaram o seu juramento simbólico de vínculo aos princípios éticos, morais e deontológicos da profissão.

A sessão contou ainda com a intervenção do colega Paulo Barradas Rebelo, CEO da farmacêutica BLUEPHARMA, que, com base no seu percurso e experiência profissionais, abordou o tema "Ser empreendedor: Aprende-se ou Nasce-se?".

D. Dia Nacional do Farmacêutico 2014

Em 2014 o palco central das comemorações do Dia do Farmacêutico foi a cidade do Porto. A Secção Regional de Coimbra não quis deixar de assinalar a data, tendo organizado, no dia 24 de Setembro, uma cerimónia que englobou duas vertentes.

Em primeiro lugar assinalou-se o 2.º Aniversário do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, através da conferência "A farmácia e a sua história: o associativismo farmacêutico e o Centro de Documentação Farmacêutica" por João Rui Pita, Professor da Faculdade de Farmácia da UC e Investigador do CEIS20 da UC.

De seguida teve lugar o painel “Ser Farmacêutico com Paixão! Farmacêuticos Premiados!” que contou com as intervenções de dois colegas, com áreas de intervenção profissional bastante distintas, mas ambos reconhecidos e premiados pelo seu trabalho.

O painel teve início com a intervenção de Luís Pereira de Almeida, Professor da Faculdade de Farmácia e Investigador do Centro de Neurociência e Biologia Celular da UC, premiado com o financiamento "Pioneer SCA Translational Grant Award" para continuar a investigar a "ativação farmacológica da autofagia para aliviar a doença de Machado-Joseph", atribuído pela "National Ataxia Foundation (NAF)".

Seguidamente foi Helena Amado, proprietária e directora-técnica da Farmácia Luciano & Matos que nos falou do seu trabalho, e concretamente do Prémio Almofariz 2014 que venceu na categoria de Farmácia do Ano.

PLANO EXTERNO

E. Fórum Regional do Centro das Profissões Liberais.

O Fórum Regional do Centro das Ordens Profissionais (FoRCOP) foi presidido, em 2014, pela Ordem dos Farmacêuticos, tendo a Comissão Permanente da estrutura integrado igualmente as Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros.

Ao longo do ano tiveram lugar 5 reuniões plenárias e 11 reuniões da Comissão Permanente.

Na qualidade de Presidente, a Ordem dos Farmacêuticos propôs, como tema central das iniciativas a programar para o ano, **“O envelhecimento activo e saudável”**, prontamente acolhido pelas restantes Ordens.

A escolha do tema do envelhecimento decorreu da premência e da necessidade sentida pelo Fórum das Ordens Profissionais em discutir as diversas valências do envelhecimento e em poder contribuir para apontar algumas soluções para os problemas. Considerou-se que a transversalidade do tema exige uma reflexão multidimensional com o contributo de profissionais das mais diversas áreas, dos responsáveis políticos e da sociedade civil.

No decurso da nossa presidência foram endereçados convites às Ordens dos Psicólogos, Nutricionistas e Notários, tendo sido possível formalizar a adesão desta última.

Ao longo de 2014, e sob a égide do tema descrito, foram organizadas as seguintes iniciativas:

- Fórum Envelhecimento Activo e Saudável

A actividade central do ano decorreu com grande sucesso na Figueira da Foz, nos dias 20 e 21 de Setembro, tendo contado com cerca de 180 participantes.

A agenda do 1.º dia decorreu no Centro de Artes e Espectáculos (CAE) da Figueira da Foz, tendo sido discutido o envelhecimento numa perspectiva teórica e estratégica, com o seguinte programa:

«9h30 l Sessão de Abertura

Catarina Coelho | ARS Centro

João Ataíde das Neves | Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz

Ana Cristina Rama |Presidente do Fórum Regional do Centro das Ordens Profissionais

10h00 l Painel 1 "A Idade, Estatuto e Função"

Moderadores: Armindo Carolino (Ordem dos Advogados) l António Cunha (Ordem dos Economistas)

A Família, O Género e a Rede Social l Henrique Testa Vicente (Instituto Superior Miguel Torga)

Os Direitos Humanos e o Idoso l João Carlos Loureiro (Faculdade de Direito – Universidade de Coimbra)

Tarde demais para empreender? l Catarina Seco Matos (ISEG da Universidade de Lisboa)

14h30 l Painel 2 "Saúde e Vida"

Moderadores: Fernando Ramos (Ordem dos Farmacêuticos) l Hernâni Caniço (Ordem dos Médicos)

Envelhecimento Activo: Pragmática, Ideologia e Biopolítica l Manuel Villaverde Cabral (Instituto do Envelhecimento – UL)

A Promoção da Saúde no Idoso l Manuel Teixeira Veríssimo (Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra)

A Sexualidade no Idoso l Francisco Allen Gomes (Psiquiatra, Sexólogo)

A Educação e o Idoso l Margarida Pedroso Lima (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UC)

16h30 l Debate e encerramento»

Seguiu-se a inauguração, também no CAE, da exposição "Criar é Viver", uma mostra de produtos e actividades desenvolvidas em Instituições Comunitárias de Idosos do Município da Figueira da Foz.

O primeiro dia terminou no Grande Auditório com o espectáculo "Canto sem Idade", uma actuação conjunta do Grupo Coral David de Sousa e do Coro das Pequenas Vozes da Figueira da Foz, numa simbiose perfeita de duas gerações.

O segundo dia da iniciativa foi dedicado à promoção de estilos de vida saudáveis, tendo decorrido igualmente na Figueira da Foz.

Tendo como pano de fundo o mar e a magnífica praia da Figueira da Foz, o dia iniciou-se com uma performance da "Escola do Riso", um grupo de artes performativas que tem como objectivo fazer rir e descontrair. A partir daí o grupo, que juntou centena e meia de pessoas, partiu para uma caminhada na

marginal, sob o lema “Vencer os Anos”. A terminar o programa os participantes tiveram a oportunidade de participar numa aula de tai-chi, que possibilitou o relaxamento e a descontracção.

- Consultório - Pessoas Mais Velhas: Ser, dar e receber

Para assinalar o Dia Nacional do Idoso, a 1 de Outubro, o FoRCOP promoveu a iniciativa “CONSULTÓRIO - Pessoas Mais Velhas: Ser, dar e receber”, que contou com o apoio do Centro Comercial Dolce Vita (Coimbra), que acolheu a iniciativa entre as 10h e as 18h.

Tratou-se de uma intervenção prática de esclarecimento técnico dos profissionais à população, preferencialmente idosa, que assim pôde usufruir, no mesmo local e gratuitamente, do aconselhamento especializado de Advogados, Arquitectos, Economistas, Enfermeiros, Engenheiros, Farmacêuticos, Médicos, Médicos Dentistas, Médicos Veterinários, Notários e Revisores Oficiais de Contas.

Neste mesmo dia, o FoRCOP promoveu o lançamento do livro "Geriatria - Saber e Praticar", da autoria do Prof. Manuel Veríssimo.

- Conferências temáticas

Ainda no âmbito do tema central para o ano – o envelhecimento activo - foram organizadas duas conferências para debater aspectos mais concretos e especializados.

A primeira conferência, organizada pelas Ordens dos Farmacêuticos e dos Médicos, teve lugar no dia 14 de Novembro, no Café Santa Cruz, em Coimbra. Em jeito de tertúlia, e tendo como conferencista João Malva, docente da Faculdade de Medicina da UC, e coordenador científico do consórcio “Ageing@Coimbra” – Região Europeia de Referência para o Envelhecimento Activo e Saudável, foi debatido o tema “Prevenção e Estilos de Vida”.

A segunda conferência, organizada pelas Ordens dos Médicos Veterinários, dos Arquitectos e dos Enfermeiros, teve lugar no dia 29 de Novembro, e debateu a questão “Acessibilidade para todos”.

Esta segunda conferência, para além de duas intervenções teóricas: “A acessibilidade, uma vantagem para todos”, da responsabilidade da Ordem dos Arquitectos, e “Ajudas técnicas na promoção da Autonomia no Autocuidado”, da responsabilidade da Ordem dos Enfermeiros, contou ainda com uma demonstração canina, pela Associação Ânimas, em que foi possível assistir na prática ao desempenho de um cão na ajuda à pessoa com défice de mobilidade.

Sublinhamos, a terminar, que o balanço do ano foi extremamente positivo, pautado por um conjunto de iniciativas de grande interesse e enorme adesão por parte dos profissionais e da sociedade civil, muito em particular no caso do Fórum da Figueira da Foz.

F. Ageing@Coimbra

Enquanto membro aderente do consórcio Ageing@Coimbra, a Secção Regional manteve-se ligada a esta estrutura, nomeadamente acompanhando o Congresso Anual e participando nas reuniões de apresentação e definição de estratégias, tendo sempre presente a necessidade de integração activa dos farmacêuticos em acções concretas que têm por objectivo geral a melhoria da condição de saúde e da qualidade de vida dos cidadãos mais velhos.

G. Cooperação Universitária e com as Associações Estudantis

Ao longo de 2014 mantivemos, e reforçámos, a colaboração e as parcerias desenvolvidas com a academia, concretamente com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, colaboração que temos tentado estender, do mesmo modo, à Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior.

Referentes ao ano de 2014, assinalamos as seguintes acções:

II Edição PharmCareer

Colaborámos na II edição do Pharmcareer, evento promovido pelo Laboratório de Empregabilidade da Universidade de Coimbra, um evento de recrutamento e divulgação exclusivo para estudantes finalistas que pretende promover um contacto mais pessoal e interactivo com as empresas/instituições, nas quais os alunos serão informados da organização, missão e estratégia das empresas / instituições visitadas.

Neste âmbito foram promovidas 4 sessões para a visita de estudantes finalistas à Secção Regional, nos dias 6 e 7 de Janeiro, tendo sido recebidos um total de 141 estudantes que ficaram a conhecer a missão e os objectivos da Ordem.

Ainda integrada no PharmCareer a Secção Regional participou na “Feira de Oportunidades”, no dia 29 de Maio, numa sessão dedicada ao direito do trabalho.

Estágios extracurriculares

Iniciada em 2010, a Secção Regional de Coimbra prosseguiu com a sua participação no projecto desenvolvido pelo Pelouro de Protocolos Extracurriculares do Núcleo de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, que organiza estágios extracurriculares para os alunos, ao longo do curso, nas diversas áreas de actividade.

Em períodos temporais distintos passaram pela Secção Regional 3 estudantes, dos 4.º e 5.º anos do MICF, para um estágio que em média durou entre 3 e 5 meses.

XVI Concurso de Aconselhamento ao Doente

Como decorre normalmente, todos os anos, a Secção Regional de Coimbra colaborou com a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia no XVI Concurso de Aconselhamento ao Doente.

A iniciativa pretende aproximar os estudantes ao sector farmacêutico e promover a sua adaptação à realidade da prática em Farmácia, visando o desenvolvimento de competências comunicacionais e sociais

Neste sentido a SRC esteve representada nos júris das eliminatórias locais do concurso, ambas decorridas no dia 25 de Março, pelas colegas Anabela Mascarenhas e Margarida Abreu, respectivamente na FFUC e na UBI.

H. Exposição "Farmácia: A Arte Milenar de Curar"

A Secção Regional de Coimbra apoiou a organização da exposição "Farmácia: a arte milenar de curar", organizada pelo Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, patente no átrio principal deste hospital de 30 de Outubro de 2014 a Fevereiro de 2015.

A exposição "Farmácia – A Arte Milenar de Curar", que contou com a consultoria científica e curadoria de João Neto e Paula Basso, do Museu da Farmácia, e de Ana Alcoforado, Directora do Museu Nacional Machado de Castro, apresentou-se com os seguintes objectivos: dar a conhecer a intervenção do farmacêutico, como especialista do medicamento, integrado nas equipas de saúde e simultaneamente responsável pela prestação de cuidados farmacêuticos directamente ao doente, na cura da doença e na conquista da saúde ao longo dos tempos; abordar as diferentes áreas da farmácia do ensino à investigação, da farmácia hospitalar à farmácia comunitária e da indústria farmacêutica ao controlo analítico; apresentar os Serviços Farmacêuticos do CHUC, sua visão, missão e equipa.

I. Homenagem à Senhora Professora Doutora Maria Irene Silveira

A Secção Regional de Coimbra apoiou a organização da cerimónia de homenagem à Senhora Professora Doutora Maria Irene Noronha da Silveira, que teve lugar no passado dia 17 de Outubro na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

A cerimónia foi organizada pela Academia Iberoamericana de Farmácia, à qual a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC) e a Ordem dos Farmacêuticos se associaram. Maria Irene Noronha da Silveira, para além do seu percurso académico, foi igualmente Presidente da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos e, posteriormente, Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos.

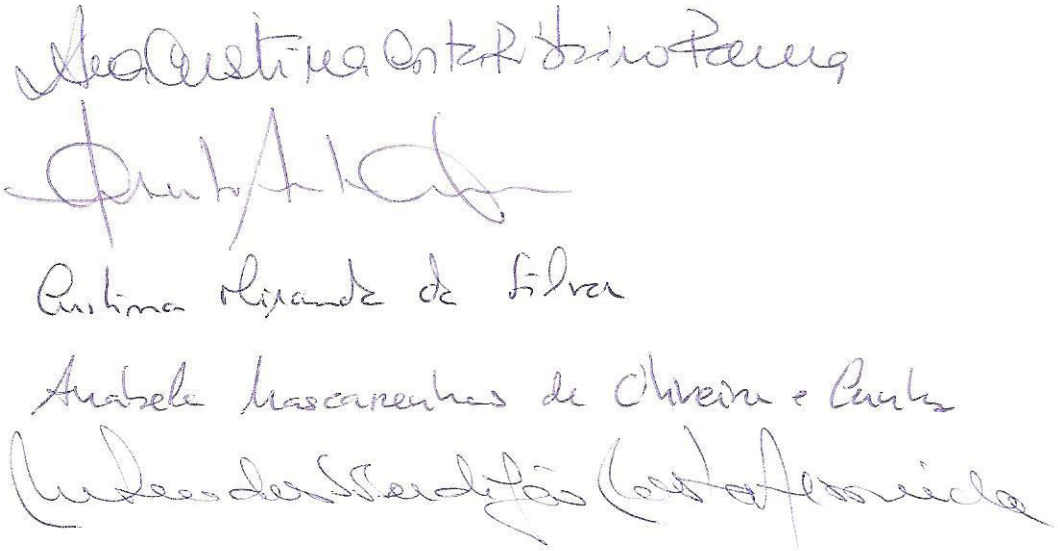
J. Balanço de Membros da Secção Regional (31.12.2014)

	Total de membros activos	Novas Admissões	Cancelamentos e Suspensões	Transferência de membros para outras Secções Regionais	Transferência de membros de outras Secções Regionais
2014	**2457**	**146**	**74**	**4**	**3**

AGRADECIMENTOS

A Direcção Regional de Coimbra agradece aos Colegas que integram os Órgãos Sociais, aos farmacêuticos membros desta Secção Regional, aos Colaboradores e Consultores, por todo o apoio e colaboração no desempenho das suas funções, bem como aos Colegas que foram eleitos delegados às Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos pelo empenho demonstrado.

A Direcção da Secção Regional de Coimbra



Ordem dos Farmacêuticos Secção Regional de Coimbra

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Periodo findo em 2014/12/31

Rendimentos e gastos	Notas	2014	2 013
Vendas e serviços prestados	11.	557 306	526 417
Fornecimentos e serviços externos	15.1	-129 371	-95 871
Gastos com o pessoal	15.2	-99 282	-120 061
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10.	0	-488
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.	-14 192	0
Outros rendimentos e ganhos	15.4	1 048	362
Outros gastos e perdas	15.5	-218 148	-221 738
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**97 358**	**88 622**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	15.3	-36 344	-36 822
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**61 014**	**51 800**
Resultados antes de impostos		**61 014**	**51 800**
Imposto sobre o rendimento do período	13.	-164	-233
Resultado líquido do período		**60 850**	**51 567**

Ordem dos Farmacêuticos Secção Regional de Coimbra

Demonstração de fluxos de caixa (conta Individual)

Periodo findo em 2014/12/31

€uros

	Notas	2014	2 013
Fluxos de caixa de actividade operacionais			
Recebimentos de clientes		618 873	499 948
Pagamentos a fornecedores		-126 677	-97 863
Pagamentos ao pessoal		-100 239	-124 323
Caixa gerado pelas operações		**293 057**	**277 772**
Pagamento/recebimento do impostos sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos/pagamentos		-224 163	-198 921
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**68 894**	**78 851**
Fluxos de caixa de actividade operacionais			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1 480	-491
Activos intangíveis		-380	-1 571
Outros activos		-110 565	-474
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0	687
Juros e rendimentos similares		200	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-112 224**	**-1 849**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0	-7 731
Dividendos		0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**0**	**-7 731**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**-43 330**	**69 272**
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	4	93 041	23 770
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	49 711	93 041

Secção Regional de Coimbra

Contas 2014 – Demonstração de Resultados

	Ano 2013 Real	**Ano 2014 Real**	**Ano 2014 Orçamento**	Desvio Real - Orç.	Desvio % Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	515.906	**535.454**	481.545	*53.909*	**11,2%**
Prestação de serviços - Outros	10.511	**21.851**	10.000	*11.851*	**118,5%**
Outros rendimentos e ganhos	126	**1.048**	1.000	*48*	**4,8%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	0	**0**	0	*0*	
	526.544	**558.352**	492.545	*65.807*	**13,4%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**0**	0	*0*	
Fornecimentos e serviços externos	95.871	**129.371**	127.748	*1.623*	**1,3%**
Gastos com pessoal	120.061	**99.282**	102.495	*-3.213*	**-3,1%**
Gastos de depreciação e de amortização	36.822	**36.344**	32.661	*3.683*	**11,3%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**14.192**	24.577	*-10.385*	**-42,3%**
Outros gastos e perdas	217.375	**218.148**	192.618	*25.530*	**13,3%**
Gastos e perdas de financiamento	4.848	**0**	0	*0*	
	474.977	**497.338**	480.100	*17.238*	**3,6%**
Resultado antes de impostos	51.567	**61.014**	12.445	*48.569*	**390,3%**
Imposto sobre o rendimento do período	0	**164**	0	*0*	
Resultado líquido do exercício	0	**60.850**	0	*0*	

Balanço da Secção Regional de Coimbra
31 de Dezembro de 2014

Ordem dos Farmacêuticos Secção Regional de Coimbra

Balanço Individual em 2014/12/31 — €uros

Activo	Notas	2014	2 013
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8.	1 063 310	1 097 363
Activos intangíveis	7.	897	1 367
		1 064 207	**1 098 730**
Activo corrente			
Clientes	15.11	69 932	53 042
Outras contas a receber	15.12	8 887	23
Diferimentos	15.13	4 434	7 609
Activos financeiros detidos para negociação	4.	121 739	11 174
Caixa e depósitos bancários	4.	49 711	93 041
		254 702	**164 890**
Total do Activo		**1 318 909**	**1 263 620**

Capital próprio e passivo	Notas	2014	2 013
Capital próprio			
Capital realizado	15.14	70 829	70 829
Outras reservas	15.14	211 741	211 741
Resultados transitados	15.14	935 024	883 457
		1 217 595	**1 166 028**
Resultado líquido do período	15.14	60 850	51 567
Total do capital próprio		**1 278 444**	**1 217 595**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	3 340	3 089
Estado e outros entes públicos	15.7	3 487	3 892
Outras contas a pagar	15.10	33 638	39 045
		40 465	**46 026**
Total do passivo		**40 465**	**46 026**
Total do capital próprio e do passivo		**1 318 909**	**1 263 620**

Secção Regional de Coimbra

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2014

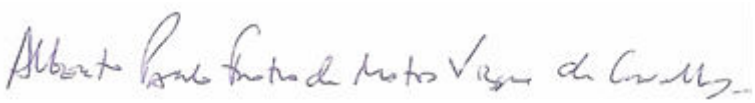
Em cumprimento do disposto no Art.º 55 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro, o Conselho Fiscal da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos procedeu a uma apreciação cuidadosa das Contas de 2014, apresentadas pela Direcção da Secção Regional de Coimbra, considerando-as correctas e dignas de crédito.

Assim, é nosso parecer que as Contas referentes ao Exercício de 2014 se encontram em condições de merecer aprovação por parte da Assembleia Regional de Coimbra.

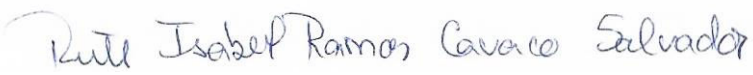
Coimbra, 3 de Março de 2015.

O Conselho Fiscal Regional de Coimbra

Dr. Paulo Jorge Barradas Oliveira Rebelo



Dr. Alberto Paulo Frota de Matos Viegas de Carvalho



Dra. Rute Isabel Ramos Cavaco Salvador

Ordem dos Farmacêuticos

Contas 2014 – Demonstração de Resultados

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	S.R.Porto	S.R.Coimbra	S.R.Lisboa	D.Nacional	Ajustamentos	Ano 2014 Ordem dos Farmacêuticos	Ano 2013 Ordem dos Farmacêuticos
Vendas e serviços prestados		964 675	557 304	1 560 744	1 476 859	-1 285 952	3 273 630	3 165 950
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0	-33 333	-4 035	0	-37 368	-8 144
Fornecimentos e serviços externos		-229 873	-129 371	-541 375	-794 321	0	-1 694 940	-1 674 001
Gastos com o pessoal		-175 530	-99 282	-211 245	-439 836	0	-925 892	-1 000 445
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0	0	0	0	-150 000
Imparidades de Inventários (perdas/reversões)		0	0	0	0	0	0	-488
Imparidades de dividas a receber (perdas/reversões)		0	-14 192	-54 738	-61 986	61 986	-68 930	0
Outros rendimentos e ganhos		2 686	1 048	8 426	7 101	0	19 261	11 706
Outros gastos e perdas		-353 329	-218 148	-688 424	-30 074	1 223 966	-66 009	-73 074
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		208 629	97 358	40 056	153 708	0	499 752	271 505
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-21 966	-36 344	-34 045	-25 146	0	-117 501	-136 206
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0	0	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		186 663	61 014	6 010	128 563	0	382 251	135 299
Juros e rendimentos similares obtidos		3 679	0	32 413	0	0	36 092	59 558
Juros e gastos similares suportados		0	0	-191	-12 673	0	-12 863	-40 056
Resultado antes de impostos		190 342	61 014	38 232	115 890	0	405 479	154 801
Imposto sobre o rendimento do período		0	-164	0	0	0	-164	-233
Resultado líquido do período		190 342	60 850	38 232	115 890	0	405 315	154 568

O Técnico de Contas

Ordem dos Farmacêuticos

Balanço - 31 de Dezembro de 2014

Balanço Individual
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	S.R.Porto	S.R.Coimbra	S.R.Lisboa	D.Nacional	Ajustamentos	Ano 2014 Ordem dos Farmacêuticos	Ano 2013 Ordem dos Farmacêuticos
ACTIVO								
Activo não corrente								
Activos fixos tangíveis		1 079 612	1 063 310	907 235	370 716		3 420 873	3 433 708
Propriedades de investimento		0	0	0	0		0	0
Activos intangíveis		2 100	897	8 520	4 343		15 860	16 030
Accionistas/sócios		0	0	0	0		0	0
Outros activos financeiros		0	0	75	129		205	0
		1 081 712	1 064 207	915 830	375 188	0	3 436 938	3 449 738
Activo corrente								
Inventários		0	0	0	0		0	0
Clientes		0	69 932	12 386	7 380		89 698	81 138
Estado e outros entes públicos		922	0	0	7 837		8 759	15 962
Accionistas/sócios		0	0	700 663	0	-370 000	330 663	134 291
Outras contas a receber		213 238	8 887	24 550	88 500	-68 276	266 900	102 118
Diferimentos		599	4 434	30 954	50 900		86 887	79 554
Activos financeiros detidos para negociação		0	121 739	0	0		121 739	11 174
Caixa e depósitos bancários		358 649	49 711	1 106 455	143 553		1 658 367	1 651 208
		573 408	254 702	1 875 007	298 169	-438 276	2 563 011	2 075 445
Total do activo		1 655 120	1 318 909	2 790 838	673 358	-438 276	5 999 949	5 525 183
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO								
Capital próprio								
Capital realizado		488 957	70 829	299 279	328 808		1 187 872	1 194 674
Outras reservas		310 694	211 741	1 058 735	876 474		2 457 644	2 404 081
Resultados transitados		698 302	935 024	1 240 832	-1 911 406		962 752	712 381
Excedentes de revalorização		0	0	201 059	487 408		688 468	688 468
Outras variações no capital próprio		-72 962	0	-208 910	59 793		-222 080	-229 121
Resultado líquido do período		190 342	60 850	38 232	115 890		405 315	154 568
Total do capital próprio		1 424 991	1 278 444	2 629 226	-43 033	0	5 479 971	4 925 051
Passivo								
Passivo não corrente								
Provisões		0	0	0	0		0	0
Financiamentos obtidos		0	0	0	370 000	-370 000	0	0
Outras contas a pagar		0	0	0	0		0	0
		0	0	0	370 000	-370 000	0	0
Passivo corrente								
Fornecedores		0	3 340	49 322	217 604		270 266	96 658
Estado e outros entes públicos		14 886	3 487	7 159	15 592		41 125	38 092
Accionistas/sócios		0	0	54 738	61 986		116 724	0
Financiamentos obtidos		0	0	0	0		0	289 837
Outras contas a pagar		24 901	33 638	50 392	51 209	-68 276	91 864	127 599
Diferimentos		0	0	0	0		0	47 946
		39 787	40 465	161 611	346 390	-68 276	519 979	600 132
Total do passivo		39 787	40 465	161 611	716 390	-438 276	519 979	600 132
Total do capital próprio e do passivo		1 464 779	1 318 909	2 790 838	673 358	-438 276	5 999 950	5 525 183

O Técnico de Contas

Ordem dos Farmacêuticos

Demonstração dos Fluxos de Caixa – 31 de Dezembro de 2014

Valores em Euros

					Ano 2014	Ano 2013
	S.R.Porto	S.R.Coimbra	S.R.Lisboa	D.Nacional	Ordem dos Farmacêuticos	Ordem dos Farmacêuticos
Actividades operacionais						
Recebimentos de clientes	857.130	518.873	652.002	1.536.532	3.564.538	3.399.844
Pagamentos a fornecedores	(247.890)	(125.577)	(564.521)	(666.575)	(1.604.562)	(1.658.282)
Pagamentos ao pessoal	(120.360)	(100.239)	(125.570)	(282.725)	(628.894)	(666.366)
Caixa gerada pelas operações	488.880	293.057	(38.089)	587.232	1.331.081	1.075.196
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(920)	0	0	0	(920)	(1.386)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(429.459)	(224.163)	(4.867)	(313.051)	(971.540)	(1.188.501)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	58.501	68.894	(42.956)	274.182	358.621	(114.690)
Fluxos de caixa das actividades de investimento						
Pagamentos respeitantes a:						
Activos fixos tangíveis	(4.988)	(1.480)	(309)	(9.108)	(15.884)	(10.947)
Activos intangíveis	0	(380)	0	0	(380)	(1.571)
Investimentos financeiros	0	0	20.000	0	20.000	(5.686)
Outros activos	(88.570)	(110.565)	0	0	(199.135)	(474)
	(93.558)	**(112.424)**	**19.691**	**(9.108)**	**(195.398)**	**(18.679)**
Recebimentos provenientes:						
Activos fixos tangíveis	0	0	0	0	0	687
Activos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	0	0	0	0	0	29.888
Outros activos	0	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	0	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares	3.679	200	26.142	0	30.021	34.765
Dividendos	0	0	0	0	0	0
	3.679	200	26.142	0	30.021	65.340
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	**(89.879)**	**(112.224)**	**45.833**	**(9.108)**	**(165.378)**	**46.661**
Actividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	(12.427)
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0	0	0	0	0
Doações	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	30.000
Pagamentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos	0	0	0	(166.541)	(166.541)	(53.509)
Juros e gastos similares	0	0	0	(19.543)	(19.543)	(24.059)
Dividendos	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	**0**	**0**	**0**	**(186.084)**	**(186.084)**	**(59.995)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(31.378)	(43.330)	2.877	78.989	7.159	(128.024)
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes no início do período	390.026	93.041	1.103.577	64.563	1.651.208	1.779.232
Caixa e equivalentes no fim do período	358.649	49.711	1.111.188	138.820	1.658.367	1.651.208
	(31.378)	(43.330)	7.610	74.256	7.159	(128.024)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Rua da Sociedade Farmacêutica 18, 1169-075 Lisboa | NIF. 500 998 760
Tel. 213 191 380/81 | Fax: 213 191 399 | e-mail: direccao.nacional@ordemfarmaceuticos.pt | **www.ordemfarmaceuticos.pt**